



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO PODER EXECUTIVO)

MENSAGEM Nº 469/81



11.11.81
AP.

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

Dispõe sobre a administração do Território Federal
de Fernando de Noronha e dá outras providências.

DESPACHO: JUSTIÇA = INTERIOR = SEGURANÇA NACIONAL

À COM. DE CONST. E JUSTIÇA em 04 de NOVEMBRO de 19 81

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado NILSON GIBSON, em 05.11.81 19

O Presidente da Comissão de JUSTIÇA

Ao Sr. _____, em _____ 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19

O Presidente da Comissão de _____

PROJET N.º 5.482 DE 1981

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19 _____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____

MENSAGEM N.º 469 DE 19 81



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3401 0005 000073

SECRETARIA GERAL DA MESA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(PODER EXECUTIVO)



Projeto de Lei que "dispõe sobre a administração do Território Federal de
Fernando de Noronha e dá outras providências.

DESRACHO: CCJ, CI e CSN.

04.11.81: AO ARQUIVO

R E S P O S T A

= VIDE PROJETO DE LEI Nº 5.482/81 =



Legislação Citada

DECRETO-LEI N. 4.102 — DE 9 FEVEREIRO DE 1942

Cria o Território Federal de Fernando de Noronha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 e nos termos do artigo 6.º da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no interesse da defesa nacional, o território federal de Fernando de Noronha, constituído pelo respectivo arquipélago.

Art. 2.º Os bens, situados no Território de Fernando de Noronha, bem como os impostos e taxas, pertencentes ao Estado de Pernambuco, são transferidos à União.

Art. 3.º A administração do Território de Fernando de Noronha será regulada por lei especial.

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.



Legislação Litam

DECRETO-LEI N.º 200 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências.



Legislação Lit.

DECRETO-LEI N.º 411
DE 8 DE JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios, e dá outras providências.

Art. 83 — Este Decreto-Lei não se aplica ao Território Federal de Fernando de Noronha, que se regerá por lei especial.



Legislação Citada

LEI N.º 6.015 — DE 31 DE DEZEMBRO
DE 1973.
Dispõe sobre os registros públicos e
da outras providências



Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

Livro II
DOS SERVIÇOS AUXILIARES

Título II
DA COMPETÊNCIA

Capítulo IV
DOS OFÍCIOS EXTRAJUDICIAIS

Art. 74 - Aos Ofícios do Registro Público incumbe a prática dos atos que lhe são atribuídos pela lei de registros públicos e pela legislação especial.

Art. 75 - Aos Ofícios de Protestos de Títulos incumbe a lavratura de instrumentos de protestos de títulos sujeitos a essa formalidade, bem como as respectivas averbações.

Parágrafo único - Diariamente, na forma estipulada pelo Corregedor da Justiça, os titulares dos Ofícios remeterão ao Distribuidor relação especificada dos protestos efetuados.

Art. 76 - Aos Tabeliães de Notas incumbe:

I - a lavratura dos atos ou contratos para os quais a lei exija ou a parte prefira a forma pública;

II - a aprovação de testamentos cerrados;

III - o reconhecimento de firma, letra e chancela;

IV - a autenticação de cópias;

V - a extração de públicas-formas.

Parágrafo único - No reconhecimento da firma, o Tabelião declarará, conforme o caso, que a assinatura foi lançada em sua presença ou que a reconhece por semelhança com a depositada em seus arquivos. Em papéis que visem a transmitir ou prometer transmitir propriedade ou direitos sobre bens ou a alienar ou dispor de direitos pessoais ou a eles renunciar, não poderá ser reconhecida firma por semelhança, sendo indispensável a presença do signatário.

Art. 77 - O Tribunal de Justiça disporá a respeito do registro geral dos atos praticados pelos Ofícios Extrajudiciais, observada a legislação específica.



DECRETO-LEI Nº 1.820, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1980

Reajusta os vencimentos, salários e proventos - dos servidores civis do Poder Executivo, bem co mo das pensões e dá outras providências.

ANEXO I

(Art. 1º do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980)

DESCRIÇÃO DO CARGO	VENCIMENTO MENSAL		REPRESENTAÇÃO MENSAL	CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR
	A partir de 01/01/1981	A partir de 01/04/1981		
a) Cargos de natureza especial				
Ministro de Estado	116.952,00	149.359,00	804	-
Consultor-Geral da República	116.952,00	149.359,00	804	-
Diretor-Geral do DGE	116.952,00	149.359,00	804	-
Governador do Território Federal	95.359,00	122.202,00	354	-
Secretário de Governo do Território Fed.	64.100,00	82.143,00	294	-
b) Ministério Público da União				
Ministério Público Federal				
Procurador-Geral da República	116.952,00	149.359,00	804	-
Subprocurador-Geral da República	105.957,00	135.782,00	604	-
Procurador da República de 1ª Categoria	79.534,00	90.375,00	-	204
Procurador da República de 2ª Categoria	58.009,00	74.338,00	-	204
Ministério Público Militar				
Procurador-Geral da Justiça Militar	105.957,00	135.782,00	604	-
Subprocurador-Geral	67.279,00	82.218,00	354	-
Procurador de 1ª Categoria	58.009,00	74.338,00	-	204
Procurador de 2ª Categoria	50.862,00	64.153,00	-	204
Advogado de Ofício	36.285,00	46.498,00	-	204
Ministério Público do Trabalho				
Procurador-Geral da Justiça do Trabalho	105.957,00	135.782,00	604	-
Subprocurador-Geral	67.279,00	82.218,00	354	-
Procurador do Trabalho de 1ª Categoria	58.009,00	74.338,00	-	204
Procurador do Trabalho de 2ª Categoria	50.862,00	64.153,00	-	204
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios				
Procurador-Geral	90.062,00	115.413,00	354	-
Subprocurador	63.572,00	81.467,00	304	-
Curetor	58.009,00	74.338,00	-	204
Promotor Público	52.978,00	67.890,00	-	204
Promotor Substituto	41.850,00	53.630,00	-	204
Defensor Público	36.285,00	46.498,00	-	204
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União				
Procurador-Geral	105.957,00	135.782,00	604	-
Subprocurador-Geral	67.279,00	82.218,00	354	-
c) Tribunal Marítimo				
Juiz Presidente	71.518,00	91.839,00	604	-
Juiz	71.518,00	91.839,00	-	204

Obs: O vencimento do cargo de Juiz do Tribunal Marítimo é acrescido de 20% correspondente à Classificação de Nível Superior. Nos demais casos em que figurar a citada classificação, observar-se-á o disposto no art. 1º, § 3º do Decreto-lei nº 1.709, de 11/10/1979.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEI Nº 6.015 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Das Disposições Gerais

CAPÍTULO I

Das Atribuições

Art. 1º Os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido nesta lei.

§ 1º Esses registros são:

- I — o registro civil de pessoas naturais;
 - II — o registro civil de pessoas jurídicas;
 - III — o registro de títulos e documentos;
 - IV — o registro de imóveis;
 - V — o registro de propriedade literária, científica e artística.
- § 2º O registro mercantil continua a ser regido pelos dispositivos da legislação comercial.

Art. 2º Os registros indicados nos números I a IV do § 1º do artigo anterior ficam a cargo dos serventuários nomeados de acordo com a legislação em vigor e serão feitos:

- I — o de nº I, nos escritórios privados, ou nos cartórios de registro de nascimentos, casamentos e óbitos;
- II — os de números II e III, nos escritórios privados, ou nos cartórios de registro de títulos e documentos;
- III — o de nº IV, nos escritórios privados, ou nos cartórios de registro de imóveis.

Parágrafo único. O registro constante do art. 1º, § 1º, nº V, fica a cargo da administração federal, por intermédio das repartições técnicas indicadas no Título VI desta lei.

CAPÍTULO II

Da Escrituração

Art. 3º A escrituração será feita em livros encadernados, que obedecerão aos modelos anexos a esta lei, sujeitos à correção da autoridade judiciária competente.

§ 1º Os livros podem ter 0,22m até 0,40m de largura e de 0,33m até 0,55m de altura, cabendo ao oficial a escolha, dentro dessas dimensões, de acordo com a conveniência do serviço.

§ 2º Para facilidade do serviço podem os livros ser escriturados mecanicamente, em folhas soltas, obedecendo os modelos aprovados pela autoridade judiciária competente.

Art. 4º Os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo oficial do registro, podendo ser utilizado, para tal fim, processo mecânico de autenticação previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.

Art. 5º Considerando a quantidade dos registros o juiz poderá autorizar a diminuição do número de páginas dos livros respectivos, até a terça parte do consignado nesta lei.

Art. 6º Findando-se um livro, o imediato tomará o número seguinte, acrescido à respectiva letra, salvo no registro de imóveis, em que o número será conservado, com a adição sucessiva de letras, na ordem alfabética simples, e, depois, repetidas em combinação com a primeira, com a segunda, e assim indefinidamente. Exemplos: 2-A a 2-Z; 2-AA a 2-AZ; 2-BA a 2-BZ, etc.

Art. 7º Os números de ordem dos registros não serão interrompidos no fim de cada livro, mas continuarão, indefinidamente, nos seguintes da mesma espécie.

CAPÍTULO III

Da Ordem do Serviço

Art. 8º O serviço começará e terminará às mesmas horas em todos os dias úteis.

Parágrafo único. O registro civil de pessoas naturais funcionará todos os dias, sem exceção.

Art. 9º Será nulo o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente, sendo civil e criminalmente responsável o oficial que der causa à nulidade.

Art. 10. Todos os títulos, apresentados no horário regulamentar e que não forem registrados até a hora de encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte, no qual serão registrados, preferencialmente, aos apresentados nesse dia.

Parágrafo único. O registro civil de pessoas naturais não poderá, entretanto, ser adiado.

Art. 11. Os oficiais adotarão o melhor regime interno de modo a assegurar às partes a ordem de precedência na apresentação dos seus títulos, estabelecendo-se, sempre, o número de ordem geral.

Art. 12. Nenhuma exigência fiscal, ou dúvida, obstará a apresentação de um título e o seu lançamento do Protocolo com o respectivo número de ordem, nos casos em que da precedência decorra prioridade de direitos para o apresentante.

Parágrafo único. Independem de apontamento no Protocolo os títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.

Art. 13. Salvo as anotações e as averbações obrigatórias, os atos do registro serão praticados:

- I — por ordem judicial;
- II — a requerimento verbal ou escrito dos interessados;
- III — a requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.

§ 1º O reconhecimento de firma nas comunicações ao registro civil pode ser exigido pelo respectivo oficial.

§ 2º A emancipação concedida por sentença judicial será anotada às expensas do interessado.

Art. 14. As custas devidas aos oficiais do registro, pelos atos que praticarem, incumbirão aos interessados que os requererem e serão pagas no ato do requerimento ou no da apresentação do título.

Art. 15. Quando o interessado no registro for o oficial encarregado de fazê-lo, ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato incumbe ao substituto legal do oficial.

CAPÍTULO IV

Da Publicidade

Art. 16. Os oficiais e os encarregados das repartições em que se lavram os registros são obrigados:

1º) a lavrar certidão do que lhes for requerido;

2º) a fornecer às partes as informações solicitadas.

Art. 17. Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.

Art. 18. Ressalvado o disposto nos artigos 45 e 96, parágrafo único, a certidão será lavrada independentemente de despacho judicial, devendo mencionar o livro do registro ou o documento arquivado no cartório.

Art. 19. A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório conforme quesitos e devidamente autenticada pelo oficial ou por seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de cinco (5) dias.

§ 1º É facultado o fornecimento de certidão de inteiro teor, mediante reprodução por sistema autorizado em lei.

§ 2º A certidão de nascimento mencionará sempre a data em que foi lavrado o assento.

Art. 20. No caso de recusa ou retardamento na expedição da certidão, o interessado poderá reclamar à autoridade competente, que aplicará, se for o caso, a pena disciplinar cabível.

Parágrafo único. Para a verificação do retardamento, o oficial, logo que receber alguma petição, fornecerá à parte uma nota de entrega devidamente autenticada.

Art. 21. Sempre que houver qualquer alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida, deve o oficial mencioná-la, obrigatoriamente, não obstante as especificações do pedido, sob pena de responsabilidade civil e penal.

CAPÍTULO V

Da Conservação

Art. 22. Os livros de registro não sairão do respectivo cartório, salvo por autorização judicial, ou ocorrendo força maior.

Art. 23. Todas as diligências judiciais e extrajudiciais que exigirem a apresentação de qualquer livro ou documento, efetuar-se-ão, sempre que possível, no próprio cartório.

Art. 24. Os oficiais devem manter, em segurança, permanentemente, os livros e documentos e respondem pela sua ordem e conservação.

Art. 25. Os papéis referentes ao serviço do registro serão arquivados em cartório mediante a utilização de processos racionais que facilitem as buscas, facultada a utilização de microfilmagem e de outros meios de reprodução autorizados em lei.

Art. 26. Os livros e papéis pertencentes ao arquivo do cartório permanecerão indefinidamente.

Art. 27. Quando a lei criar novo cartório, e enquanto este não for instalado, os registros continuarão a ser feitos no cartório que sofreu o desmembramento, não sendo necessário repeti-los no novo ofício.

Parágrafo único. O arquivo do antigo cartório continuará a pertencer-lhe.

CAPÍTULO VI

Da Responsabilidade

Art. 28. Além dos casos expressamente consignados, os oficiais são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, pessoalmente, ou pelos prepostos ou substitutos que indicarem, causarem, por culpa ou dolo, aos interessados no registro.

Parágrafo único. A responsabilidade civil independe da criminal pelos delitos que cometerem.

TÍTULO II

Do Registro Civil de Pessoas Naturais

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 29. Serão registrados no registro civil de pessoas naturais:

- I — os nascimentos;
- II — os casamentos;
- III — os óbitos;
- IV — as emancipações;
- V — as interdições;
- VI — as sentenças declaratórias de ausência;
- VII — as opções de nacionalidade;
- VIII — as sentenças que deferirem a legitimação adotiva.

§ 1º Serão averbados:

- I — as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal;
- II — as sentenças que julgarem legítimos os filhos concebidos na constância do casamento e as que declararem a filiação legítima;
- III — os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente;
- IV — os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos;
- V — as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem;
- VI — as alterações ou abreviaturas de nomes.

§ 2º É competente para a inscrição da opção de nacionalidade o cartório da residência do optante, ou de seus pais. Se forem residentes no estrangeiro, far-se-á o registro no Distrito Federal.

Art. 30. Das pessoas comprovadamente pobres, à vista de atestado da autoridade competente, não será cobrado emolumento pelo registro civil e respectiva certidão.

Art. 31. Os fatos concernentes ao registro civil, que se derem a bordo dos navios de guerra e mercantes, em viagem, e no exército, em campanha, serão imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.

Art. 32. Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as certidões pelos cônsules ou, quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular.

§ 1º Os assentos de que trata este artigo serão, porém, trasladados nos cartórios do 1º Ofício do domicílio do registrado ou no 1º Ofício do Distrito

Federal, em falta de domicílio conhecido, quando tiverem de produzir efeito no País, ou, antes, por meio de segunda via que os cônsules serão obrigados a remeter por intermédio do Ministério das Relações Exteriores.

§ 2º O filho de brasileiro ou brasileira, nascido no estrangeiro, e cujos pais não estejam ali a serviço do Brasil, desde que registrado em consulado brasileiro ou não registrado, venha a residir no território nacional antes de atingir a maioridade, poderá requerer, no juízo de seu domicílio, se registre, no livro "E" do 1º Ofício do Registro Civil, o termo de nascimento.

§ 3º Do termo e das respectivas certidões do nascimento registrado na forma do parágrafo antecedente constará que só valerão como prova de nacionalidade brasileira, até quatro (4) anos depois de atingida a maioridade.

§ 4º Dentro do prazo de quatro anos, depois de atingida a maioridade pelo interessado referido no § 2º deverá ele manifestar a sua opção pela nacionalidade brasileira perante o juízo federal. Deferido o pedido, proceder-se-á ao registro no livro "E" do Cartório do 1º Ofício do domicílio do optante.

§ 5º Não se verificando a hipótese prevista no parágrafo anterior, o oficial cancelará, de ofício, o registro provisório efetuado na forma do § 2º.

CAPÍTULO II

Da Escrituração e Ordem de Serviço

Art. 33. Haverá em cada cartório os seguintes livros, todos com trezentas (300) folhas cada um:

- I — "A" — de registro de nascimento;
- II — "B" — de registro de casamento;
- III — "C" — de registro de óbitos;
- IV — "D" — de registro de proclama.

Parágrafo único. No Cartório do 1º Ofício ou da 1ª subdivisão judiciária, em cada comarca, haverá outro livro para inscrição dos demais atos relativos ao estado civil, designado sob a letra "E", com cento e cinquenta (150) folhas, podendo o juiz competente, nas comarcas de grande movimento, autorizar o seu desdobramento, pela natureza dos atos que nele devam ser registrados, em livros especiais.

Art. 34. O oficial juntará, a cada um dos livros, índice alfabético dos assentos lavrados pelos nomes das pessoas a quem se referirem.

Parágrafo único. O índice alfabético poderá, a critério do oficial, ser organizado pelo sistema de fichas, desde que preencham estas os requisitos de segurança, comodidade e pronta busca.

Art. 35. A escrituração será feita seguidamente, em ordem cronológica de declarações, sem abreviaturas, nem algarismos; no fim de cada assento e antes da subscrição e das assinaturas, serão ressalvadas as emendas, entrelinhas ou outras circunstâncias que puderem ocasionar dúvidas. Entre um assento e outro, será traçada uma linha de intervalo, tendo cada um o seu número de ordem.

Art. 36. Os livros de registro serão divididos em três partes, sendo na da esquerda lançado o número de ordem e na central o assento, ficando na da direita espaço para as notas, averbações e retificações.

Art. 37. As partes, ou seus procuradores, bem como as testemunhas, assinarão os assentos, inserindo-se neles as declarações feitas de acordo com a lei ou ordenadas por sentença. As procurações serão arquivadas, declarando-se no termo a data, o livro, a folha e o ofício em que foram lavradas, quando constarem de instrumento público.

§ 1º Se os declarantes, ou as testemunhas não puderem, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, assinando a rogo outra pessoa e tomando-se a impressão dactiloscópica da que não assinar, à margem do assento.

§ 2º As custas com o arquivamento das procurações ficarão a cargo dos interessados.

Art. 38. Antes da assinatura dos assentos, serão estes lidos às partes e às testemunhas, do que se fará menção.

Art. 39. Tendo havido omissão ou erro, de modo que seja necessário fazer adição ou emenda, estas serão feitas antes da assinatura ou ainda em seguida, mas antes de outro assento, sendo a ressalva novamente por todos assinada.

Art. 40. Fora da retificação feita no ato, qualquer outra só poderá ser efetuada em cumprimento de sentença, nos termos dos artigos 110 a 113.

Art. 41. Reputam-se inexistentes e sem efeitos jurídicos quaisquer emendas ou alterações posteriores, não ressalvadas ou não lançadas na forma indicada nos artigos 39 e 40.

Art. 42. A testemunha para os assentos de registro deve satisfazer às condições exigidas pela lei civil, sendo admitido o parente, em qualquer grau, do registrando.

Parágrafo único. Quando a testemunha não for conhecida do oficial do registro, deverá apresentar documento hábil da sua identidade, do qual se fará, no assento, expressa menção.

Art. 43. Os livros de proclamas serão escriturados cronologicamente com o resumo do que constar dos editais expedidos pelo próprio cartório, ou recebidos de outros, todos assinados pelo oficial.

Parágrafo único. As despesas de publicação do edital serão pagas pelo interessado.

Art. 44. O registro do edital de casamento conterá todas as indicações quanto à época de publicação e aos documentos apresentados, abrangendo também o edital remetido por outro oficial processante.

Art. 45. A certidão relativa ao nascimento de filho legitimado por subsequente matrimônio deverá ser fornecida sem o teor da declaração ou averbação a esse respeito, como se fosse legítimo; na certidão de casamento também será omitida a referência àquele filho, salvo havendo, em qualquer dos casos, determinação judicial, deferida em favor de quem demonstre legítimo interesse em obtê-la.

CAPÍTULO III

Das penalidades

Art. 46. As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do juiz competente do lugar da residência do interessado e recolhimento de multa correspondente a 1/10 do salário-mínimo da região.

§ 1º Será dispensado o despacho do juiz, se o registrando tiver menos de doze anos de idade.

§ 2º Será dispensada de pagamento de multa a parte pobre (art. 30).

§ 3º O juiz somente deverá exigir justificação ou outra prova suficiente se suspeitar da falsidade da declaração.

§ 4º Os assentos de que trata este artigo serão lavrados no cartório do lugar da residência do interessado. No mesmo cartório serão arquivadas as petições com os despachos que mandarem lavrá-los.

§ 5º Se o juiz não fixar prazo menor, o oficial deverá lavar o assento dentro em cinco (5) dias, sob pena de



ATOS DO PODER LEGISLATIVO

(*) — LEI Nº 6.015 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências

(Republicada de acordo com o Artigo 2º da Lei 6.216/75, com as alterações advindas das Leis nºs 6.143, de 28-11-1974, e 6.216, de 30-6-1975)

pagar multa correspondente a um salário-mínimo da região.

Art. 47. Se o oficial do registro civil recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco (5) dias.

§ 1º Se for injusta a recusa ou injustificada a demora, o juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários-mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.

§ 2º Os pedidos de certidão feitos por via postal, telegráfica ou bancária serão obrigatoriamente atendidos pelo oficial do registro civil, satisfeitos os emolumentos devidos, sob as penas previstas no parágrafo anterior.

Art. 48. Os juizes farão correção e fiscalização nos livros de registro, conforme as normas da organização judiciária.

Art. 49. Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito (8) dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior, com a indicação dos nomes das pessoas às quais se refiram os registros.

§ 1º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem necessárias.

§ 2º Os mapas serão arquivados e deles poderão ser dadas certidões referentes aos atos registrados, em caso de perda ou deterioração dos livros originais.

§ 3º Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas, incorrerão na multa de um a cinco salários-mínimos da região, que será cobrada como dívida ativa da União, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

Art. 50. Os oficiais do registro serão ainda obrigados a satisfazer às exigências da legislação federal sobre alistamento e sorteio militar, sob as sanções nela estabelecidas.

CAPÍTULO IV

Do nascimento

Art. 51. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro no cartório do lugar em que tiver ocorrido o parto, dentro de quinze (15) dias, ampliando-se até três (3) meses para os lugares distantes mais de trinta (30) quilômetros da sede do cartório.

§ 1º Os índios, enquanto não integrados, não estão obrigados a inscrição do nascimento. Este poderá ser feito em livro próprio do órgão federal de assistência aos índios.

§ 2º Os menores de vinte e um (21) anos e maiores de dezoito (18) anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento.

§ 3º É facultado aos nascidos anteriormente à obrigatoriedade do registro civil requerer, isentos de multa, a inscrição de seu nascimento.

§ 4º Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados.

Art. 52. Os nascimentos ocorridos a bordo, quando não registrados nos termos do art. 65, deverão ser declarados dentro de cinco (5) dias, a contar da chegada do navio ou aeronave

ao local de destino, no respectivo cartório ou consulado.

Art. 53. São obrigados a fazer declaração de nascimento:

1º) o pai;

2º) em falta ou impedimento do pai a mãe, sendo neste caso o prazo para declaração prorrogado por quarenta e cinco (45) dias;

3º) no impedimento de ambos, parente mais próximo, sendo maior achando-se presente;

4º) em falta ou impedimento do parente referido no número anterior, os administradores de hospitais ou os médicos e parteiras, que tiverem assistido o parto;

5º) pessoa idônea da casa em que ocorrer, sendo fora da residência da mãe;

6º) finalmente, as pessoas encarregadas da guarda do menor.

§ 1º Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá à casa do recém-nascido verificar sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.

§ 2º Tratando-se de registro fora do prazo legal o oficial, em caso de dúvida, poderá requerer ao juiz as providências que forem cabíveis para esclarecimento do fato.

Art. 54. No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito.

Art. 55. O assento do nascimento deverá conter:

1º) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada;

2º) o sexo e a cor do registrando;

3º) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido;

4º) o nome e o prenome, que forem postos à criança;

5º) a declaração de que nasceu morto, ou morreu no ato ou logo depois do parto;

6º) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido;

7º) os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, o lugar e cartório onde se casaram e a sua residência atual;

8º) os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos;

9º) os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento.

Art. 56. Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.

Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do juiz competente.

Art. 57. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

Art. 58. Qualquer alteração posterior de nome só por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa.

Parágrafo único. Poderá também ser averbada, nos mesmos termos, o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

Art. 59. O prenome será inalterável.

Parágrafo único. Quando, entretanto, for evidente o erro gráfico do prenome, admite-se a retificação, sem como a sua mudança mediante sentença do juiz, a requerimento do interessado, no caso do parágrafo único do art. 56, se o oficial não o houver impugnado.

Art. 60. Quando se tratar de filho ilegítimo, não será declarado o nome do pai sem que este expressamente o autorize e compareça, por si ou por procurador especial, para, reconhecendo-o, assinar, ou não sabendo ou não podendo, mandar assinar a seu rogo o respectivo assento com duas testemunhas.

Art. 61. O registro conterá o nome do pai ou da mãe, ainda que ilegítimos, quando qualquer deles for o declarante.

Art. 62. Tratando-se de exposto, o registro será feito de acordo com as declarações que os estabelecimentos de caridade, as autoridades ou os particulares comunicarem ao oficial competente, nos prazos mencionados, no art. 51, a partir do achado ou entregue, sob a pena do art. 46, apresentando ao oficial, salvo motivo de força maior comprovada, o exposto e os objetos a que se refere o parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Declarar-se-á o dia, mês e ano, lugar em que foi exposto, a hora em que foi encontrado e a sua idade aparente. Nesse caso o envoltório, roupas e quaisquer outros objetos e sinais que trouxer a criança e que possam a todo o tempo fazê-la reconhecer, serão numerados, alistados e fechados em caixa lacrada e selada, com o seguinte rótulo: "Pertence ao exposto tal, assento de fls. ... do livro ..." e remetidos imediatamente, com uma guia em duplicata, ao juiz, para serem recolhidos a lugar seguro. Recebida e arquivada a duplicata com o competente recibo de depósito, far-se-á a margem do assento a correspondente anotação.

Art. 63. O registro do nascimento do menor abandonado, sob jurisdição do Juiz de Menores, poderá fazer-se por iniciativa deste, à vista dos elementos de que dispuser e com observância no que for aplicável do que precedeu o artigo anterior.

Art. 64. No caso de gêmeos, será declarada no assento especial de cada um a ordem de nascimento. Os gêmeos que tiverem o prenome igual deverão ser inscritos com duplo prenome ou nome completo diverso, de modo que possam distinguir-se.

Parágrafo único. Também serão obrigados a duplo prenome, ou a nome completo diverso, os irmãos a que se pretender dar o mesmo prenome.

Art. 65. Os assentos de nascimento em navio brasileiro mercante ou de guerra serão lavrados, logo que o fato se verificar, pelo modo estabelecido na legislação de marinha, devendo, porém, observar-se as disposições da presente lei.

Art. 66. No primeiro porto a que se chegar, o comandante depositará imediatamente, na capitania do porto, ou em sua falta, na estação fiscal, ou ainda, no consulado, em se tratando de porto estrangeiro, duas cópias autenticadas dos assentos referidos no artigo anterior, uma das quais será remetida, por intermédio do Ministério da Justiça, ao oficial do registro, para o registro, no lugar de residência dos pais ou, se não for possível descrebi-lo, no 1º Ofício do Distrito Federal. Uma terceira cópia será entregue pelo comandante ao interessado que, após conferência na capitania do porto, por ela poderá, também, promover o registro no cartório competente.

Parágrafo único. Os nascimentos ocorridos a bordo de quaisquer aeronaves, ou de navio estrangeiro, poderão ser dados a registro pelos pais brasileiros no cartório ou consulado do local do desembarque.

Art. 67. Pode ser tomado assento de nascimento de filho de militar ou assemelhado em livro criado pela administração militar mediante declaração feita pelo interessado ou remetida pelo comandante de unidade, quando em campanha. Esse assento será publicado em boletim da unidade e, logo que possível, trasladado por cópia autenticada, ao oficial ou a requerimento do interessado, para o cartório de registro civil a que compete, em para o 1º Ofício do Distrito Federal, quando não puder ser conferida a residência do pai.

Parágrafo único. A providência de que trata este artigo será extensiva ao assento de nascimento de filho de civil, quando, em consequência de operações de guerra, não funcionarem os cartórios locais.

CAPÍTULO V

Da Habilitação para o Casamento

Art. 68. Na habilitação para o casamento, os interessados, apresentando os documentos exigidos pela lei civil, requererão ao oficial do registro do distrito de residência de um dos nubentes, que lhes expere certidão de que se acham habilitados para se casarem.

§ 1º Ajuizada a petição com os documentos, o oficial mandará afixar proclamas de casamento em lugar extensivo de seu cartório e fará publicá-los na imprensa local, se houver, em seguida abrirá vista dos autos ao órgão do Ministério Público, para manifestar-se sobre o pedido e requerer o que for necessário à sua regularidade, podendo exigir a apresentação de atestado de residência firmado por autoridade policial.

§ 2º Se o órgão do Ministério Público impugnar o pedido ou a documentação, os autos serão encaminhados ao juiz, que decidirá sem recurso.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze (15) dias a contar da afixação do edital em cartório, se não aparecer quem oponha impedimento nem constar algum dos que de ofício deva declarar, ou se tiver sido rejeitada a impugnação do órgão do Ministério Público, o oficial do registro certificará a existência nos autos e entregará aos nubentes certidão de que estão habilitados para se casar dentro do prazo previsto em lei.

§ 4º Se os nubentes residirem em diferentes distritos do Registro Civil, em um e em outro se publicará e se registrará o edital.

§ 5º Se houver apresentação de impedimento, o oficial dará ciência do fato aos nubentes, para que indiquem em três (3) dias prova que pretendam produzir, e remeterá os autos a juízo, produzidas as provas pelo opo- nente e pelos nubentes, no prazo de dez (10) dias, para ciência do Ministério Público, e ouvidas os interessados e o órgão do Ministério Público em cinco (5) dias, decidirá o juiz em igual prazo.

Art. 69. Se o interessado quiser justificar fato necessário à habilitação para o casamento, decidirá sua intencção perante o juiz competente, em petição circunstanciada, indicando testemunhas e apresentando documentos que comprovem as alegações.

§ 1º Ouvidas as testemunhas, se houver, dentro do prazo de cinco (5) dias, com a ciência do órgão do Ministério Público, este terá o prazo de vinte e quatro (24) horas para manifestar-se, decidindo o juiz em igual prazo, sem recurso.

§ 2º Os autos da justificação serão encaminhados ao oficial do registro para serem anexados ao processo da habilitação matrimonial.

Art. 70. Para a dispensa de proclamas, nos casos previstos em lei, os contrariantes, em petição dirigida ao juiz, deduzirão os motivos de urgência do casamento, provando-o, desde logo, com documentos ou indicando outras provas para demonstração de alegação.

§ 1º Quando o pedido se fundar em crime contra os costumes, a dispensa de proclamas será precedida da audiência dos contrariantes, separadamente e em segredo de justiça.

§ 2º Produzidas as provas dentro de cinco (5) dias, com a ciência do órgão do Ministério Público, que poderá manifestar-se, a seguir, em vinte e quatro (24) horas, o juiz decidirá, em igual prazo, sem recurso, remetendo os autos para serem anexados ao processo de habilitação matrimonial.

CAPÍTULO VI

Do Casamento

Art. 71. Do matrimônio, logo depois de celebrado, será lavrado assento, assinado pelo presidente do ato, os cônjuges, as testemunhas e o oficial, sendo exarados:

1º) os nomes, prenomes, nacionalidade, data e lugar do nascimento, profissão, domicílio e residência atual dos cônjuges;

2º) os nomes, prenomes, nacionalidade, data de nascimento ou de morte, domicílio e residência atual dos pais, domicílio e residência atual dos pais, 3º) os nomes e pronomes do cônjuge precedente e a data da dissolução do casamento anterior, quando for o caso;

4º) a data da publicação dos proclamas e da celebração do casamento;

5º) a relação dos documentos apresentados ao oficial do registro;

6º) os nomes, prenomes, nacionalidade, profissão, domicílio e residência atual das testemunhas;

7º) o regime de casamento, com declaração da data e do cartório em cujas notas foi tomada a escritura ante-nupcial, quando o regime não for o da comunhão ou o legal que sendo conhecido, será declarado expressamente;

8º) o nome que passa a ter o nubente, em virtude do casamento;

9º) os nomes e as idades dos filhos havidos de matrimônio anterior ou legitimados pelo casamento.

Parágrafo único. As testemunhas serão, pelo menos, duas, não dispostas a lei de modo diverso.

CAPÍTULO VII

Do Registro do Casamento Religioso para efeitos Cíveis

Art. 72. Os nubentes habilitados para o casamento poderão pedir ao oficial que lhe forneça a respectiva certidão, para se casarem perante autoridade ou ministro religioso, nela mencionando o prazo legal de validade da habilitação.

Art. 73. O termo do assento do casamento religioso, subscrito pela autoridade ou ministro que o celebrar, pelos nubentes e por duas testemunhas, conterá os requisitos do art. 71, exceto o 5º.

Parágrafo único. Será colada, a margem do termo, a impressão digital do contraente que não souber assinar o nome e serão quatro, nesse caso, as testemunhas do ato.

Art. 74. No prazo de trinta dias a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo do casamento religioso, requerer-lhe o registro ao oficial do cartório que expedir a certidão.

EP

1º Anexada a entrada do requerimento, o oficial fará o registro no prazo de vinte e quatro (24) horas.

2º Se o documento referente à celebração do casamento religioso constituir requisito que dele deva constar, os contratantes suppletivos a falta mencionada, antes de declarar a falta mencionada, ou mediante declaração assinada em termo pelo oficial.

3º A autenticidade ou inexistência de um autógrafo ou rubrica de habilitação que lhe foi apresentada, devendo, nela, anotar a data da celebração do casamento.

Art. 75. O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação perante o oficial de registro público, poderá ser registrado desde que apresentadas pelas testemunhas, com o requerimento de registro, a prova do ato religioso e os documentos exigidos pelo Código Civil, suprido este eventual falta de requisitos no termo da celebração.

Parágrafo único. Processada a habilitação com a publicação dos editais e certificada a inexistência de impedimentos, o oficial fará o registro do casamento religioso, de acordo com a prova do ato e os dados constantes do processo, observado o disposto no art. 71.

Art. 76. O registro produzirá efeitos jurídicos a contar da celebração do casamento.

Capítulo III Do Casamento em Instância Eclesiástica

Art. 77. Nos casamentos celebrados em instância eclesiástica, sem a presença da autoridade competente, as testemunhas comparecerão, dentro em cinco (5) dias, perante a autoridade judicial mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo as suas declarações.

1º Não comparecendo as testemunhas, espontaneamente, poderá qualquer interessado requerer a sua intimação.

2º Ausentes as testemunhas e comparecendo a autoridade judicial competente, se outra for a que se intimar por termo, será ouvido o órgão do Ministério Público e se realizadas as diligências necessárias para verificar a inexistência de impedimento para o casamento.

3º Omissos dentro em 5 (cinco) dias os interessados que o requerem e o órgão do Ministério Público, o juiz decidirá em igual prazo.

4º Da decisão caberá apelação com ambos os efeitos.

5º Transitada em julgado a sentença, o juiz mandará registrar-se no Livro de Casamento.

Capítulo IV

Do Óbito

Art. 78. Nenhuma enterremanto será feito sem certidão de oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavatura do assento de óbito em vista do atestado do médico, se houver no lugar, ou, em caso contrário, de duas pessoas qualificadas, que tiverem presenciado ou verificado a morte.

Parágrafo único. Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de um ano, o oficial indagará se foi registrado o nascimento e fará a verificação no respectivo livro quando houver sido no seu cartório; em caso de falta, tomará previamente o assento omitido.

Art. 79. Na impossibilidade de ser feito o registro dentro de 24 (vinte e quatro) horas do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante, o assento será lavrado depois, com a maior urgência, e dentro dos prazos fixados no art. 81.

Art. 80. São obrigados a fazer a declaração de óbitos:

1º) o chefe de família, a respeito de sua mulher, filhos, hóspedes, agregados e familiares;

2º) a viúva, a respeito de seu marido, e de cada uma das pessoas indicadas no número antecedente;

3º) o filho, a respeito do pai ou da mãe; o irmão, a respeito dos irmãos, e demais pessoas de casa, indicadas no nº 1; o parente mais próximo maior e presente;

4º) o administrador, diretor ou gerente de qualquer estabelecimento público ou particular, a respeito de que nele faleceram, salvo se estiver presente algum parente em grau acima indicado;

5º) na falta de pessoa competente, nos termos dos números anteriores, a que tiver assistido nos últimos momentos do finado, o médico, o sacerdote ou vizinho que do falecimento tiver notícia;

6º) a autoridade policial, a respeito de pessoas encontradas mortas.

Parágrafo único. A declaração poderá ser feita por meio de preposado, autorizando-o o declarante em escrito de que constem os elementos necessários ao assento de óbito.

Art. 81. O assento de óbito deverá conter:

1º) a hora, se possível, dia, mês e ano do falecimento;

2º) o lugar do falecimento, com indicação precisa;

3º) o prenome, nome, sexo, idade, cor, estado, profissão, naturalidade, domicílio e residência do morto;

4º) se era casado, o nome do cônjuge sobrevivente, mesmo quando desquitado; se viúvo, o do cônjuge pré-defunto; e o cartório de casamento em ambos os casos;

5º) os nomes, prenomes, profissão, naturalidade e residência dos pais;

6º) se faleceu com testamento conhecido;

7º) se deixou filhos, nome e idade de cada um;

8º) se a morte foi natural ou violenta e a causa conhecida, com o nome dos assistentes;

9º) o lugar do sepultamento;

10) se deixou bens e herdeiros menores ou interditos;

11) se era eleitor.

Art. 82. Sendo o finado desconhecido, o assento deverá conter declaração de estatura ou medida, se for possível, cor, sinais aparentes, idade presumida, vestimenta e qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento; e, no caso de ter sido encontrado morto, serão mencionados esta circunstância e o lugar em que se achava e o da decopela, se tiver havido.

Parágrafo único. Neste caso, será extraída a individual dactiloscópica, se no local existir esse serviço.

Art. 83. O assento deverá ser assinado pela pessoa que fizer a comunicação ou por alguém a seu rogo, se não souber ou não puder assinar.

Art. 84. Quando o assento for posterior ao enterro, faltando atestado de médico ou de duas pessoas qualificadas, assinado, com a que fizer a declaração, duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao funeral e puderem atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver.

Art. 85. Os assentos de óbitos de pessoas falecidas a bordo de navio brasileiro serão lavrados de acordo com as regras estabelecidas para os nascimentos, no que lhes for aplicável, com as referências constantes do art. 81, salvo se o enterro for no porto, onde será tomado o assento.

Art. 86. Os óbitos, verificados em campanha, serão registrados em livro

próprio, para esse fim designado, nas formações sanitárias e corpos de tropas, pelos oficiais da corporação militar correspondente, autenticado com o assento com a rubrica do respectivo médico chefe, ficando a cargo da unidade que proceder ao sepultamento o registro, nas condições especificadas, dos óbitos que se derem no próprio local de combate.

Art. 87. Os óbitos a que se refere o artigo anterior, serão publicados em boletim da corporação e registrados no registro civil, mediante relações autenticadas, remetidas ao Ministério da Justiça, contendo os nomes dos mortos, idade, naturalidade, estado civil, designação dos corpos a que pertenciam, lugar da residência ou de mobilização, dia, mês, ano e lugar do falecimento e do sepultamento para, a vista dessas relações, se fizerem os assentamentos de conformidade com o que a respeito está disposto no art. 87.

Art. 88. O assentamento de óbito ocorrido em hospital, prisão ou outro qualquer estabelecimento público será feito, em falta de declaração de parentes, segundo a da respectiva administração, observadas as disposições dos arts. 81 e 84; e o relativo a pessoa encontrada acidental ou violentamente morta, segundo a comunicação, "ex officio", das autoridades policiais, as quais incumbem fazê-lo logo que tenham conhecimento do fato.

Art. 89. Poderão os juizes togados admitir justificação para o assento de óbito de pessoas desaparecidas em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra calamidade, quando estiver provada a sua presença no local de desastre e não for possível encontrar-se o cadáver para exame.

Parágrafo único. Será também admitida a justificação no caso de desaparecimento em campanha, provados a impossibilidade de ter sido feito o registro nos termos do art. 86 e os fatos que convençam da ocorrência do óbito.

Capítulo X Da emancipação, interdição e ausência

Art. 90. No cartório do 1º Ofício ou da 1ª subdivisão judiciária de cada comarca serão registrados, em livro especial, as sentenças de emancipação, bem como os atos dos pais que a concederem, em relação aos menores nela domiciliados.

Art. 91. O registro será feito mediante transcrição da sentença efetuada em certidão ou do instrumento público, as referências da data, livro, folha e ofício em que for lavrada sem dependência, em qualquer dos casos, da presença de testemunhas, mas com a assinatura do apresentante. Dele sempre constará:

1º) data do registro e da emancipação;

2º) nome, prenome, idade, filiação, profissão, naturalidade e residência do emancipado; data e cartório em que foi registrado o seu nascimento; 3º) nome, profissão, naturalidade e residência dos pais ou do tutor.

Art. 92. Quando o juiz conceder emancipação, deverá comunicá-la, de ofício, ao oficial de registro, se não constar dos autos haver sido efetuada este dentro de 8 (oito) dias.

Parágrafo único. Antes do registro, a emancipação, em qualquer caso, não produzirá efeito.

Art. 93. As interdições serão registradas no mesmo cartório e no mesmo livro de que trata o art. 90, salvo a hipótese prevista na parte final do parágrafo único do art. 33, declarando-se:

- 1º) data do registro;
- 2º) nome, prenome, idade, estado civil, profissão, naturalidade, domicílio e residência do interdito, data e cartório em que forem registrados o nascimento e o casamento, bem como o nome do cônjuge se for casado;
- 3º) data da sentença, nome e vara do juiz que a proferiu;
- 4º) nome, profissão, estado civil, domicílio e residência do curador;
- 5º) nome do requerente da interdição e causa desta;
- 6º) limites da curadoria, quando for parcial a interdição;
- 7º) lugar onde está internado o interdito.

Art. 94. A comunicação, com os dados necessários, acompanhados de certidão de sentença, será remetida pelo juiz ao cartório, para registro de ofício, se o curador ou promovente não o tiver feito dentro de oito (8) dias.

Parágrafo único. Antes de registrada a sentença, não poderá o curador assinar o respectivo termo.

Art. 95. O registro das sentenças declaratórias de ausência, que nomearem curador, será feita no cartório do domicílio anterior do ausente, com as mesmas cautelas e efeitos do registro de interdição, declarando-se:

- 1º) data do registro;
- 2º) nome, idade, estado civil, profissão e domicílio anterior do ausente, data e cartório em que foram registrados o nascimento e o casamento, bem como o nome do cônjuge, se for casado;
- 3º) tempo de ausência até a data da sentença;
- 4º) nome do promotor do processo;
- 5º) data da sentença e nome e vara do juiz que a proferiu;
- 6º) nome, estado, profissão, domicílio e residência do curador e os limites da curatela.

CAPÍTULO XI

Da legitimação adotiva

Art. 96. Serão registradas no registro de nascimentos as sentenças de legitimação adotiva, consignando-se nele os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os dos ascendentes dos vivos, se houverem, em qualquer tempo, manifestada por escrito sua adesão ao ato (Lei nº 4.655, de 2 de junho de 1965, art. 6º).

Parágrafo único. O mandado será arquivado, dele não podendo o oficial fornecimento judicial, e não ser por determinação judicial, a em segredo de justiça, para salvaguarda de direitos (Lei nº 4.655, de 2-6-65, art. 8º, parágrafo único).

Art. 97. Feito o registro, será cancelado o assento de nascimento original do menor.

CAPÍTULO XII

Da averbação

Art. 98. A averbação será feita pelo oficial do cartório em que constar o assento à vista da carta de sentença, de mandado ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público.

Art. 99. A averbação será feita à margem do assento e, quando não houver espaço, no livro corrente, com as notas e remissões recíprocas, que facilitem a busca.

Art. 100. A averbação será feita mediante a indicação minuciosa da sentença ou ato que a determinar.

Art. 101. No livro de casamento, será feita averbação da sentença de nulidade e anulação de casamento, bem como de desquite, declarando-se

a data em que o juiz a proferiu, a sua conclusão, os nomes das partes e o trânsito em julgado.

§ 1º Antes de averbadas, as sentenças não produzirão efeito contra terceiros.

§ 2º As sentenças de nulidade ou anulação de casamento não serão averbadas enquanto sujeitas a recurso, qualquer que seja o seu efeito.

§ 3º A averbação a que se refere o parágrafo anterior será feita à vista da carta de sentença, subscrita pelo presidente ou outro juiz do Tribunal que julgar a ação em grau de recurso, da qual constem os requisitos mencionados neste artigo e, ainda, certidão do trânsito em julgado do acórdão.

§ 4º O oficial do registro comunicará, dentro de quarenta e oito (48) horas, o lançamento da averbação respectiva ao juiz que houver subscrito a carta de sentença mediante ofício sob registro postal.

§ 5º Ao oficial, que deixar de cumprir as obrigações consignadas nos parágrafos anteriores, será imposta a multa de cinco (5) salários mínimos da região e a suspensão do cargo até seis (6) meses; em caso de reincidência ser-lhe-á aplicada, em dobro, a pena pecuniária, ficando sujeito à perda do cargo.

Art. 102. Será também averbado, com as mesmas indicações e efeitos, o ato de restabelecimento de sociedade conjugal.

Art. 103. No livro de nascimento, serão averbados:

- 1º) as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento;
- 2º) as sentenças que declararem legítima a filiação;
- 3º) as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem;
- 4º) o reconhecimento judicial ou voluntário dos filhos ilegítimos;
- 5º) a perda de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça.

Art. 104. Será feita, ainda de ofício, diretamente quando no mesmo cartório, ou por comunicação do oficial que registrar o casamento, a averbação da legitimação dos filhos por subsequente matrimônio dos pais, quando tal circunstância constar do assento de casamento.

Art. 105. No livro de emancipações, interdições e ausências, será feita a averbação das sentenças que puserem termo à interdição, das substituições dos curadores de interditos ou ausentes, das alterações dos limites de curatela, da cessação ou mudança de internação, bem como da cessação da ausência pelo aparecimento do ausente, de acordo com o disposto nos artigos anteriores.

Parágrafo único. Averbar-se-á, também, no assento de ausência, a sentença de abertura de sucessão provisória, após o trânsito em julgado, com referência especial ao testamento do ausente se houver e indicação de seus herdeiros habilitados.

Art. 106. Para a averbação de escritura de adoção de pessoa cujo registro de nascimento haja sido feito fora do País, será trasladado, sem ônus para os interessados, no livro "A" do Cartório do 1º Ofício ou da 1ª subdivisão judiciária da comarca em que for domiciliado o adotante, aquele registro, legalmente trasladado, se for o caso, para que se faça, à margem dele, a competente averbação.

CAPÍTULO XIII

Das anotações

Art. 107. Sempre que o oficial fizer algum registro ou averbação, deverá, no prazo de cinco (5) dias, anota-

tá-lo nos atos anteriores, com remissões recíprocas, se lançados em seu cartório, ou fará comunicação, com resumo do assento, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, obedecendo-se sempre à forma prescrita no art. 99.

Parágrafo único. As comunicações serão feitas mediante cartas relacionadas em protocolo, anotando-se à margem do sob o ato comunicado, o número do protocolo e ficarão arquivadas no cartório que as receber.

Art. 108. O óbito deverá ser anotado, com as remissões recíprocas nos assentos de casamento e nascimento, e o casamento no deste.

§ 1º A emancipação, a interdição e a ausência serão anotadas pela mesma forma, nos assentos de nascimento e casamento, bem como a mudança do nome da mulher, em virtude de casamento, ou sua dissolução, anulação ou desquite.

§ 2º A dissolução e a anulação do casamento e o restabelecimento da sociedade conjugal serão, também, anotadas nos assentos de nascimento dos cônjuges.

Art. 109. Os oficiais, além das penas disciplinares em que incorrerem, são responsáveis civil e criminalmente pela omissão ou atraso na remessa de comunicações a outros cartórios.

CAPÍTULO XIV

Das retificações, restaurações e suprimientos

Art. 110. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco (5) dias, que correrá em cartório.

§ 1º Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez (10) dias e ouvidos, sucessivamente, em três (3) dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco (5) dias.

§ 2º Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o juiz decidirá no prazo de cinco (5) dias.

§ 3º Da decisão do juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos.

§ 4º Julgado procedente o pedido, o juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado ou retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento.

§ 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu "cumpra-se", executar-se-á.

§ 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original.

Art. 111. A correção de erros de grafia poderá ser processada no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, ou procurador, independentemente de pagamento de selos e taxas.

§ 1º Recebida a petição, protocolada e autuada, o oficial de registro a submeterá com documentos ao órgão do Ministério Público e fará os autos conclusos ao juiz da circunscri-

ção, que despachará em quarenta e oito (48) horas.

§ 2.º Quando a prova depender de dados existentes no próprio cartório, poderá o oficial certificá-lo nos autos.

§ 3.º Deferido o pedido, o oficial averbará a retificação à margem do registro, mencionando o número do protocolo, a data da sentença e seu trânsito em julgado.

§ 4.º Entendendo o juiz que o pedido exige maior indagação, ou sendo impugnado pelo órgão do Ministério Público, mandará distribuir os autos a um dos cartórios da circunscrição, caso em que se processará a retificação, com assistência de advogado observado o rito sumaríssimo.

Art. 112. Nenhuma justificação em matéria de registro civil, para retificação, restauração ou abertura de assento, será entregue à parte.

Art. 113. Em qualquer tempo poderá ser apreciado o valor probante da justificação, em original ou por traslado, pela autoridade judiciária competente ao conhecer de ações que se relacionarem com os fatos justificados.

Art. 114. As questões de filiação legítima ou ilegítima serão decididas em processo contencioso para anulação ou reforma de assento.

TÍTULO III

Do Registro Civil de Pessoas Jurídicas

CAPÍTULO I

Da Escrituração

Art. 115. No registro civil de pessoas jurídicas serão inscritos:

I — os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública;

II — as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas.

Parágrafo único. No mesmo cartório será feito o registro dos jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias a que se refere o art. 8.º da Lei 5.250, de 9-2-1967.

Art. 116. Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos, ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer dos motivos previstos neste artigo, o oficial do registro, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de registro e suscitará dúvida para o juiz, que a decidirá.

Art. 117. Haverá, para o fim previsto nos artigos anteriores, os seguintes livros:

I — Livro A, para os fins indicados nos números I e II, do art. 115, com 300 folhas;

II — Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias, com 150 folhas.

Art. 118. Todos os exemplares de contratos, de atos, de estatuto e de publicações, registrados e arquivados, serão encadernados por períodos certos, acompanhados de índice que facilite a busca e o exame.

Art. 119. Os oficiais farão índices, pela ordem cronológica e alfabética, de todos os registros e arquivamentos, podendo adotar o sistema de fichas, mas ficando sempre responsáveis por qualquer erro ou omissão.

Art. 120. A existência legal das pessoas jurídicas só começa com o registro de seus atos constitutivos.

Parágrafo único. Quando o funcionamento da sociedade depender de aprovação da autoridade, sem esta não poderá ser feito o registro.

CAPÍTULO II

Da Pessoa Jurídica

Art. 121. O registro das sociedades e fundações consistirá na declaração, feita no livro, pelo oficial, do número de ordem, da data da apresentação e da espécie do ato constitutivo, com as seguintes indicações:

I — a denominação, o fundo social, quando houver, os fins e a sede da associação ou fundação, bem como o tempo de sua duração;

II — o modo por que se administra e representa a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

III — se o estatuto, o contrato ou o compromisso é reformável, no tocante à administração, e de que modo;

IV — se os membros respondem ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais;

V — as condições de extinção da pessoa jurídica e nesse caso o destino do seu patrimônio;

VI — os nomes dos fundadores ou instituidores e dos membros da direção, provisória ou definitiva, com indicação da nacionalidade, estado civil e profissão de cada um, bem como o nome e residência do apresentante dos exemplares.

Art. 122. Para o registro serão apresentados dois exemplares do jornal oficial, em que houver sido publicado o estatuto, compromisso ou contrato, além de um exemplar deste, quando a publicação não for integral. Por aqueles se fará o registro mediante petição, com firma reconhecida, do representante legal da sociedade, lançando o oficial, nos dois exemplares, a competente certidão do registro, com o respectivo número de ordem, livro e folha, um dos quais será entregue ao representante e o outro arquivado em cartório, rubricando o oficial as folhas em que estiver impresso o contrato, compromisso ou estatuto.

CAPÍTULO III

Do Registro de Jornais, Oficinas Impressoras, Empresas de Radiodifusão e Agências de Notícias

Art. 123. No registro civil das pessoas jurídicas serão matriculados:

I — os jornais e demais publicações periódicas;

II — as oficinas impressoras de quaisquer natureza, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;

III — as empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas;

IV — as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

Art. 124. O pedido de matrícula conterá as informações e será instruído com os documentos seguintes:

I — no caso de jornais ou outras publicações periódicas:

a) título do jornal ou periódico, sede da redação, administração e oficinas impressoras, esclarecendo, quanto a estas, se são próprias ou de terceiros, e indicando, neste caso, os respectivos proprietários;

b) nome, idade, residência e prova da nacionalidade do diretor ou redator-chefe;

c) nome, idade, residência e prova da nacionalidade do proprietário;

d) se propriedade de pessoa jurídica, exemplar do respectivo estatuto ou contrato social e nome, idade, resi-

dência e prova de nacionalidade dos diretores, gerentes e sócios da pessoa jurídica proprietária.

II — nos casos de oficinas impressoras:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração, lugar, rua e número onde funcionam as oficinas e denominação destas;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pertencentes a pessoa jurídica.

III — no caso de empresas de radiodifusão:

a) designação da emissora, sede de sua administração e local das instalações do estúdio;

b) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe responsável pelos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas.

IV — no caso de empresas noticiosas:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pessoa jurídica.

§ 1.º As alterações em qualquer dessas declarações ou documentos deverão ser averbadas na matrícula no prazo de oito dias.

§ 2.º A cada declaração a ser averbada deverá corresponder um requerimento.

Art. 125. A falta de matrícula das declarações, exigidas no artigo anterior, ou da averbação da alteração, será punida com multa que terá o valor de meio a dois salários-mínimos da região.

§ 1.º A sentença que impuser a multa fixará prazo, não inferior a vinte dias, para matrícula ou alteração das declarações.

§ 2.º A multa será aplicada pela autoridade judiciária em representação feita pelo oficial, e cobrada por processo executivo, mediante ação do órgão competente.

§ 3.º Se a matrícula ou alteração não for efetivada no prazo referido no § 1.º deste artigo, o juiz poderá impor nova multa, agravando-a de 50% (cinquenta por cento) toda vez que seja ultrapassado de dez dias o prazo assinalado na sentença.

Art. 126. Considera-se clandestino o jornal, ou outra publicação periódica, não matriculado nos termos do art. 123 ou de cuja matrícula não constem os nomes e as qualificações do diretor ou redator e do proprietário.

Art. 127. O processo de matrícula será o mesmo do registro prescrito no art. 122.

TÍTULO IV

Do Registro de Títulos e Documentos

CAPÍTULO I

Das atribuições

Art. 128. No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição:

I — dos instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor;

II — do penhor comum sobre coisas móveis;

III — da caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de Bolsa ao portador;

IV — do contrato de penhor de animais, não compreendido nas disposições do art. 10 da Lei n.º 492, de 30-8-1934;



V — do contrato de parceria agrícola ou pecuária;

VI — do mandado judicial de renovação do contrato de arrendamento para sua vigência, quer entre as partes contratantes, quer em face de terceiros (art. 19, § 2.º do Decreto nº 24.150, de 20-4-1934);

VII — facultativo, de quaisquer documentos, para sua conservação.

Parágrafo único. Caberá ao Registro de Títulos e Documentos a realização de quaisquer registros não atribuídos expressamente a outro órgão.

Art. 129. A margem dos respectivos registros, serão averbadas quaisquer ocorrências que os alterem, quer em relação às obrigações, quer em atinência às pessoas que nos atos figurem, inclusive quanto a prorrogação dos prazos.

Art. 130. Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros:

1.º) os contratos de locação de prédios, sem prejuízo do disposto do art. 168, n.º I, letra c;

2.º) os documentos decorrentes de depósitos, ou de cauções feitos em garantia de cumprimento de obrigações contratuais, ainda que em separado dos respectivos instrumentos;

3.º) as cartas de fiança, em geral, feitas por instrumento particular, seja qual for a natureza do compromisso por elas abonado;

4.º) os contratos de locação de serviços não atribuídos a outras repartições;

5.º) os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, os de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis e os de alienação fiduciária;

6.º) todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, para produzirem efeitos em repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios ou em qualquer instância, juízo ou tribunal;

7.º) as quitações, recibos e contratos de compra e venda de automóveis, bem como o penhor destes, qualquer que seja a forma que revistam;

8.º) os atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior;

9.º) os instrumentos de cessão de direitos e de créditos, de sub-rogação e de dação em pagamento.

Art. 131. Dentro do prazo de vinte (20) dias da data da sua assinatura pelas partes, todos os atos enumerados nos arts. 128 e 130, serão registrados no domicílio das partes contratantes e, quando residam estas em circunscrições territoriais diversas, far-se-á o registro em todas elas.

Parágrafo único. Os registros de documentos apresentados, depois de findo o prazo, produzirão efeitos a partir da data da apresentação.

Art. 132. Os registros referidos nos artigos anteriores serão feitos independentemente de prévia distribuição.

CAPÍTULO II

Da Escrituração

Art. 133. No Registro de Títulos e Documentos haverá os seguintes livros, todos com 300 folhas:

I — Livro A — protocolo para apontamentos de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados, ou averbados;

II — Livro B — para trasladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros;

III — Livro C — para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data;

IV — Livro D — indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer, com presteza, as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros.

Art. 134. Na parte superior de cada página do livro se escreverá o título, a letra com o número e o ano em que começar.

Art. 135. O juiz, em caso de ausência de serviço, poderá autorizar o desdobramento dos livros de registro para escrituração das várias espécies de atos, sem prejuízo da unidade do protocolo e de sua numeração em ordem rigorosa.

Parágrafo único. Esses livros desdobrados terão as indicações de E, F, G, H, etc.

Art. 136. O protocolo deverá conter colunas para as seguintes anotações:

1.º) número de ordem, continuando, indefinidamente, nos seguintes;

2.º) dia e mês;

3.º) natureza do título e qualidade do lançamento (integral, resumido, penhor, etc.);

4.º) o nome do apresentante;

5.º) anotações e averbações.

Parágrafo único. Em seguida ao registro, far-se-á, no protocolo, remissão ao número da página do livro em que foi ele lançado, mencionando-se, também, o número e a página de outros livros em que houver qualquer nota ou declaração concernente ao mesmo ato.

Art. 137. O livro de registro integral de títulos será escriturado nos termos do art. 143, lançando-se, antes de cada registro, o número de ordem, a data do protocolo e o nome do apresentante, e conterá colunas para as seguintes declarações:

1.º) número de ordem;

2.º) dia e mês;

3.º) transcrição;

4.º) anotações e averbações.

Art. 138. O livro de registro, por extrato, conterá colunas para as seguintes declarações:

1.º) número de ordem;

2.º) dia e mês;

3.º) espécie e resumo do título;

4.º) anotações e averbações.

Art. 139. O indicador pessoal será dividido alfabeticamente para a indicação do nome de todas as pessoas que, ativa ou passivamente, individual ou coletivamente, figurarem nos livros de registro e deverá conter, além dos nomes das pessoas, referências aos números de ordem e páginas dos outros livros e anotações.

Art. 140. Se a mesma pessoa já estiver mencionada no indicador, somente se fará, na coluna das anotações, uma referência ao número de ordem, página e número do livro em que estiver lançado o novo registro ou averbação.

Art. 141. Se no mesmo registro, ou averbação, figurar mais de uma pessoa, ativa ou passivamente, o nome de cada uma será lançado distintamente, no indicador, com referência recíproca na coluna das anotações.

Art. 142. Sem prejuízo do disposto no art. 162, ao oficial é facultado efetuar o registro por meio de micro filmagem, desde que, por lançamentos remissivos,

com menção ao protocolo, ao nome dos contratantes, à data e à natureza dos documentos apresentados, sejam os microfilmes havidos como partes integrantes dos livros de registro, nos seus termos de abertura e encerramento.

CAPÍTULO III

Da Transcrição e da Averbação

Art. 143. O registro integral dos documentos consistirá na trasladação dos mesmos, com a mesma ortografia e pontuação, com referências às entrelinhas ou quaisquer acréscimos, alterações, defeitos ou vícios que tiver o original apresentado, e, bem assim, com menção precisa aos seus característicos exteriores e às formalidades legais, podendo a transcrição dos documentos mercantis, quando levados a registro, ser feita na mesma disposição gráfica em que estiverem escritos, se o interessado assim o desejar.

§ 1.º Feita a trasladação, na última linha, de maneira a não ficar espaço em branco, será conferida e realizado o seu encerramento, depois do que o oficial, seu substituto legal ou escrevente designado pelo oficial e autorizado pelo juiz competente, ainda que o primeiro não esteja afastado, assinará o seu nome por inteiro.

§ 2.º Tratando-se de documento impresso, idêntico a outro já anteriormente registrado na íntegra, no mesmo livro, poderá o registro limitar-se a consignar o nome das partes contratantes, as características do objeto e demais dados constantes dos claros preenchidos, fazendo-se remissão, quanto ao mais, àquele já registrado.

Art. 144. O registro resumido consistirá na declaração da natureza do título, do documento ou papel, valor, prazo, lugar em que tenha sido feito, nome e condição jurídica das partes, nomes das testemunhas, data da assinatura e do reconhecimento de firma por tabelião, se houver, o nome deste, o do apresentante, o número de ordem e a data do protocolo, e da averbação, a importância e a qualidade do imposto pago, depois do que será datado e rubricado pelo oficial ou servidores referidos no art. 143, § 1.º.

Art. 145. O registro de contratos de penhor, caução e parceria será feito com declaração do nome, profissão e domicílio do credor e do devedor, valor da dívida, juros, penas, vencimento e especificações dos objetos apenhados, pessoa em poder de quem ficam, espécie do título, condições do contrato, data e número de ordem.

Parágrafo único. Nos contratos de parceria, serão considerados credor o parceiro proprietário e devedor, o parceiro cultivador ou criador.

Art. 146. Qualquer dos interessados poderá levar a registro os contratos de penhor ou caução.

CAPÍTULO IV

Da Ordem do Serviço

Art. 147. Apresentado o título ou documento para registro ou averbação, serão anotados, no protocolo, a data de sua apresentação, sob o número de ordem que se seguir imediatamente, a natureza do instrumento, a espécie de lançamento a fazer (registro integral ou resumido, ou averbação), o nome do apresentante, reproduzindo-se as declarações relativas ao número de ordem, à data, e à espécie de lançamento a fazer no corpo do título, do documento ou do papel.

Art. 148. Protocolado o título ou documento, far-se-á, em seguida, no livro respectivo, o lançamento (registro integral ou resumido, ou averbação) e, concluído este, declarar-se-á no corpo do título, documento ou papel, o número de ordem e a data do procedimento no livro competente, rubricando o oficial ou os servidores

referidos no art. 143, § 1.º, esta declaração e as demais folhas do título, do documento ou do papel.

Art. 149. Os títulos, documentos e papéis escritos em língua estrangeira, uma vez adotados os caracteres comuns, poderão ser registrados no original, para o efeito da sua conservação ou perpetuidade. Para produzirem efeitos legais no País e para valerem contra terceiros, deverão, entretanto, ser vertidos em vernáculo e registrada a tradução, o que, também, se observará em relação às procurações lavradas em língua estrangeira.

Parágrafo único. Para o registro resumido, os títulos, documentos ou papéis em língua estrangeira, deverão ser sempre traduzidos.

Art. 150. Depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, será feita, nas anotações do protocolo, referência ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro, ou a averbação, no livro respectivo, datando e rubricando, em seguida, o oficial ou os servidores referidos no art. 143, § 1.º.

Art. 151. O apontamento do título, documento ou papel no protocolo será feito, seguida e imediatamente um dos outros do outro. Sem prejuízo da numeração individual de cada documento, se a mesma pessoa apresentar simultaneamente diversos documentos de idêntica natureza, para lançamentos de mesma espécie, serão eles lançados no protocolo englobadamente.

Parágrafo único. Onde terminar cada apontamento, será traçada uma linha horizontal, separando-o do seguinte, sendo lavrado, no fim do expediente diário, o termo de encerramento do próprio punho do oficial, por este datado e assinado.

Art. 152. O lançamento dos registros e das averbações nos livros respectivos será feito, também seguidamente, na ordem de prioridade do seu apontamento no protocolo, quando não for obstado por ordem de autoridade judiciária competente, ou por dúvida superveniente; neste caso, seguir-se-ão os registros ou averbações dos imediatos, sem prejuízo da data autenticada pelo competente apontamento.

Art. 153. Cada registro ou averbação será datado e assinado por inteiro, pelo oficial ou pelos servidores referidos no art. 143, § 1.º, separados, um do outro, por uma linha horizontal.

Art. 154. Os títulos terão sempre um número diferente, segundo a ordem de apresentação, ainda que se firmem à mesma pessoa. O registro e a averbação deverão ser imediatos, e, quando não o puderem ser, por acúmulo de serviço, o lançamento será feito no prazo estritamente necessário, e sem prejuízo da ordem da prenotação. Em qualquer desses casos, o oficial, depois de haver dado entrada no protocolo e lançado no corpo do título as declarações prescritas, fornecerá um recibo contendo a declaração da data da apresentação, o número de ordem desta no protocolo e a indicação do dia em que deverá ser entregue, devidamente legalizado; o recibo será restituído pelo apresentante contra a devolução do documento.

Art. 155. Nos termos de encerramento diário do protocolo, lavrados ao findar a hora regulamentar, deverão ser mencionados, pelos respectivos números, os títulos apresentados cujos registros ficarem adiados, com a declaração dos motivos do adiamento.

Parágrafo único. Ainda que o expediente continue para ultimização do serviço, nenhuma nova apresentação será admitida depois da hora regulamentar.

Art. 156. Quando o título, já registrado por extrato, for levado a re-

gistro integral, ou for exigido simultaneamente pelo apresentante o duplo registro, mencionar-se-á essa circunstância no lançamento posterior e, nas anotações do protocolo, far-se-ão referências recíprocas para verificação das diversas espécies de lançamento do mesmo título.

Art. 157. O oficial deverá recusar registro a título e a documento que não se revistam das formalidades legais.

Parágrafo único. Se tiver suspeita de falsificação, poderá o oficial sobrestar no registro, depois de protocolado o documento, até notificar o apresentante dessa circunstância; se este insistir, o registro será feito com essa nota, podendo o oficial, entretanto, submeter a dúvida ao juiz competente, ou notificar o signatário para assistir ao registro, mencionando também as alegações pelo título aduzidas.

Art. 158. O oficial, salvo quando agir de má-fé, devidamente comprovada, não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, mas, tão-somente, pelos erros ou vícios no processo do registro.

Art. 159. As procurações deverão trazer reconhecidas as firmas dos outorgantes.

Art. 160. As folhas do título, documento ou papel que tiver sido registrado e as das certidões serão rubricadas pelo oficial, antes de entregues aos apresentantes. As declarações no protocolo, bem como as dos registros e das averbações lançadas no título, documento ou papel e as respectivas datas poderão ser apostas por carimbo, sendo, porém, para autenticação, de próprio punho do oficial, ou de quem suas vezes fizer, a assinatura ou a rubrica.

Art. 161. O oficial será obrigado, quando o apresentante o requerer, a notificar do registro ou da averbação os demais interessados que figurarem no título, documento, o papel apresentado, e a quaisquer terceiros que lhes sejam indicados, podendo requisitar dos oficiais de registro em outros Municípios, as notificações necessárias. Por esse processo, também, poderão ser feitos avisos, denúncias e notificações, quando não for exigida a intervenção judicial.

§ 1.º Os certificados de notificação ou da entrega de registros serão lavrados nas colunas das anotações, no livro competente, à margem dos respectivos registros.

§ 2.º O serviço das notificações e demais diligências poderá ser realizado por escreventes designados pelo oficial e autorizados pelo juiz competente.

Art. 162. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo.

§ 1.º O apresentante do título para registro integral poderá também deixá-lo arquivado em cartório ou a sua fotocópia, autenticada pelo oficial, circunstâncias que serão declaradas no registro e nas certidões.

§ 2.º Quando houver acúmulo de trabalho, um dos suboficiais poderá ser autorizado pelo juiz, a pedido do oficial e sob sua responsabilidade, a lavrar e subscrever certidão.

Art. 163. O fato da apresentação de um título, documento ou papel, para registro ou averbação, não constituirá, para o apresentante, direito sobre o mesmo, desde que não seja o próprio interessado.

Art. 164. Os tabeliães e escreventes, nos atos que praticarem, farão sempre referência ao livro e à folha do registro de títulos e documentos em que

tenham sido trasladados os mandatos de origem estrangeira, a que tenham de reportar-se.

CAPÍTULO V

Do Cancelamento

Art. 165. O cancelamento poderá ser feito em virtude de sentença ou de documento autêntico de quitação ou de exoneração do título registrado.

Art. 166. Apresentado qualquer dos documentos referidos no artigo anterior, o oficial certificará, na coluna das averbações do livro respectivo, o cancelamento e a razão dele, mencionando-se o documento que o autorizou, datando e assinando a certidão, de tudo fazendo referência nas anotações do protocolo.

Parágrafo único. Quando não for suficiente o espaço da coluna das averbações, será feito novo registro, com referências recíprocas, na coluna própria.

Art. 167. Os requerimentos de cancelamento serão arquivados com os documentos que os instruírem.

TÍTULO V

Do Registro de Imóveis

CAPÍTULO I

Das Atribuições

Art. 168. No Registro de Imóveis serão feitas:

I — a inscrição:

a) dos instrumentos públicos de constituição de herde de família;

b) das hipotecas legais, judiciais e convencionais;

c) dos contratos de locação de prédios, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada;

d) do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com ou sem os respectivos pertences;

e) das penhoras, arrestos e sequestros de imóveis;

f) dos títulos das servidões em geral, para sua constituição;

g) do usufruto e do uso sobre imóveis e da habitação, quando não resultarem do direito de família;

h) das rendas constituídas ou vinculadas a imóveis, por disposição de última vontade;

i) da promessa de compra e venda de imóvel não lotado, sem cláusula de arrependimento, cujo preço deva pagar-se a prazo, de uma só vez ou em prestações (art. 22 do Dec.-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, com a redação alterada pela Lei nº 648, de 11 de março de 1949);

j) da enfiteuse;

k) da anticrese;

m) dos instrumentos públicos das convenções antenupciais;

n) das cédulas de crédito rural (Dec.-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967);

o) das cédulas de crédito industrial (Decreto-lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969);

p) dos contratos de penhor rural (Lei nº 492, de 30 de agosto de 1937);

q) dos empréstimos por obrigações ao portador ou debêntures inclusive as conversíveis em ações (Lei número 4.278, de 14 de julho de 1964, artigo 44);

r) dos memoriais de incorporação e das instituições e convenções de condomínio a que alude a Lei número 4.501, de 10 de dezembro de 1964;

s) dos memoriais de loteamento de terrenos urbanos e rurais, para a venda de lotes, a prazo, em prestações (Decreto-lei nº 58, de 1937, Lei número 4.501, de 1964 e Decreto-lei número 271, de 1967);

12-1015-271215

1) das citações de ações reais ou pessoais, reipersecutórias, relativas a imóveis;

2) das promessas de cessão (art. 69, da Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964);

II — a transcrição:

a) das sentenças de desquite e de nulidade ou anulação de casamento, quando nas respectivas partilhas existirem imóveis ou direitos reais sujeitos a registro;

b) dos julgados e atos jurisdiccionais que dividirem imóveis ou os demarcarem;

c) das sentenças que nos inventários e partilhas, adjudicarem bens de raiz em pagamento das dividas da herança;

d) dos atos de entrega de legados de imóveis, formal de partilha e das sentenças de adjudicação em inventário quando não houver partilha;

e) da arrematação e da adjudicação em hasta pública;

f) do dote;

g) das sentenças declaratórias de usucapio, para servirem de títulos aquisitivos;

h) da compra e venda pura e condicional;

i) da permuta;

j) da dação em pagamento;

k) da transferência de quota a sociedade, quando for constituída por imóvel;

m) da doação entre vivos;

n) das sentenças que, em processos de desapropriação, fixarem o valor da indenização;

III — a averbação:

a) das convenções antenupciais, especialmente em relação aos imóveis existentes, ou posteriormente adquiridos, pela cláusula do regime legal;

b) por cancelamento da extinção dos direitos reais;

c) dos contratos de promessa de compra e venda de terrenos loteados, em conformidade com as disposições do Dec-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937;

d) da mudança de nome dos lotes e da numeração dos prédios, da edificação, da reconstrução, da demolição, do desmembramento e do loteamento de imóveis;

e) da alteração do nome por casamento ou por desquite ou, ainda, de outras circunstâncias que, por qualquer modo, afetem o registro ou as pessoas nele interessadas;

f) dos contratos de promessa de compra e venda, cessão desta, ou de promessa de cessão, a que alude a Lei nº 4.381, de 16 de dezembro de 1964, bem como dos contratos de compra e venda relativos ao desmembramento das unidades autônomas respectivas;

g) da individualização das unidades autônomas condominiais de que trata a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e o art. 13 do Decreto nº 55.815, de 8 de março de 1965;

h) das cédulas hipotecárias a que alude o Dec-lei nº 70 de 21 de novembro de 1966;

i) das sentenças de separação de bens;

j) do julgamento sobre o restabelecimento da sociedade conjugal;

m) das cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incommunicabilidade impostas a imóveis, bem como da instituição de fideicomisso;

n) das decisões, recursos e seus efeitos, que tenham por objeto os atos ou títulos registrados.

1º No registro de imóveis, serão feitas, em geral, a transcrição, a

inscrição e a averbação dos títulos ou atos constitutivos, declaratórios, translativos e extintivos de direitos reais sobre imóveis, reconhecidos em parte sua existência e motivos causa, quer para sua constituição, transferência e extinção, quer para sua validade em relação a terceiros quer para sua disponibilidade.

2º Para efeito de lançamento nos livros respectivos, consideram-se englobadas, na designação genérica de registro, tanto a inscrição quanto a transcrição.

Art. 169. Todo os atos enumerados no artigo 168 são obrigatórios, e as inscrições e transcrições nele mencionadas elevar-se-ão no cartório da situação do imóvel.

Parágrafo único. Em se tratando de imóveis situados em comarcas ou em circunscrições territoriais limitadas o registro deverá ser feito em todas elas; o desmembramento territorial posterior não exige, porém, repetição, no novo cartório do registro já feito.

Art. 170. Os atos relativos a vistorias serão registrados no cartório correspondente à estação inicial da respectiva linha.

CARTÓRIO II

De Escrituração

Art. 171. Haverá, no registro de imóveis, os seguintes livros, todos com trezentas (300) folhas cada um:

- I — Livro nº 1 — Protocolo
- II — Livro nº 2 — Registro Geral
- III — Livro nº 3 — Auxiliar
- IV — Livro nº 4 — Registros Diversos
- V — Livro nº 5 — Indicador Real
- VI — Livro nº 6 — Indicador Des-geol
- VII — Livro nº 7 — Registro de Incorporações
- VIII — Livro nº 8 — Registro de Loteamentos

Art. 172. O Livro nº 1 — Protocolo — servirá para apontamento de todos os títulos apresentados diariamente para matrícula, registro ou averbação. Este livro determinará a quantidade e a qualidade dos títulos, bem como a data da sua apresentação, o nome do apresentante e o número de ordem que seguita, indefinidamente, sem interrupção, nos livros da mesma espécie.

Parágrafo único. A cada título apresentado corresponderá um só número de ordem, seja qual for a quantidade de atos que formalizarem, os quais serão resumidamente mencionados na coluna das averbações.

Art. 173. O Livro nº 2 — Registro Geral — será destinado à matrícula dos imóveis e ao registro ou averbação dos atos relacionados no artigo 168 e não atribuídos especificamente a outros livros e sua escrituração obedecerá às seguintes normas:

a) cada imóvel terá matrícula própria, que será aberta por ocasião do primeiro registro a ser feito na vigência da presente lei;

b) no alto da face de cada folha será lançada a matrícula do imóvel, com os requisitos constantes do artigo 227 e no espaço restante e no verso serão lançados, por ordem cronológica e em forma narrativa, os registros e averbações dos atos pertinentes ao imóvel matriculado;

c) preenchida uma folha, será feito o transporte para a primeira folha em branco do mesmo livro ou do livro da mesma série que estiver em uso, onde continuarem os lançamentos, com remissões recíprocas;

d) as matrículas serão numeradas seguidamente, em numeração infinita, sem interrupção ao fim de cada livro;

e) os registros e averbações a serem lançados na folha da matrícula

serão numeradas seguidamente, antecipando-se a sua numeração, separadas por um traço, as letras "R." para os registros e "AV." para as averbações seguidas do número da matrícula (ex. R-1-1, R-3-1, R-3-1 ou AV-1-1, AV-2-1, AV-3-1).

§ 1º Os oficiais, mediante autorização do respectivo juiz, poderão desdobrar o livro nº 2 em tantos outros quantos se tornarem necessários para atender ao movimento do cartório, até o limite de dez (10), ficando os de acordo com o seguinte final da matrícula.

§ 2º Observado o disposto no artigo 5º, § 2º, poderá o Registro Geral ser realizado pelo sistema de D-chas.

Art. 174. Na escrituração do Livro nº 3 — Auxiliar — haverá espaços formados por linhas verticais para neles se escreverem o número de ordem do registro, a referência ao número de ordem e as páginas dos demais livros, além da margem para as averbações.

§ 1º No livro auxiliar do cartório do domicílio conjugal, serão registradas, por extenso, as convenções antenupciais, devendo mencionar os nomes dos cônjuges, data, cartório, livro e folhas onde foi lavrada a escritura e as cláusulas da convenção, sem prejuízo da averbação das lavras existentes e que forem sendo adquiridos, sujeitos a regime diverso do comum.

§ 2º Serão integralmente registrados no livro auxiliar os contratos-padrão a que se refere o Art. 61 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 175. No livro nº 4 — Registros Diversos — serão registradas:

a) a emissão de debêntures, sem prejuízo do registro eventual e definitivo no Livro nº 2, da hipoteca, da antecrise e do penhor que apontarem, especialmente, tais emissões, firmadas por ordem do registro a prioridade entre as séries de obrigações emitidas pela mesma sociedade;

b) as cédulas de crédito rural de que trata o Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967;

c) as cédulas de crédito industrial de que trata o Dec.-lei nº 413, de 9 de janeiro de 1968;

d) os atos que, da competência do registro de imóveis por disposição legal, não se referirem diretamente a um determinado imóvel matriculado.

§ 1º Para atender ao movimento do cartório, os oficiais poderão desdobrar o Livro nº 4, mediante autorização judicial, em livros para o registro do penhor rural, das cédulas de crédito rural, das cédulas de crédito industrial, atos a ele atribuídos.

§ 2º As hipotecas cedulares a que se referem os Decretos-leis nºs 167, de 1967, e 413, de 1968, serão registradas na matrícula do imóvel respectivo.

Art. 176. O Livro nº 5 — Indicador Real — será o repositório de todos os imóveis que figurarem nos livros do registro.

§ 1º As folhas desse livro repletas serão entre as zonas cadastrais que circunscrevem o território da circunscrição imobiliária subordinada ao respectivo ofício, de acordo com o zoneamento cadastral estabelecido pela repartição competente.

§ 2º Cada indicação terá por espelho, pelo menos, um quinto da página do livro e cada espaço quatro colunas formadas por linhas perpendiculares, correspondentes aos requisitos seguintes:

1º — número de ordem;

2º — identificação do imóvel;

3º — referência aos números de ordem de outros livros;

4º — anotações.

§ 3º Para auxiliar a consulta, os oficiais que não se utilizarem do

1246695-5-111275

CARTULO III
Do Processo do Registro

Art. 185. Todos os títulos tomados, no protocolo, a data da sua apresentação e o número de ordem que, em razão dela, lhes competir, sendo nesses lançados o nome do apresentante e a identidade do título, reproduzindo-se, neste, a data e o número de ordem.

Parágrafo único. A apresentação será feita respeitando-se a ordem rigorosa da apresentação do título e obedecerá a numeração infinita.

Art. 186. A escrituração do protocolo incumbirá tanto ao oficial titular como ao auxiliar expressamente designado por aquele e autorizado pelo juiz competente, ainda que o primeiro não esteja afastado ou impedido.

Art. 187. O número de ordem determinará a prioridade do título e, esta, a preferência dos direitos reais, ainda que apresentados pela mesma pessoa, mais de um título simultaneamente.

Art. 188. Havendo permuta, e pertencendo os imóveis permutados à circunscrição do mesmo ofício, serão feitos os registros nas matrículas respectivas, com indicações recíprocas e números de ordem seguidos no protocolo.

Art. 189. Tomada a data da apresentação e o número de ordem do protocolo, proceder-se-á ao registro, salvo nos casos previstos nos artigos seguintes.

Art. 190. Apresentado título de segunda hipoteca, com referência expressa à existência de outra anterior, o oficial, depois de prenotá-lo, aguardará durante trinta (30) dias, que os interessados na primeira promovam a inscrição. Esgotado esse prazo, que correrá da data da apresentação, sem que seja apresentado o título anterior, o segundo será inscrito e obterá preferência sobre aquele.

Art. 191. Não serão registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel.

Art. 192. Prevencido, para efeito de prioridade de registro, quando apresentados no mesmo dia, os títulos prenotados no protocolo sob número de ordem mais baixo, preferindo-se o registro dos apresentados posteriormente, pelo prazo correspondente a, pelo menos, um expediente diário.

Parágrafo único. Excetua-se da norma deste artigo as escrituras públicas lavradas na mesma data que, apresentadas no mesmo dia, determinem taxativamente a hora da sua lavatura, prevalecendo, para efeito de prioridade, a que foi lavrada em primeiro lugar.

Art. 193. O registro será feito pela simples exibição do título, sem dependência de extratos.

Art. 194. Se o título for de natureza particular, deverá ser apresentado, ao menos, em duplicata, ficando um dos exemplares arquivado no cartório, sendo o outro ou os demais devolvidos ao interessado, após o registro.

Parágrafo único. Em caso de permuta serão, pelo menos, três os exemplares, sendo feitos os registros relativos a todos os imóveis permutados, ainda que só um dos interessados promova o registro.

Art. 195. Se existir uma só via do título e este for de natureza particular, a parte apresentará, também, certidão do Registro de Títulos e Documentos ou fotocópia devidamente autenticada, que ficará arquivada em cartório.

Art. 196. Todo o registro será feito por extrato, salvo se a parte pedir que se faça por extenso, no livro auxiliar,

sem prejuízo daquele e com anotações recíprocas.

Art. 197. Se o imóvel não estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, o oficial exigirá a matrícula, qualquer que seja a sua natureza, para manter a continuidade do registro.

§ 1º A matrícula será feita à vista dos elementos constantes do título apresentado e do registro anterior que constar do próprio cartório.

§ 2º Quando o título anterior estiver registrado em outro cartório, o novo título será apresentado juntamente com certidão atualizada com a matrícula do registro anterior e de existência de ônus.

Art. 198. Tomada a nota da apresentação, e conferido o número de ordem, o oficial verificará a legalidade e a validade do título, procedendo ao registro, se o mesmo estiver em conformidade com a lei, no prazo máximo de dez (10) dias úteis, salvo no caso previsto no parágrafo único do art. 1º do Decreto-lei número 540, de 25 de abril de 1969, em que o prazo será de três (3) dias úteis.

§ 1º O oficial fará essa verificação no prazo improrrogável de cinco (5) dias úteis, e poderá exigir que o apresentante ponha o documento em conformidade com a lei, concedendo-lhe, para isso, prazo razoável.

§ 2º O oficial indicará, por escrito a exigência cuja satisfação seja necessária ao registro. Não se contando o apresentante com a extensão do oficial ou não podendo satisfazê-la, será o título e seu requerimento e com a declaração de dívida, remetido ao juiz competente para dirimí-la.

§ 3º Em se tratando de propriedade territorial, desapropriada nos termos do Decreto-lei nº 549, de 24 de abril de 1969, a verificação a que alude o § 1º será feita em quarenta e oito (48) horas.

§ 4º Em se tratando de inscrição de incorporação e de loteamento, a verificação dos memoriais e documentos necessários ao registro será feita em quinze (15) dias úteis.

Art. 199. Prenotado o título e lançada nele a dívida, rubricará o oficial todas as suas folhas, remetendo-o ao juiz competente.

Art. 200. No protocolo arquivará o oficial, à margem da prenotação, a ocorrência da dívida.

Art. 201. Estando devidamente fundamentada a dívida, o juiz mandará ouvir o apresentante em dez (10) dias, para impugná-la, com os documentos que entender, ouvindo-se, após, o Ministério Público, no prazo de cinco (5) dias.

§ 1º Se o interessado, nesse prazo, não impugnar a dívida, o juiz mandará arquivá-la. Essa decisão é irrecurável e dela dar-se-á ciência ao oficial, que cancelará a prenotação, devolvendo os documentos ao interessado.

§ 2º O arquivamento da dívida não impedirá que ela seja suscitada novamente, no caso de reapresentação do título para registro.

Art. 202. Impugnada a dívida, o juiz proferirá a sentença no prazo de cinco (5) dias, com os elementos constantes dos autos.

Parágrafo único. Da sentença poderão interpor recurso de apelação, com ambos os efeitos o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado.

Art. 203. O documento que for objeto de dívida, decidida esta, será restituído ao interessado, independentemente de traslado.

Art. 204. Julgada improcedente a dívida, o interessado apresentará de novo os seus documentos, com o respectivo mandato, e o oficial processará, desde logo, ao registro, decidida,

Indicador Reg pelo sistema de fichas, farão um índice pelos logradouros e numeração predial quando se tratar de imóveis urbanos e pelos nomes e situações, quando rurais.

§ 4º As repartições municipais são obrigadas a comunicar ao oficial do registro nos dez (10) dias seguintes à sua efetivação, todas as alterações ocorridas no sistema urbano, inclusive as concernentes a nomes de logradouros.

Art. 197. O livro nº 5 — Indicador Pessoal — será distribuído alfabeticamente e nele se escreverá, por extenso, os nomes de todas as pessoas que, individual ou coletivamente, ative ou passivamente, direta ou indiretamente, figurarem nos livros de registro.

§ 1º As indicações no Indicador Pessoal serão distribuídas em quatro colunas perpendiculares, satisfazendo aos seguintes requisitos:

- 1º) número de ordem;
- 2º) pessoas;
- 3º) referência aos números de ordem de outros livros;
- 4º) anotações.

§ 2º O indicador Pessoal poderá obedecer a sistema de fichas, a critério e sob exclusiva responsabilidade do oficial.

Art. 198. Se a mesma pessoa ou o mesmo imóvel já estiverem no Indicador Pessoal ou no Real, somente se fará referência na respectiva coluna ou ficha, ao número de ordem do livro em que se lavrar o novo registro.

Art. 199. Se, no mesmo ato, figurar mais de uma pessoa, ativa ou passivamente, o nome de cada uma será lançado, distintamente, no Indicador Pessoal.

Art. 200. Adotados os livros Indicador Real e o Pessoal, sob a forma encadernada, as indicações nesses lançadas terão seu número de ordem especial, correspondendo o número de ordem dos imóveis à zona cadastral onde estão situados e o número de ordem das pessoas à respectiva letra do alfabeto.

Art. 201. Esgotadas as folhas destinadas a uma zona cadastral no Indicador Real, se adotado o livro encadernado, a escrituração continuará no livro seguinte, averbando-se o transpôrte no livro antecedente, ou mesmo, em folhas aproveitáveis, feitas as referências recíprocas. Da mesma forma proceder-se-á com relação ao Indicador Pessoal.

Art. 202. No caso do artigo anterior, caberá, na distribuição das folhas do livro seguinte maior número delas à zona cadastral ou à letra do alfabeto cujas folhas estiverem esgotadas antes de distribuídas às outras zonas ou letras.

Art. 203. O livro nº 7 — Registro de Incorporação — destina-se ao registro dos memoriais de incorporação dos atos institutivos e das convenções de condomínio, previstas na Lei número 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e será estruturado de acordo com o modelo previsto no anexo desta lei.

§ 1º As averbações relativas aos registros feitos no livro nº 7 serão lançadas em seguida ao registro, por ordem cronológica e em forma narrativa, numeradas seguidamente, antecipando-se a essa numeração, separando por traço, o número do registro (ex. 1-1, 1-2, 1-3).

§ 2º Esgotado numa folha o espaço para as averbações, prosseguirão as mesmas na primeira folha em branco do mesmo livro ou do livro da mesma série que estiver em uso, feitas as referências recíprocas.

Art. 204. O livro nº 8 — Registro de Loteamentos — na forma da lei respectiva, destinado ao registro da propriedade loteada, para venda de lotes a prazo, em prestações sucessivas e periódicas, obedecerá ao modelo previsto no anexo desta lei e será es-



ando, na coluna de anotações do protocolo, que a dúvida foi julgada improcedente, arquivando-se o mandado ou a cópia da sentença. Se julgada procedente, expedir-se-á mandado ao oficial que cancelará a prenotação.

Art. 205. A denegação do registro não impedirá o uso do processo contencioso competente.

Art. 206. Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação, se, decorridos trinta (30) dias do seu lançamento no protocolo, o título não tiver sido registrado, salvo nos casos de processo de dúvida ou de inscrição de instituição de bem de família e de inscrição de memorial de loteamento; casos estes em que o periclitamento da prenotação ocorrerá após 30 (trinta) dias da data da publicação do último edital.

Art. 207. Se o documento, uma vez prenotado, não puder ser registrado, ou o apresentante desistir do seu registro, a importância relativa às despesas previstas no art. 15 será restituída, deduzida a quantia correspondente às buscas e à prenotação.

Art. 208. No processo de dúvida, somente serão devidas custas, a serem pagas pelo interessado, quando a dúvida for julgada procedente.

Art. 209. O registro começado dentro das horas fixadas não será interrompido, salvo motivo de força maior declarado, prorrogando-se o expediente até ser concluído.

Art. 210. Durante a prorrogação, nenhuma nova apresentação será admitida, lavrando-se termo de encerramento no protocolo.

Art. 211. Todos os atos serão assinados pelo oficial, seu substituto legal ou escrevente, expressamente designado pelo oficial e autorizado pelo juiz competente, ainda que o primeiro não esteja afastado ou impedido.

Art. 212. Na via do título restituída ao apresentante, com todas as folhas rubricadas, serão declarados, de forma resumida, os atos praticados em decorrência de sua apresentação, nela se consignando, obrigatoriamente, os lançamentos feitos nos indicadores real e pessoal.

Art. 213. Se o teor do registro não exprimir a verdade, poderá o prejudicado reclamar sua retificação, por meio de processo próprio.

Art. 214. A requerimento do interessado, poderá ser retificado o erro constante do registro, desde que tal retificação não acarrete prejuízo a terceiro.

§ 1º A retificação será feita mediante despacho judicial, salvo no caso de erro evidente, o qual o oficial, desde logo, corrigirá, com a devida cautela.

§ 2º Se da retificação resultar alteração da descrição das divisas ou da área do imóvel, serão citados, para se manifestarem sobre o requerimento, em dez (10) dias, todos os confrontantes e o alienante ou seus sucessores.

§ 3º O Ministério Público será ouvido no pedido de retificação.

§ 4º Se o pedido de retificação for impugnado fundamentadamente, o juiz remeterá o interessado para as vias ordinárias.

§ 5º Da sentença do juiz, deferindo ou não o requerimento, cabe o recurso de apelação com ambos os efeitos.

Art. 215. As nulidades de pleno direito do registro, uma vez provadas, invalidam-no, independentemente de ação direta.

Art. 216. São nulos os registros feitos após sentença de abertura de falência, ou do termo legal nela fixado, salvo se a apresentação tiver sido feita anteriormente.

Art. 217. O registro poderá também ser retificado ou anulado por sentença em processo contencioso, ou

por efeito de julgado em ação de anulação ou de declaração de nulidade de ato jurídico, ou de julgado sobre fraude à execução.

CAPÍTULO IV

Das pessoas

Art. 218. O registro pode ser promovido por qualquer interessado.

Parágrafo único. Nos atos a título gratuito o registro pode também ser promovido pelo transferente, acompanhado da prova de aceitação do beneficiário.

Art. 219. O registro do penhor rural independe do consentimento do credor hipotecário.

Art. 220. As despesas com o registro incumbem ao interessado que o requerer, salvo convenção em contrário.

Art. 221. São considerados, para fins de escrituração, credores e devedores, respectivamente:

I — nas servidões, o dono do prédio dominante e o dono do prédio serviente;

II — no uso, o usuário e o proprietário;

III — na habitação, o habitante e o proprietário;

IV — na anticrese, o mutuante e o mutuário;

V — no usufruto, o usufrutuário e o nu-proprietário;

VI — na enfiteuse, o senhorio e o enfiteuta;

VII — na constituição de renda, o beneficiário e o rendeiro censuário;

VIII — na locação, o locatário e o locador;

IX — nas promessas de compra e venda, o promitente-comprador e o promitente-vendedor;

X — nas penhoras e ações, o autor e o réu;

XI — nas promessas de cessão de direitos, o promitente-cessionário e o promitente-cedente.

CAPÍTULO V

Das títulos

Art. 222. São admitidos a registro unicamente:

a) escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros;

b) escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, com as firmas reconhecidas, dispensado o reconhecimento quando se tratar de atos praticados por entidades vinculadas ao Sistema Financeiro de Habitação;

c) atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos competentemente no idioma nacional e registrados no cartório de registro de títulos e documentos;

d) cartas de sentença, mandados, formais de partilha e certidões extraídos de autos de processo.

Art. 223. Em todas as escrituras e atos relativos a imóveis, bem como nas declarações de bens prestadas nos inventários e nos autos de partilha, o tabelião ou escrivão deve fazer referência à matrícula ou ao registro anterior, seu número e cartório.

§ 1º Ficam sujeitas à mesma obrigação as partes que, por instrumento particular, celebrarem os atos relativos a imóveis.

§ 2º Nas escrituras lavradas em decorrência de autorização judicial serão mencionados, por certidão em breve relatório, com todas as minúcias que permitam identificá-los, os respectivos alvarás.

CAPÍTULO VI

Da Matrícula

Art. 224. Todo imóvel objeto de título apresentado em cartório para registro, deve estar matriculado no livro n.º 2 de Registro Geral, obedecidas as normas estabelecidas no art. 173.

Art. 225. A matrícula será efetuada por ocasião do primeiro registro a ser

lançado na vigência da presente lei, mediante os elementos constantes do título apresentado e do registro anterior no mesmo mencionado, preenchidos os requisitos do art. 227.

§ 1º Se o registro anterior for efetuado em outro cartório, a matrícula será aberta com os elementos que constarem do título apresentado e de certidão atualizada do mencionado registro e da inexistência de ônus, caso em que a certidão ficará arquivada em cartório.

§ 2º Na matrícula aberta será lançado, na mesma ocasião, o primeiro registro, com os elementos que constarem do título apresentado.

§ 3º Pela matrícula só se cobrarão custas nos casos previstos nos artigos 226 e 231.

Art. 226. Se o imóvel não estiver matriculado no Registro de Imóveis e lançado em nome do outorgante, far-se-á a matrícula pelo primeiro título que, na sequência cronológica dos títulos de domínio, estiver registrado, qualquer que seja a sua natureza. Na matrícula assim formalizada, serão lançados a registro todos os títulos posteriores, até o registro do título apresentado.

Parágrafo único. Se o imóvel estiver matriculado, mas da matrícula não constar lançamento em nome do outorgante, far-se-á na matrícula o registro pelo primeiro título que, na sequência cronológica dos títulos de domínio, estiver registrado e registro de todos os títulos posteriores, até o lançamento do título apresentado.

Art. 227. São requisitos da matrícula:

1.º) o número de ordem;

2.º) a data;

3.º) a identificação do imóvel, feita mediante indicação de suas características e confrontações, localização e denominação, se rural ou logradouro e número, se urbano;

4.º) nome, domicílio, nacionalidade, profissão e estado civil do proprietário, bem como o seu número do Cadastro Individual do Contribuinte ou da cédula de identidade ou, à falta deles, a sua filiação;

5.º) número do registro anterior.

Art. 228. Para efeito do disposto no artigo anterior, os tabeliães, escrivães e juizes farão com que, nas escrituras e, nos autos judiciais, as partes indiquem, com precisão, as confrontações e a localização dos imóveis, mencionando os nomes dos confrontantes e, ainda, quando se tratar só de terreno, se este fica do lado par ou do lado ímpar do logradouro, em que quadra e a que distância métrica da edificação ou de esquina mais próxima, exigindo dos interessados certidão do registro imobiliário.

§ 1º As mesmas minúcias com relação à caracterização do imóvel devem constar dos instrumentos particulares apresentados em cartório para registro.

§ 2º Consideram-se irregulares para efeito de matrícula, os títulos nos quais a caracterização do imóvel não coincida com a que consta do registro anterior.

Art. 229. Tratando-se de usucapião, os requisitos da matrícula devem constar do mandado judicial.

Art. 230. Além dos casos de cancelamento previstos nesta lei, será a matrícula encerrada na hipótese prevista no artigo seguinte ou quando, em virtude de alienações parciais, for o imóvel transferido inteiramente a outros proprietários.

Art. 231. Quando dois ou mais imóveis contíguos, pertencentes ao mesmo proprietário, constarem em matrículas autônomas, o proprietário pode requerer a fusão delas em uma só, de novo número, encerrando-se as primitivas.

Art. 232. No registro de transferência parcial do imóvel, em virtude de desmembramento ou de loteamento, haverá nova matrícula para a parte

desmembrada, permanecendo o remanescente na matrícula original, onde também se averbará a ocorrência.

Art. 233. No caso do imóvel matriculado passar à subordinação de outro cartório, as anotações e averbações continuarão a ser feitas na matrícula já existente, até que outra se abra no cartório da nova circunscrição, quando do primeiro registro, nos termos do artigo 228.

§ 1.º Para a abertura da nova matrícula, será apresentada certidão atualizada da matrícula anterior e dos registros e averbações dela constantes, a fim de serem reproduzidos no novo lançamento.

§ 2.º Feita a nova matrícula, o oficial dará ciência imediata do fato ao cartório da matrícula anterior, o qual fará o devido encerramento.

CAPÍTULO VII

Do Registro

Art. 234. Os registros atribuídos ao livro n.º 2 de Registro Geral serão lançados nas matrículas dos imóveis, feitas de acordo com o disposto no capítulo VI.

Art. 235. Estarão sujeitos a registro no livro n.º 2 todos os títulos ou atos relacionados no artigo 168, inciso I e não atribuídos especificamente a outros livros.

Parágrafo único. Em qualquer caso, não poderá ser feito o registro, sem que o imóvel tenha sido matriculado, ou, quando matriculado, o título anterior, seja qual for a sua natureza, não esteja registrado na respectiva matrícula, mantendo-se, assim, a continuidade do registro.

Art. 236. O registro do título de domínio direto aproveita ao titular do domínio útil, e vice-versa, e será feito no livro n.º 2.

Art. 237. São requisitos do registro no livro 2:

1.º) o nome, estado civil, profissão, nacionalidade e domicílio do transmitente ou do devedor, bem como seu número do Cadastro Individual do Contribuinte ou da cédula de identidade ou, à falta deles, a sua filiação;

2.º) o nome, estado civil, profissão, nacionalidade e domicílio do adquirente ou do credor, bem como seu número do Cadastro Individual do Contribuinte ou da cédula de identidade ou, à falta deles, a sua filiação;

3.º) o título da transmissão ou do ônus;

4.º) a forma do título, sua procedência e caracterização;

5.º) o valor do contrato, da coisa ou da dívida, prazo desta, condições e mais especificações, inclusive os juros que houver.

Parágrafo único. Serão considerados irregulares para efeito de registro, na matrícula do imóvel no livro 2, os títulos nos quais a caracterização do imóvel não coincida com a descrita na respectiva matrícula.

Art. 238. A inscrição da anticrese no livro 2 declarará, também o prazo, a época do pagamento e a forma de administração.

Art. 239. O contrato de locação, com cláusula expressa de vigência, no caso de alienação do imóvel, registrado no livro n.º 2, consignará, além dos requisitos enumerados no artigo 237, o valor do contrato, a renda, o prazo, o tempo e o lugar do pagamento e a pena convencional.

Art. 240. As inscrições das hipotecas e anticreses que abonarem, especialmente, empréstimos sob debêntures feitos nos cartórios da situação dos imóveis, nos termos da legislação em vigor, serão provisórios, para ratificação dentro de seis (6) meses, a requerimento da sociedade ou de qualquer credor e deverão conter, além dos requisitos enumerados no art. 242, mais os seguintes:

1.º) valor do crédito e do imóvel, ou sua estimativa por acordo entre as partes;

2.º) juros, penas e demais condições necessárias.

Art. 241. A inscrição da hipoteca convencional valerá pelo prazo de trinta (30) anos, findo o qual só será mantido o número anterior se reconstruída por novo título e novo registro.

Parágrafo único. Quando o imóvel pertencer a terceiro que o tenha hipotecado em garantia de dívida alheia, serão, também, registrados o seu nome, estado civil, nacionalidade, profissão e domicílio.

Art. 242. A inscrição das emissões de debêntures, a ser feita no livro n.º 4, sem prejuízo do disposto no art. 240, será feita com os seguintes requisitos:

1.º) número de ordem;

2.º) data;

3.º) nome, objeto e sede da sociedade;

4.º) data da publicação de seu estatuto no órgão oficial, bem como das alterações que tiver sofrido;

5.º) data da publicação oficial da ata da assembleia geral que resolveu a emissão e lhe fixou as condições, precisando-se os jornais em que essa publicação foi feita;

6.º) importe dos empréstimos anteriormente emitidos pela sociedade;

7.º) o número e valor nominal das obrigações cuja emissão se pretende, com o juro correspondente a cada uma, assim como a época e as condições da amortização, ou do resgate, e do pagamento dos juros;

8.º) Em se tratando de debêntures conversíveis em ações, serão consignados, além dos requisitos acima, os prazos para o exercício do direito à conversão e as bases dela, relativamente ao número de ações a serem emitidas por debêntures, ou entre o valor do principal destas e das ações em que forem convertidas (Lei n.º 4.728 de 14 de julho de 1965, art. 44).

Art. 243. As escrituras antenupciais serão registradas no livro n.º 3 do cartório do domicílio conjugal, nos termos do art. 174, § 1.º, sem prejuízo de sua averbação obrigatória no lugar da situação dos imóveis de propriedade do casal, ou dos que forem sendo adquiridos e sujeitos a regime de bens diverso do comum, com a declaração das respectivas cláusulas, para ciência de terceiros.

Parágrafo único. Sempre que possível, será feita essa averbação nos casos de casamento, em que o regime de bens for determinado por lei, incumbindo ao Ministério Público zelar pela fiscalização e observância dessa providência.

Art. 244. As inscrições das penhoras, arrematos, e sequestros de imóveis serão feitas à vista da certidão do escrivão, da qual constem, além dos requisitos a que se referem os artigos 227 e 240, os nomes e a categoria do juiz, do depositário, das partes e a natureza do processo.

Parágrafo único. A certidão será lavrada pelo escrivão, com a declaração do fim especial a que se destina, após a entrega do mandado devidamente cumprido em cartório.

Art. 245. A inscrição da penhora faz prova quanto à fraude de qualquer transação posterior.

CAPÍTULO VIII

Da Averbação e do Cancelamento

Art. 246. As averbações no livro n.º 2 serão escrituradas de acordo com as normas estabelecidas no artigo 173. Nos demais casos as averbações serão lançadas na coluna a tal fim destinada.

Art. 247. As averbações abrangerão, além dos casos expressamente indicados no inciso III do artigo 168, as sub-rogações e outras ocorrências que por qualquer modo alterem a matrícula ou os registros, em relação aos imóveis e às pessoas que neles figurarem, inclusive a prorrogação do prazo da hipoteca.

Art. 248. A averbação da circunstância a que se refere o inciso III,

alínea "e" do artigo 168, será feita a requerimento do interessado, com a firma reconhecida, instruído com documento comprobatório fornecido pela autoridade competente. A alteração do nome só poderá ser averbada quando devidamente comprovada por certidão do registro civil.

Art. 249. O cancelamento efetuar-se-á mediante averbação datada e assinada pelo oficial ou seus substitutos legais e declarará a razão do cancelamento e o título em virtude do qual foi ele feito.

Art. 250. O cancelamento poderá ser total ou parcial e referir-se a qualquer dos atos do registro, sendo promovido pelos interessados, mediante sentença definitiva ou documento hábil, ou, ainda, a requerimento unânime das partes que convierem no ato registrado, se capazes e conhecidas do oficial.

Art. 251. O cancelamento da servidão, quando o prédio dominante estiver hipotecado, só poderá ser feito com aquiescência do credor, expressamente manifestada.

Art. 252. O dono do prédio serviente terá, nos termos da lei, direito a cancelar a servidão.

Art. 253. O foreiro poderá, nos termos da lei, averbar a renúncia de seu direito, sem dependência do consentimento do senhorio direto.

Art. 254. O cancelamento da hipoteca só pode ser feito:

a) à vista de quitação outorgada pelo credor em instrumento público;

b) mediante autorização escrita do credor, com firma reconhecida;

c) em razão de processo administrativo, ou contencioso, em que o credor tenha sido intimado (Código de Processo Civil, art. 898);

d) na conformidade do disposto no art. 24 do Dec. lei n.º 70 de 21 de novembro de 1966 (Cédulas Hipotecárias).

Parágrafo único. Excetuadas as hipóteses aqui previstas, a hipoteca continuará gravando o imóvel, ainda quando registrada em nome do adquirente.

Art. 255. O registro, enquanto não cancelado, produz todos os seus efeitos legais, ainda que, por outra maneira, se prove que o título está desfeito, anulado, extinto ou rescindido.

Parágrafo único. Aos terceiros prejudicados é lícito, em juízo, fazer prova da extinção dos ônus reais e promover o cancelamento do seu registro.

Art. 256. O cancelamento não pode ser feito em virtude de sentença ainda sujeita a recurso.

Art. 257. Se, cancelado o registro, subsistirem o título e os direitos dele decorrentes, poderá o credor promover novo registro, o qual só produzirá efeitos a partir da nova data.

Art. 258. Na matrícula da propriedade que for loteada será averbado o registro feito no livro n.º 8, assim que efetuado, com a indicação do número de quadras e lotes e com a descrição da área remanescente.

Art. 259. A inscrição da incorporação no livro n.º 7 ou o do loteamento no livro n.º 8, só será cancelado:

a) em cumprimento de sentença;

b) a requerimento do incorporador ou do loteante, enquanto nenhuma unidade ou lote for objeto de transação devidamente averbada, ou mediante o consentimento de todos os compromissários ou cessionários, expresso em documento por eles assinado, ou por procuradores com poderes especiais;

c) por mandado judicial.

Art. 260. As averbações relativas a incorporação ou loteamento serão canceladas:

a) a requerimento das partes contratantes;

15 ~~XIII~~ XIV

Art. 307. Nos casos de Incorporação de bens imóveis do patrimônio público, para a formação ou integralização do capital de sociedade por ações da administração indireta, ou para a formação do patrimônio da empresa pública, o oficial do registro imobiliário de imóveis fará o novo

ações da administração indireta para a formação do patrimônio da empresa pública, o oficial do respectivo registro de imóveis faz o novo registro em nome da entidade a que os mesmos forem incorporados ou transferidos, valendo-se, para tanto, dos dados, característicos e confinações constantes do anterior.

3.º Na hipótese de não coincidência das características do imóvel com as constantes do registro existente, servirá como título habilitado para o novo registro o instrumento pelo qual a incorporação ou transferência se verificou, em cópia autêntica, ou exemplar do órgão oficial no qual foi aquele publicado.

deverá a entidade, no qual foi o mesmo incorporado ou transferido, promover a respectiva correção matemática termo a termo ao instrumento de incorporação ou transferência e do qual deverão constar, entre outros elementos, seus limites ou contror-

3.º Para fins do registro de que trata o presente artigo, considerar-se-á, como valor de transferência de bens e concessão de transações, sua descrição e caracteris-

Art. 308. O encerramento dos livros em uso, antes da vigência da presente lei, não exclui a validade dos atos neles registrados, nem impede que, neles, se façam as averbações e anotações posteriores.

Parágrafo único. Se a averbação ou anotação de um registro

a matricula do imóvel, nos termos do art. 17, § 1º, do Livro n.º 2 do Registro de Imóveis, pela presente lei, e não houver registro nos anteriores livros de Transações da Transmissões, será aberta

do artigo 235, parágrafo único, desta lei.

Art. 309. Aplicam-se aos registros referidos no artigo 1º, § 1º, incisos I, II e III, desta lei, as disposições relativas ao processo de divida no registro de imóveis.

Art. 316. Esta lei entrará em vigor em todo o território nacional no dia 1º de junho de 1974.

a Lei nº 4.837, de 7-3-1924 e os Decretos nos 4.857, de 9-11-1939, 5.518, de 29-2-1940 e 5.553, de 6-5-1940 e o Decreto, Lei nº 1.000, de 21-10-1969. Nesse dia levantou os oficiais técnicos do encerramento, no Hotel "Atlântico".

Brasília, 31 de dezembro de 1973.

152. da Independência e 85.º da
República.
Eduardo G. Menezes
Alfredo Ruzicki

10

Item	Quantity	Unit	Price	Total
1. 0.0000				
2. 0.0000				
3. 0.0000				
4. 0.0000				
5. 0.0000				
6. 0.0000				
7. 0.0000				
8. 0.0000				
9. 0.0000				
10. 0.0000				
11. 0.0000				
12. 0.0000				
13. 0.0000				
14. 0.0000				
15. 0.0000				
16. 0.0000				
17. 0.0000				
18. 0.0000				
19. 0.0000				
20. 0.0000				
21. 0.0000				
22. 0.0000				
23. 0.0000				
24. 0.0000				
25. 0.0000				
26. 0.0000				
27. 0.0000				
28. 0.0000				
29. 0.0000				
30. 0.0000				
31. 0.0000				
32. 0.0000				
33. 0.0000				
34. 0.0000				
35. 0.0000				
36. 0.0000				
37. 0.0000				
38. 0.0000				
39. 0.0000				
40. 0.0000				
41. 0.0000				
42. 0.0000				
43. 0.0000				
44. 0.0000				
45. 0.0000				
46. 0.0000				
47. 0.0000				
48. 0.0000				
49. 0.0000				
50. 0.0000				
51. 0.0000				
52. 0.0000				
53. 0.0000				
54. 0.0000				
55. 0.0000				
56. 0.0000				
57. 0.0000				
58. 0.0000				
59. 0.0000				
60. 0.0000				
61. 0.0000				
62. 0.0000				
63. 0.0000				
64. 0.0000				
65. 0.0000				
66. 0.0000				
67. 0.0000				
68. 0.0000				
69. 0.0000				
70. 0.0000				
71. 0.0000				
72. 0.0000				
73. 0.0000				
74. 0.0000				
75. 0.0000				
76. 0.0000				
77. 0.0000				
78. 0.0000				
79. 0.0000				
80. 0.0000				
81. 0.0000				
82. 0.0000				
83. 0.0000				
84. 0.0000				
85. 0.0000				
86. 0.0000				
87. 0.0000				
88. 0.0000				
89. 0.0000				
90. 0.0000				
91. 0.0000				
92. 0.0000				
93. 0.0000				
94. 0.0000				
9				

Altura : 0,45m
Largura : 0,45m

- b) pela rescisão do contrato;
c) pela abertura de matrícula da unidade autônoma ou do lote;
d) por mandado judicial.

CAPÍTULO IX Do Bem de Família

Art. 261. A instituição do bem de família far-se-á por escritura pública, declarando o instituidor que determinado prédio se destina a domicílio de sua família e ficará isento de execução por dívida.

Art. 262. Para a inscrição do bem de família, o instituidor apresentará ao oficial do registro a escritura pública de instituição, para que mande publicá-la na imprensa local e, à falta, na da Capital do Estado ou do Território.

Art. 263. Se não ocorrer razão para dúvida, o oficial fará a publicação, em forma de edital, do qual constará:

I — O resumo da escritura, nome, naturalidade e profissão do instituidor, data do instrumento e nome do tabelião que o fez, situação e características do prédio;

II — o aviso de que, se alguém se julgar prejudicado, deverá, dentro em trinta (30) dias, contados da data da publicação, reclamar contra a instituição, por escrito e perante o oficial.

Art. 264. Findo o prazo do nº II do artigo anterior, sem que tenha havido reclamação, o oficial transcreverá a escritura, integralmente, no livro nº 3 e fará a inscrição na competente matrícula, arquivando um exemplar do jornal em que a publicação houver sido feita e restituindo o instrumento ao apresentante, com a nota da inscrição.

Art. 265. Se for apresentada reclamação, dela fornecerá o oficial, ao instituidor, cópia autêntica e lhe restituirá a escritura, com a declaração de haver sido suspenso o registro, cancelando a prenotação.

§ 1º O instituidor poderá requerer ao juiz que ordene o registro, sem embargo da reclamação.

§ 2º Se o juiz determinar que se proceda ao registro, ressaltará ao reclamante o direito de recorrer à ação competente para anular a instituição ou de fazer execução sobre o prédio instituído, na hipótese de tratar-se de dívida anterior e cuja solução se tornou inexecutível em virtude do ato da instituição.

§ 3º O despacho do juiz será irrecorrível e, se deferir o pedido será transcrito integralmente, juntamente com o instrumento.

Art. 266. Quando o bem de família for instituído juntamente com a transmissão da propriedade (Decreto-lei número 3.200, de 14.4.1941, art. 8º § 5º), a inscrição far-se-á imediatamente após o registro da transmissão ou, se for o caso, com a matrícula.

CAPÍTULO X

Da Remição do Imóvel Hipotecado

Art. 267. Para remir o imóvel hipotecado, o adquirente requererá, no prazo legal, a citação dos credores hipotecários, propondo, para a remição, no mínimo, o preço por que adquiriu o imóvel.

Art. 268. Se o credor, citado, não se opuser à remição, ou não comparecer, lavrar-se-á termo de pagamento e quitação e o juiz ordenará, por sentença, o cancelamento do hipoteca.

Parágrafo único. No caso de revelia, consignar-se-á o preço à custa do credor.

Art. 269. Se o credor, citado, comparecer e impugnar o preço oferecido, o juiz mandará promover a licitação entre os credores hipotecários, os fiadores e o próprio adquirente, autorizando a venda judicial a quem oferecer maior preço.

§ 1º Na licitação, será preferido, em igualdade de condições, o lance do adquirente.

§ 2º Na falta de arrematante, o valor será o proposto pelo adquirente.

Art. 270. Arrematado o imóvel e depositado, dentro de quarenta e oito (48) horas, o respectivo preço, o juiz mandará cancelar a hipoteca, sub-rogando-se no produto da venda os direitos do credor hipotecário.

Art. 271. Se o credor de segunda hipoteca, embora não vencida a dívida, requerer a remição, juntará o título e certidão da inscrição da anterior e depositará a importância devida ao primeiro credor, pedindo a citação deste para levantar o depósito e a do devedor para dentro do prazo de cinco (5) dias remir a hipoteca, sob pena de ficar o requerente sub-rogado nos direitos creditórios, sem prejuízo dos que lhe couberem em virtude da segunda hipoteca.

Art. 272. Se o devedor não comparecer ou não remir a hipoteca, os autos serão conclusos ao juiz para julgar por sentença a remição pedida pelo segundo credor.

Art. 273. Se o devedor comparecer e quiser efetuar a remição, notificar-se-á o credor para receber o preço, ficando sem efeito o depósito realizado pelo autor.

Art. 274. Se o primeiro credor estiver promovendo a execução da hipoteca, a remição, que abrangerá a importância das custas e despesas realizadas, não se efetuará antes da primeira praça, nem depois de assinado o auto de arrematação.

Art. 275. Na remição de hipoteca legal em que haja interesse de incapaz intervirá o Ministério Público.

Art. 276. Das sentenças que julgarem o pedido de remição caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos.

Art. 277. Não é necessária a remição quando o credor assinar, com o vendedor, escritura de venda do imóvel gravado.

CAPÍTULO XI

Do Registro Torrens

Art. 278. Requerida a inscrição de imóvel rural no registro Torrens, o oficial protocolará e autuará o requerimento e documentos que o instruírem e verificará se o pedido se acha em termos de ser despachado.

Art. 279. O requerimento será instruído com:

I — os documentos comprobatórios do domínio do requerente;

II — a prova de quaisquer atos que modifiquem ou limitem a sua propriedade;

III — o memorial de que constem os encargos do imóvel os nomes dos ocupantes, confrontantes, quaisquer interessados, e a indicação das respectivas residências;

IV — a planta do imóvel, cuja escala poderá variar entre os limites: 1:500m (1/500) e 1:5.000m (1/5.000).

§ 1º O levantamento da planta obedecerá às seguintes regras:

I — empregar-se-ão goniômetros ou outros instrumentos de maior precisão;

II — a planta será orientada segundo o mediano do lugar, determinada a declinação magnética;

III — fixação dos pontos de referência necessários a verificações ulteriores e de marcos especiais, ligados a pontos certos e estáveis nas sedes das propriedades, de maneira que a planta possa incorporar-se à carta geral cadastral.

§ 2º As plantas serão anexadas o memorial e as cadernetas das operações de campo, autenticadas pelo agrimensor.

Art. 280. O imóvel sujeito a hipoteca ou ônus real não será admitido a registro sem consentimento expresso do credor hipotecário ou da pessoa em favor de quem se tenha instituído o ônus.

Art. 281. Se o oficial considerar irregular o pedido ou a documentação, poderá conceder o prazo de trinta (30) dias para que o interessado o regularize. Se o requerente não estiver de acordo com a exigência do oficial, este suscitará dúvida.

Art. 282. Se o oficial considerar em termos o pedido, remetê-lo-á a juiz para ser despachado.

Art. 283. O juiz, distribuído o pedido a um dos cartórios judiciais se entender que os documentos justificam a propriedade do requerente, mandará expedir edital que será afixado no lugar de costume e publicado uma vez no órgão oficial do Estado e três (3) vezes na imprensa local, se houver, marcando prazo não menor de dois (2) meses, nem maior de quatro (4) meses para que se ofereça oposição.

Art. 284. O juiz ordenará, de ofício ou a requerimento da parte, que, à custa do peticionário, se notifiquem do requerimento as pessoas nele indicadas.

Art. 285. Em qualquer hipótese será ouvido o órgão do Ministério Público, que poderá impugnar o registro por falta de prova completa do domínio ou preterição de outra formalidade legal.

Art. 286. Feita a publicação do edital, a pessoa que se julgar com direito sobre o imóvel, no todo ou em parte, poderá contestar o pedido no prazo de quinze (15) dias.

§ 1º A contestação mencionará o nome e a residência do réu, fará a descrição exata do imóvel e indicará os direitos reclamados e os títulos em que se fundarem.

§ 2º Se não houver contestação, e se o Ministério Público não impugnar o pedido, o juiz ordenará que se inscreva o imóvel, que ficará, assim, submetido aos efeitos do registro Torrens.

Art. 287. Se houver contestação ou impugnação, o procedimento será ordinário, cancelando-se, mediante mandado, a prenotação.

Art. 288. Da sentença que deferir, ou não, o pedido, cabe o recurso de apelação, com ambos os efeitos.

Art. 289. Transitada em julgado a sentença que deferir o pedido, o oficial inscreverá, na matrícula, o julgado que determinou a submissão do imóvel aos efeitos do registro Torrens, arquivando em cartório a documentação autuada.

TÍTULO VI

Do Registro da Propriedade Literária,

Científica e Artística

Art. 290. O registro da propriedade literária, científica e artística será feito na Biblioteca Nacional, na Escola Nacional de Música, na Escola Nacional de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e no Instituto Nacional do Cinema conforme a natureza da produção, para segurança do direito do proprietário.

Art. 291. Quando a produção for de caráter misto, será registrada no estabelecimento mais compatível com a natureza predominante da mesma produção, podendo o interessado registrá-la em todos os estabelecimentos com os quais tiver relação.

Art. 292. As obras literárias e científicas, cartas geográficas e quaisquer outros escritos, inclusive composições teatrais, serão registradas na Biblioteca Nacional; as composições musicais, na Escola Nacional de Música, e as obras de caráter artístico, inclusive fotografias, na Escola Nacional de Be-



REGISTRO DE IMOVEIS - Modelo do Livro n.º 8 - Registro Geral

REGISTRO GERAL
REGISTRO DE IMOVEIS

Livro n.º 8

Matrícula n.º _____

ANO

Dimensões Máximas:
Altura : 0,50m
Largura : 0,40m

REGISTRO DE IMOVEIS - Modelo do Livro n.º 3 - Auxiliar

REGISTRO DE IMOVEIS
LIVRO AUXILIAR

Livro n.º 3

ANO

Dimensões Máximas:
Altura : 0,50m
Largura : 0,40m

N.º de ordem	Data	REGISTRO	ANO	
			Int. ao denúcia livro	Avulsos

REGISTRO DE IMOVEIS - Modelo do Livro n.º 4 - Registro Diversos

REGISTRO DE IMOVEIS
REGISTROS DIVERSOS

Livro n.º 4

ANO

Dimensões Máximas:
Altura : 0,50m
Largura : 0,40m

N.º de ordem	Data	REGISTRO	ANO	
			Int. ao denúcia livro	Avulsos

REGISTRO DE IMOVEIS - Modelo do Livro n.º 5 - Indicador Real

REGISTRO DE IMOVEIS
INDICADOR REAL

Livro n.º 5

ANO

Dimensões Máximas:
Altura : 0,50m
Largura : 0,40m

N.º de ordem	Identificação do imóvel	ANO	
		Indicador das denúcias livres	Avulsos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

REGISTRO DE IMÓVEIS - Tabela de Livro n.º 6 - Tabela Final

REGISTRO DE IMÓVEIS INDICADOR FISCAL				ANO
N.º de ordem	TERCELOS	Partidas no curso livro	Anexos	

Dimensões Máximas
Altura : 0,50m
Largura : 0,40m

REGISTRO DE IMÓVEIS - Tabela de Livro n.º 7 - REGISTRO DE INCORPORAÇÕES

REGISTRO DE IMÓVEIS INCORPORAÇÕES			ANO
N.º de ordem	Data	REGISTRO DE AVILAÇÕES	

Dimensões Máximas
Altura : 0,50m
Largura : 0,40m

REGISTRO DE IMÓVEIS - Tabela de Livro n.º 8 - LOTAMENTOS

REGISTRO DE IMÓVEIS LOTAMENTOS			ANO
Livro n.º 8	REGISTRO DE IMÓVEIS LOTAMENTOS		
N.º de ordem	Data	REGISTRO DE AVILAÇÕES	

Dimensões Máximas
Altura : 0,50m
Largura : 0,40m





MENSAGEM Nº 469

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

Nos termos do artigo 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o anexo projeto de lei que "dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências".

Brasília, em 03 de novembro de 1981.



Brasília-DF,

Em 03 de Nov de 1981

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 010/81

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a respeito da administração do Território Federal de Fernando de Noronha, criado no interesse da defesa nacional pelo Decreto-lei nº 4.102, de 9 de fevereiro de 1942.

Estudos realizados pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a respeito do assunto, chegaram às seguintes conclusões:

- a legislação pertinente em vigor é, quase toda, baseada em decretos-leis do início da década de 40, esparsa e já não atende às necessidades da administração do Território;
- a administração do Território deve ser regida por lei especial, de acordo com o que prescreve o artigo 83 do Decreto-lei nº 411, de 8 de fevereiro de 1969;
- para efeitos de supervisão ministerial, o Território é vinculado ao Ministério do Exército;
- é de interesse nacional a aprovação, em curto prazo, de uma lei que, dando cabal cumprimento ao que estabelece o artigo 83 do Decreto-lei nº 411, de 8 de fevereiro de 1969, possibilite:



CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 010/81, 03/11/81 - 2/2

- a consolidação dos diversos instrumentos legais que regulam o assunto;
- o atendimento das necessidades da administração do Território;
- a efetivação da transferência de vinculação do Território de um Ministério Militar para outro, pelo Poder Executivo, tendo em vista conveniências de ordem administrativa ou de interesse da estratégia militar.

Assim, submeto à alta consideração de Vossa Excelência o anteprojeto de lei anexo, que busca responder às conclusões dos estudos realizados nesta Secretaria-Geral sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

General-de-Brigada *Daniilo Venturini* **DANILO VENTURINI**

Ministro de Estado,

Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional



Aviso nº 549-SUPAR/81.

Em 03 de novembro de 1981.

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a essa Secretaria a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, relativa a projeto de lei que "dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

JOÃO LEITÃO DE ABREU
Ministro Chefe do Gabinete Civil

A Sua Excelência o Senhor
Deputado FURTADO LEITE
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA - DF



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 5.482, DE 1981

* Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências.

MENSAGEM Nº 469/81 do Poder Executivo.

RELATOR: Deputado NÍLSON GIBSON

R E L A T Ó R I O

Com embasamento no art. 51 da Constituição, S.Exa. o Presidente em exercício, Doutor Aureliano de Mendonça Chaves, submeteu à elevada deliberação dos integrantes do Congresso Nacional — acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro de Estado Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional — o presente projeto-de-lei, que "dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências".

Na aludida Exposição, explicitou o Ministro



Danilo Venturini:

" Estudos realizados pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a respeito do assunto, chegaram às seguintes conclusões:

- a legislação pertinente em vigor é, quase toda, baseada em decretos-leis do início da década de 40, esparsa e já não atende às necessidades da administração do Território;
- a administração do Território deve ser regida por lei especial, de acordo com o que prescreve o artigo 83 do Decreto-lei nº 411, de 8 de fevereiro de 1969;
- para efeitos de supervisão ministerial, o Território é vinculado ao Ministério do Exército;
- é de interesse nacional a aprovação, em curto prazo, de uma lei que, dando cabal cumprimento ao que estabelece o artigo 83 do Decreto-lei nº 411, de 8 de fevereiro de 1969, possibilite:
- a consolidação dos diversos instrumentos legais que regulam o assunto;
- o atendimento das necessidades da administração do Território;
- a efetivação da transferência de vinculação do Território de um Ministério Militar para outro, pelo Poder Executivo, tendo em vista conveniências de ordem administrativa ou de interesse da estratégia militar".

A proposição presidencial foi distribuída a



CÂMARA DOS DEPUTADOS



03.



esta e às Comissões do Interior e de Segurança Nacional.

É o relatório.

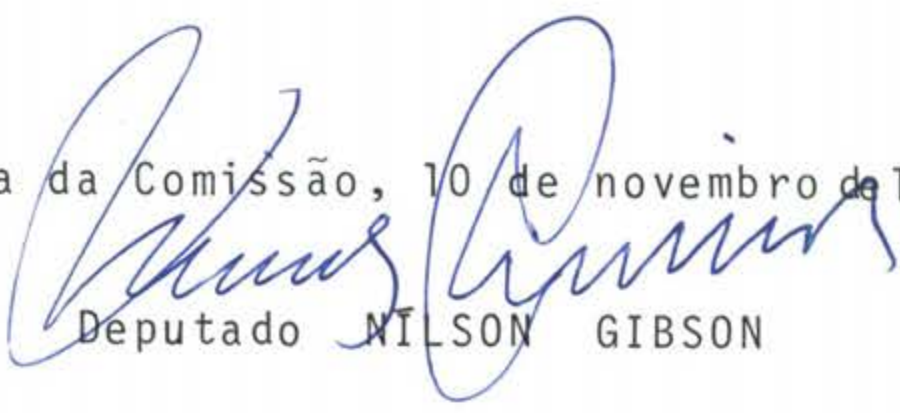
VOTO DO RELATOR

O Território Federal de Fernando de Noronha foi criado pelo Decreto-Lei nº 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, "no interesse da defesa nacional", diploma legal este de apenas quatro artigos. Leis posteriores dispuseram referentemente ao assunto, mas jamais deixando a matéria pertinente devidamente disciplinada. Impunha-se, por conseguinte, uma lei regulando suficiente e exhaustivamente a administração desse Território, que inescandivelmente vem crescendo em relevância.

A presente iniciativa do Poder Executivo, quanto aos aspectos que nos cumpre sua apreciação é constitucional, jurídica, e foi concebida em termos incriticáveis de técnica legislativa.

Assim sendo, sob tais ângulos, e quanto ao mérito, o presente voto é por sua aprovação.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 1981


Deputado WILSON GIBSON



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 5.482, DE 1981

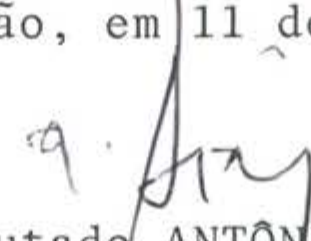
PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião plenária, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.482/81, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

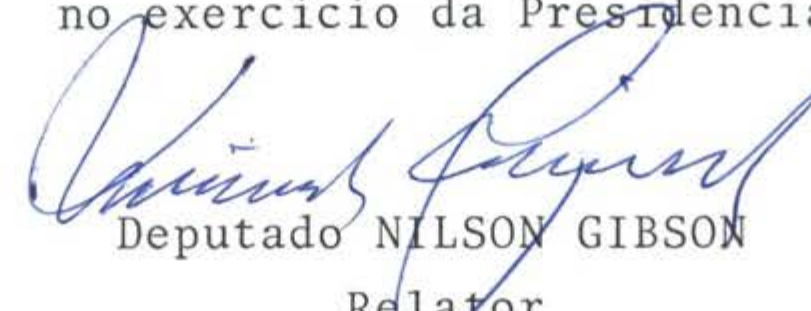
Antônio Dias - Vice-Presidente no exercício da Presidência, Adhemar Santillo, Afrísio Vieira Lima, Antônio Russo, Amadeu Gears, Bonifácio de Andrada, Carlos Chiarelli, Darcílio Ayres, Délio dos Santos, Djalma Bessa, Elquisson Soares, Francisco Benjamim, Isaac Newton, Jairo Magalhães, Joacil Pereira, João Gilberto, Jorge Arbage, José Mendonça, José Penedo, Lido_vino Fanton, Louremberg Nunes Rocha, Luiz Leal, Marcello Cerqueira, Nilson Gibson, Osvaldo Melo, Osmar Leitão, Péricles Gonçalves, Pimenta da Veiga, Ricardo Fiuza, Roberto Freire, Roque Aras, Tarcísio Delgado, Walber Guimarães, Waldir Walter e Walter Silva.

Sala da Comissão, em 11 de novembro de 1981.


Deputado ANTÔNIO DIAS

Vice-Presidente

no exercício da Presidência


Deputado NILSON GIBSON

Relator

/sms



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO PODER EXECUTIVO)

MENSAGEM Nº 469/81

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

Dispõe sobre a administração do Território Federal
de Fernando de Noronha e dá outras providências.

DESPACHO: JUSTIÇA = INTERIOR = SEGURANÇA NACIONAL.

À COMISSÃO DO INTERIOR em 10 de NOVEMBRO de 1981

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Dep. Inocêncio Oliveira 10 em 11 1981
O Presidente da Comissão de INTERIOR [Assinatura]
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO Nº 5.482 DE 1981

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19 _____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DO INTERIOR



PROJETO DE LEI Nº 5.482, DE 1981
(MENSAGEM Nº 469/81)

"Dispõe sobre a administração do
Território de Fernando de Noro-
nha e dá outras providências".

AUTOR: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado INOCÊNCIO OLI
VEIRA

I - R E L A T Ó R I O

O Território de Fernando de Noronha é formado por um conjunto de rochedos vulcânicos, de relevo montanhoso, que afloram bruscamente das águas. Com uma área de 26 km², compreendendo os penedos de São Pedro e São Paulo, o Atol das Rocas e o arquipélago, fica a 525km de Pernambuco e 350km do Rio Grande do Norte, possuindo uma população de 1.269 habitantes, sendo pescadores (60%) e militares (40%).

Em 1942, por interesse de Segurança Nacional, pelo Decreto-Lei nº 4.102 de 9 de fevereiro, foi criado o Território Federal de Fernando de Noronha, subordinado diretamente ao Ministério do Exército, ganhando importância como ponto estratégico, durante a IIa Guerra Mundial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



O Decreto-Lei nº 411, de 8 de janeiro de 1969, que "dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios e dá outras providências", no seu artigo 83, exclui o Território Federal de Fernando de Noronha dos seus dispositivos, determinando que se regerá por lei especial.

O Poder Executivo pela Mensagem nº 469/81, ora em exame, que se transformou no Projeto de Lei nº 5.482, de 1981, procura estabelecer novas normas sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha, baseado em que a legislação pertinente em vigor, é quase toda fundamentada em decretos-leis do início da década de 40, esparsa e sem atender às necessidades administrativas da referida unidade da nossa federação.

Pretende entre outras modificações mais importantes, a proposição em análise:

- a) uma legislação que consolide os diversos instrumentos legais que regulam o assunto;
- b) atendimento às novas necessidades de administração do Território;
- c) a transferência de vinculação do Território Federal de Fernando de Noronha de um ministério militar, para outro, pelo Poder Executivo, de acordo com interesse de ordem administrativa ou estratégia militar.

Portanto, o presente projeto de lei virá proporcionar meios para melhor administração e funcionalida



CÂMARA DOS DEPUTADOS



de do Território Federal de Fernando de Noronha.

II - VOTO DO RELATOR

Pelo exposto, votamos pela aprovação da referida proposição.

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 1981

Inocência Oliveira
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DO INTERIOR

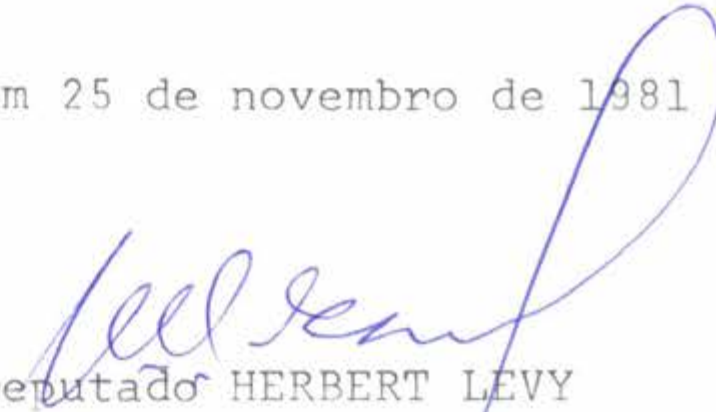


PARECER DA COMISSÃO

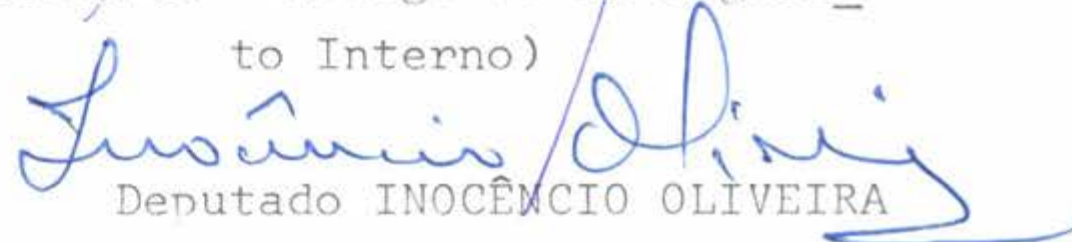
A COMISSÃO DO INTERIOR, em sua reunião ordinária realizada em 25 de novembro de 1981, opinou, contra os votos dos Senhores Deputados CARLOS NELSON, JERÔNIMO SANTANA e JOSÉ FREJAT, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.482/81, do Poder Executivo, nos termos do parecer do Relator - Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA.

Estiveram presentes os Senhores Deputados : Herbert Levy - (Presidente em exercício, nos termos do art. 76 do Regimento Interno), Isaac Newton, Evandro Ayres de Moura, Ruben Figueiró, Ruy Bâcelar, Ângelo Magalhães, Correa da Costa, Nagib Haickel, Menandro Menahin, Vivaldo Frota, Inocêncio Oliveira, Júlio Martins, Vingt Rosado, Alexandre Machado, Tertuliano Azevedo, José Frejat, Carlos Nelson, Jerônimo Santana, Manoel Novaes, Milton Brandão, Cristino Cortes, Ludgero Raulino e Newton Cardoso.

Sala da Comissão em 25 de novembro de 1981


Deputado HERBERT LEVY

(Presidente - Artigo 76 do Regimen
to Interno)


Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA

Relator



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO PODER EXECUTIVO)

MENSAGEM Nº 469/81

ASSUNTO:

PROTOCOLO Nº _____

Dispõe sobre a administração do Território Federal

de Fernando Noronha e dá outras providências.

DESPACHO: JUSTIÇA = INTERIOR = SEGURANÇA NACIONAL;

À COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL em 10 de NOVEMBRO de 1981

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. *Arceado pelo Dep. Blum*, em 10/11 1981

O Presidente da Comissão de *Pres. Leg. Noc Blum*

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

PROJETO Nº 5.482 DE 1981

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19 _____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL



PROJETO DE LEI Nº 5.482, DE 1981

"Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências."

AUTOR: PODER EXECUTIVO (Mens. nº 469/81)

RELATOR: Deputado PAULO STUDART

I - R E L A T Ó R I O

Cumprindo dispositivo constitucional e fundamentado em Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, enviou o Poder Executivo à apreciação do Congresso Nacional Projeto de Lei que "Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências".

Despachado a exame desta Comissão, coube-nos a função de relator.

O projeto atende à Exposição de Motivos nº 010, de 03 de novembro de 1981, do Senhor Ministro de Estado Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional que apresenta as seguintes conclusões de estudos realizados pela referida Secretaria-Geral (fls. 16), verbis:



"- a legislação pertinente em vigor é, quase toda, baseada em decretos-leis do início da década de 40, esparsa e já não atende às necessidades da administração do Território;

- a administração do Território deve ser regida por lei especial, de acordo com o que prescreve o artigo 83 do Decreto-lei nº 411, de 8 de fevereiro de 1969;

- para efeitos de supervisão ministerial, o Território é vinculado ao Ministério do Exército;

- é de interesse nacional a aprovação, em curto prazo, de uma lei que, dando cabal cumprimento ao que estabelece o artigo 83 do Decreto-lei nº 411, de 8 de fevereiro de 1969, possibilite:

- a consolidação dos diversos instrumentos legais que regulam o assunto;

- o atendimento das necessidades da administração do Território;

- a efetivação da transferência de vinculação do Território de um Ministério Militar para outro, pelo Poder Executivo, tendo em vista conveniências de ordem administrativa ou de interesse da estratégia militar."

II - V O T O D O R E L A T O R

Nada a acrescentar aos argumentos expendidos na EM nº 010, de 03 de novembro de 1981 e ora transcritos, impondo a conclusão pela aprovação deste projeto.

Sala da Comissão, em 17 de novembro de 1981.

Deputado PAULO STUDART

Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

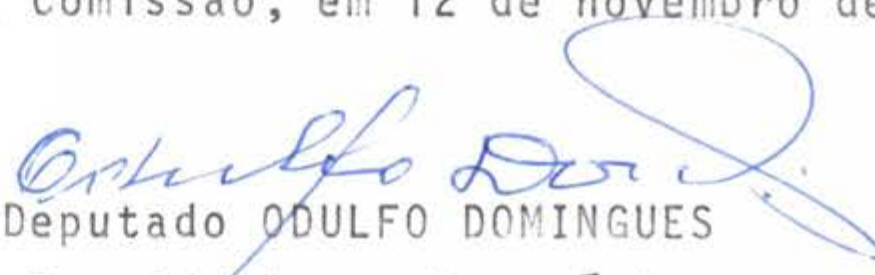


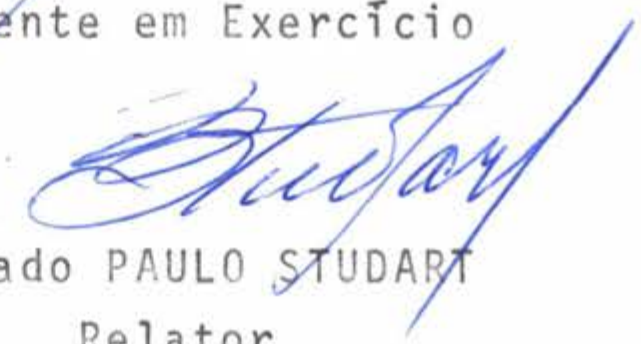
PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Segurança Nacional, em sua Reunião Ordinária do dia 12 de novembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e hum, opinou, unanimemente, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.482, de 1981, (Mensagem nº 469/81), que "Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências", nos termos do Parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: ODULFO DOMINGUES (Presidente em exercício), PAULO STUDART (Relator), ANTÔNIO PONTES, ERASMO DIAS, ARY KFFURI, PAULO TÔRRES e os Suplentes TÚLIO BARCELOS, PAULO GUERRA e LUIZ BACCARINI.

Sala da Comissão, em 12 de novembro de 1981.


Deputado ODULFO DOMINGUES
Presidente em Exercício


Deputado PAULO STUDART
Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 5.482-A, de 1981

(DO PODER EXECUTIVO)
MENSAGEM Nº 469/81



Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação; da Comissão do Interior, pela aprovação, contra os votos dos Srs. Carlos Nelson e Jerônimo Santana; e, da Comissão de Segurança Nacional, pela aprovação.

(PROJETO DE LEI Nº 5.482, de 1981, a que se re-
GER 1.10 Perem os pareceres).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.482, de 1981

(Do Poder Executivo)

MENSAGEM N.º.469/81

Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências.

(As Comissões de Constituição e Justiça, do Interior e de Segurança Nacional.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A organização administrativa do Território Federal de Fernando de Noronha, criado no interesse da defesa nacional pelo Decreto-lei n.º 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2.º A União administrará o Território Federal de Fernando de Noronha tendo em vista os seguintes objetivos, além do objetivo primordial para o qual foi criado:

I — proporcionar uma adequada assistência ao homem, dando prioridade aos setores de saúde, educação e habitação;

II — desenvolver obras de infra-estrutura com prioridade para os setores de água, saneamento, energia, porto e abastecimento;

III — desenvolver e explorar as potencialidades do Território como ponto de atração turística;

IV — incentivar a agropecuária e a exploração dos recursos naturais;

V — desenvolver outras atividades que se tornem viáveis.

Art. 3.º Para os efeitos da supervisão ministerial prevista na legislação em vigor, o Território Federal de Fernando de Noronha é vinculado a um Ministério Militar determinado pelo Presidente da República.

Art. 4.º O Território Federal de Fernando de Noronha é uma Unidade Orçamentária do Ministério Militar, com autonomia administrativa.

Art. 5.º Os planos e programas governamentais, respeitadas as peculiaridades do Território, guardarão consonância com os seus correspondentes nacionais e regionais.

Art. 6.º A ação administrativa do Governo do Território obedecerá a planos e programas previamente submetidos à aprovação do Ministro de Estado.

Parágrafo único. A programação e a ação direta dos órgãos da Administração Federal na área do Território serão sempre realizadas em consonância com os planos e programas aprovados.

Art. 7.º O Território poderá ter sistemas próprios relacionados a atividades setoriais de Ministérios Civis, sem prejuízo da atuação direta destes.

Parágrafo único. A execução dos programas dos Ministérios Civis será atribuída, de preferência, a órgãos territoriais correspondentes.

Art. 8.º Os Ministérios que celebrarem convênios com o Governo do Território prestarão assistência técnica e financeira, na forma que for estabelecida no respectivo instrumento.

Art. 9.º O Território Federal de Fernando de Noronha será administrado por um Governador, auxiliado por Secretários de Governo.

Art. 10. O cargo de Governador do Território Federal de Fernando de Noronha será exercido por Oficial Superior da Ativa das Forças Armadas, nomeado pelo Presidente da República.

Parágrafo único. O exercício do cargo de Governador do Território implicará no exercício, concomitante do cargo de Comandante da Guarnição Militar de Fernando de Noronha.

Art. 11. O Governador do Território fará jus a uma indenização de representação de valor equivalente à representação percebida pelos Governadores dos demais Territórios Federais.

Art. 12. Nos afastamentos temporários do Governador, responderá pelo expediente do Governo o seu substituto legal na cadeia de comando do cargo militar que exerce.

Art. 13. Os serviços relativos à administração territorial serão atendidos por militares da Guarnição Militar do Território e por servidores civis do Quadro e Tabela Permanentes do Ministério Militar, lotados no Território Federal de Fernando de Noronha.

§ 1.º Os Secretários de Governo serão nomeados pelo Ministro de Estado, mediante indicação do Governador.

§ 2.º Os Secretários de Governo e o Chefe de Gabinete, quando militares da ativa, serão considerados no exercício de cargo militar.

§ 3.º Os Secretários de Governo quando militares da ativa, farão jus a uma indenização de representação de valor idêntico à representação percebida por Secretários de Governo dos demais Territórios Federais.

Art. 14. Ao Governador incumbe:

I — cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos federais aplicáveis ao Território;

II — expedir decretos e demais atos necessários à administração do Território;



III — representar juridicamente o Território nos assuntos de interesse da administração;

IV — encaminhar à aprovação do Ministro de Estado a proposta orçamentária, no prazo fixado;

V — promover a elaboração e a eventual revisão das programações orçamentárias anual e plurianual, submetendo-as à aprovação do Ministro de Estado;

VI — executar o orçamento anual e a programação orçamentária plurianual do Território;

VII — promover a instauração de comissões de inquérito para apurar responsabilidade de servidores civis lotados no Território;

VIII — executar ou fazer executar decisões judiciais, bem como prestar às autoridades judiciárias o auxílio que for solicitado, para o cumprimento das mencionadas decisões;

IX — promover a coordenação das atividades dos órgãos federais no Território;

X — apresentar ao Ministro de Estado, no prazo fixado, relatório circunstanciado da atuação do Governo no exercício anterior;

XI — comunicar-se diretamente com os Ministérios e outros órgãos sobre assuntos referentes ao Território;

XII — celebrar contratos, convênios e ajustes com entidades públicas ou privadas;

XIII — delegar competência para a prática de atos administrativos, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 15. A estrutura básica da administração do Território será constituída de um Gabinete, uma Secretaria Executiva e de outras Secretarias criadas pelo Poder Executivo, de acordo com as necessidades administrativas do Governo territorial.

Art. 16. Incumbe ao Secretário Executivo:

I — auxiliar o Governador na administração do Território;

II — dirigir os serviços da Secretaria Executiva;

III — celebrar casamento;

IV — resolver os dissídios de natureza trabalhista, cuja solução seja atribuída pela lei às Juntas de Conciliação e Julgamento;

V — conciliar as partes que, para esse fim, a ele recorrerem, valendo como sentença o acordo entre elas estabelecido e por todos assinado;

VI — efetuar diligências e cumprir os mandatos judiciais, designando oficiais de justiça *ad hoc*, quando necessário;

VII — arrecadar e arrolar bens vagos e de ausentes, dando conhecimento ao juiz competente do Distrito Federal;

VIII — exercer as funções cometidas pelas leis às autoridades policiais e trabalhistas.



Art. 17. As funções de Oficial de Registros Públicos serão exercidas por um servidor civil, integrante da Secretaria Executiva, designado pelo Ministro de Estado, podendo ser requisitado de outro Ministério, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. O Oficial de Registros Públicos exercerá função integrante do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias.

Art. 18. Ao Oficial de Registros Públicos incumbem as atribuições constantes da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, as de tabelião de notas e as relativas ao protesto de títulos.

Parágrafo único. Aplica-se, no que couber, quando ao exercício dessas atribuições, o disposto no Livro II, Título II, Capítulo IV, da Lei n.º 6.750, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 19. Observar-se-á, quanto aos atos praticados pelo Secretário Executivo e pelo Oficial de Registros Públicos, no que for aplicável, o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 20. À Justiça do Distrito Federal e dos Territórios cabe processar e julgar as causas civis e criminais relativas às pessoas domiciliadas ou residentes no Território ou aos bens nele situados, salvo quando cometidas a outra jurisdição.

Art. 21. O Território de Fernando de Noronha fica subordinado à jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região.

Art. 22. Os Secretários do Governo não poderão desde a nomeação:

I — firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito privado, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, como pessoa física, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II — ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoas jurídicas de direito público ou nele exercer função remunerada;

III — aceitar ou exercer cargo, função ou emprego nas entidades referidas no item I;

IV — patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o item I;

V — adquirir bens de qualquer natureza pertencentes às entidades referidas no item I.

§ 1.º O Governador observará as disposições do Estatuto dos Militares e, no que couber, o disposto neste artigo.

§ 2.º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior ao Chefe de Gabinete e aos Secretários de Governo, quando militares da ativa.

Art. 23. A ação administrativa do Território nortear-se-á pelos princípios e diretrizes da Reforma Administrativa (Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967).



Art. 24. O Governo territorial poderá, mediante prévia autorização do Presidente da República, contratar pessoal, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, para a execução de projetos e outras atividades administrativas do Território.

Art. 25. A União poderá cometer ao Território a cobrança de tributos de cuja distribuição participe.

Parágrafo único. A receita dos tributos, arrecadados na forma deste artigo, constituirá suplemento dos recursos atribuídos pela União ao Território e será aplicada mediante plano previamente aprovado pelo Ministro de Estado.

Art. 26. As receitas de qualquer natureza, arrecadadas pelo Território, excetuadas as provenientes de tributos, poderão ser diretamente aplicadas, segundo plano elaborado pelo Governo territorial.

Art. 27. O orçamento da União consignará em cada exercício, no subanexo correspondente ao orçamento do Ministério Militar, os recursos necessários aos encargos da administração territorial.

Art. 28. As dotações orçamentárias serão alocadas ao Território de conformidade com as normas vigentes estatuídas pelo Ministério Militar.

Art. 29. O Território elaborará sua programação plurianual, na forma da legislação federal.

Art. 30. A fiscalização orçamentária e financeira será exercida pelo Ministério Militar, sob cujas normas será feita a prestação de contas.

Art. 31. O Governo territorial manterá no continente — Nordeste Brasileiro — instalações de apoio necessárias à administração do Território.

Art. 32. Caberá ao Comandante da Guarnição Militar de Fernando de Noronha manter a ordem e a segurança interna no Território, com a tropa da Guarnição.

Art. 33. O Poder Executivo especificará a competência e estabelecerá o detalhamento da estrutura do Gabinete e das Secretarias de que trata o artigo 15 desta Lei.

Art. 34. O Poder Executivo criará os demais cargos de Secretário de Governo, à medida que forem sendo implantadas as respectivas Secretarias.

Parágrafo único. O valor da retribuição dos cargos de que trata este artigo é o fixado no Anexo I, alínea a, do Decreto-lei n.º 1.820, de 11 de dezembro de 1980.

Art. 35. O Poder Executivo, quando for o caso, estabelecerá normas para a transferência de vinculação do Território Federal de Fernando de Noronha de um Ministério Militar para outro.

Art. 36. No caso da transferência a que se refere o artigo 35, atendido o interesse da Administração, poderá haver, mediante opção, redistribuição de servidores civis, lotados no Território, do Ministério substituído para o substituto.

Art. 37. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações alocadas ao Território no Orçamento da União.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor em 1 de janeiro de 1982.

Art. 39. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de de 1981.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 4.102, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1942

Cria o Território Federal de Fernando de Noronha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 e nos termos do artigo 6.º da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no interesse da defesa nacional, o território federal de Fernando de Noronha, constituído pelo respectivo arquipélago.

Art. 2.º Os bens, situados no Território de Fernando de Noronha, bem como os impostos e taxas, pertencentes ao Estado de Pernambuco, são transferidos à União.

Art. 3.º A administração do Território de Fernando de Noronha será regulada por lei especial.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

DECRETO-LEI N.º 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 411, DE 8 DE JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios, e dá outras providências.

Art. 83. Este Decreto-Lei não se aplica ao Território Federal de Fernando de Noronha, que se regerá por lei especial.

LEI N.º 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.

LEI N.º 6.750, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1979

Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

LIVRO II

Dos Serviços Auxiliares

TÍTULO II

Da competência

CAPÍTULO IV

Dos Ofícios Extrajudiciais

Art. 74. Aos Ofícios do Registro Público incumbe a prática dos atos que lhe são atribuídos pela lei de registros públicos e pela legislação especial.

Art. 75. Aos Ofícios de Protestos de Títulos incumbe a lavratura de instrumentos de protestos de títulos sujeitos a essa formalidade, bem como as respectivas averbações.

Parágrafo único. Diariamente, na forma estipulada pelo Corregedor da Justiça, os titulares dos Ofícios remeterão ao Distribuidor relação especificada dos protestos efetuados.

Art. 76. Aos Tabeliães de Notas incumbe:

I — a lavratura dos atos ou contratos para os quais a lei exija ou a parte prefira a forma pública;

II — a aprovação de testamentos cerrados;

III — o reconhecimento de firma, letra e chancela;

IV — a autenticação de cópias;

V — a extração de públicas-formas.

Parágrafo único. No reconhecimento da firma, o Tabelião declarará, conforme o caso, que a assinatura foi lançada em sua presença ou que a reconhece por semelhança com a depositada em seus arquivos. Em papéis que visem a transmitir ou prometer transmitir propriedade ou direitos sobre bens ou a alienar ou dispor de direitos pessoais ou a eles renunciar, não poderá ser reconhecida firma por semelhança, sendo indispensável a presença do signatário.

Art. 77. O Tribunal de Justiça disporá a respeito do registro geral dos atos praticados pelos Ofícios Extrajudiciais, observada a legislação específica.

DECRETO-LEI N.º 1.820, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1980

Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como das pensões, e dá outras providências.

ANEXO I

(Art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.820, de 11 de dezembro de 1980)



Denominação do Cargo	Vencimento Mensal		Representação Mensal	Gratificação de Nível Superior
	A partir de 1.º/1/1981	A partir de 1.º/4/1981		
a) Cargos de natureza especial				
Ministro de Estado	116.552,00	149.359,00	80%	—
Consultor-Geral da República	116.552,00	149.359,00	80%	—
Diretor-Geral do DASP	116.552,00	149.359,00	80%	—
Governador de Território Federal	95.359,00	122.202,00	35%	—
Secretário de Governo de Território Fed.	64.100,00	82.143,00	20%	—
b) Ministério Público da União				
Ministério Público Federal				
Procurador-Geral da República	116.552,00	149.359,00	80%	—
Subprocurador-Geral da República	105.957,00	135.782,00	60%	—
Procurador da República de 1.ª Categoria	70.524,00	90.375,00	—	20%
Procurador da República de 2.ª Categoria	58.009,00	74.338,00	—	20%
Ministério Público Militar				
Procurador-Geral da Justiça Militar	105.957,00	135.782,00	60%	—
Subprocurador-Geral	67.279,00	82.218,00	35%	—
Procurador de 1.ª Categoria	58.009,00	74.338,00	—	20%
Procurador de 2.ª Categoria	50.062,00	64.153,00	—	20%
Advogado de Ofício	36.285,00	46.498,00	—	20%
Ministério Público do Trabalho				
Procurador-Geral da Justiça do Trabalho	105.957,00	135.782,00	60%	—
Subprocurador-Geral	67.279,00	82.218,00	35%	—
Procurador do Trabalho de 1.ª Categoria	58.009,00	74.338,00	—	20%
Procurador do Trabalho de 2.ª Categoria	50.062,00	64.153,00	—	20%

Denominação do Cargo	Vencimento Mensal		Representação Mensal	Gratificação de Nível Superior
	A partir de 1.º/1/1981	A partir de 1.º/4/1981		
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios				
Procurador-Geral	90.062,00	115.413,00	35%	—
Subprocurador	63.572,00	81.467,00	30%	—
Curador	58.009,00	74.338,00	—	20%
Promotor Público	52.978,00	67.690,00	—	20%
Promotor Substituto	41.850,00	53.630,00	—	20%
Defensor Público	36.285,00	46.498,00	—	20%
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União				
Procurador-Geral	105.957,00	135.782,00	60%	—
Subprocurador-Geral	67.279,00	82.218,00	35%	—
c) Tribunal Marítimo				
Juiz-Presidente	71.518,00	91.650,00	40%	—
Juiz	71.518,00	91.650,00	—	20%

Obs.: O vencimento do cargo de Juiz do Tribunal Marítimo é acrescido de 20% correspondente à Gratificação de Nível Superior. Nos demais casos em que figurar a citada gratificação, observar-se-á o disposto no art. 1.º, § 3.º do Decreto-lei n.º 1.709, de 31-10-1979.



MENSAGEM N.º 469, DE 1981, DO PODER EXECUTIVO.

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o anexo Projeto de Lei que "dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências".

Brasília, 3 de novembro de 1981. — **Aureliano Chaves.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 010/81, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1981, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a respeito da administração do Território Federal de Fernando de Noronha, criado no interesse da defesa nacional pelo Decreto-lei n.º 4.102, de 9 de fevereiro de 1942.

Estudos realizados pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a respeito do assunto, chegaram às seguintes conclusões:

— a legislação pertinente em vigor é, quase toda, baseada em decretos-leis do início da década de 40, esparsa e já não atende às necessidades da administração do Território;

— a administração do Território deve ser regida por lei especial, de acordo com o que prescreve o artigo 83 do Decreto-lei n.º 411, de 8 de fevereiro de 1969;

— para efeitos de supervisão ministerial, o Território é vinculado ao Ministério do Exército;

— é de interesse nacional a aprovação, em curto prazo, de uma lei que, dando cabal cumprimento ao que estabelece o artigo 83 do Decreto-lei n.º 411, de 8 de fevereiro de 1969, possibilite:

— a consolidação dos diversos instrumentos legais que regulam o assunto;

— o atendimento das necessidades da administração do Território;

— a efetivação da transferência de vinculação do Território de um Ministério Militar para outro, pelo Poder Executivo, tendo em vista conveniências de ordem administrativa ou de interesse da estratégia militar.

Assim, submeto à alta consideração de Vossa Excelência o Anteprojeto de Lei anexo, que busca responder às conclusões dos estudos realizados nesta Secretaria-Geral sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — General-de-Brigada **Danilo Venturini**, Ministro de Estado, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.482-A, de 1981

(Do Poder Executivo)

MENSAGEM N.º 469/81

Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação; da Comissão do Interior, pela aprovação, contra os votos dos Srs. Carlos Nelson e Jerônimo Santana; e, da Comissão de Segurança Nacional, pela aprovação.

(Projeto de Lei n.º 5.482, de 1981, a que se referem os pareceres.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A organização administrativa do Território Federal de Fernando de Noronha, criado no interesse da defesa nacional pelo Decreto-lei n.º 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2.º A União administrará o Território Federal de Fernando de Noronha tendo em vista os seguintes objetivos, além do objetivo primordial para o qual foi criado:

I — proporcionar uma adequada assistência ao homem, dando prioridade aos setores de saúde, educação e habitação;

II — desenvolver obras de infra-estrutura com prioridade para os setores de água, saneamento, energia, porto e abastecimento;

III — desenvolver e explorar as potencialidades do Território como ponto de atração turística;

IV — incentivar a agropecuária e a exploração dos recursos naturais;

V — desenvolver outras atividades que se tornem viáveis.

Art. 3.º Para os efeitos da supervisão ministerial prevista na legislação em vigor, o Território Federal de Fernando de Noro-



nha é vinculado a um Ministério Militar determinado pelo Presidente da República.

Art. 4.º O Território Federal de Fernando de Noronha é uma Unidade Orçamentária do Ministério Militar, com autonomia administrativa.

Art. 5.º Os planos e programas governamentais, respeitadas as peculiaridades do Território, guardarão consonância com os seus correspondentes nacionais e regionais.

Art. 6.º A ação administrativa do Governo do Território obedecerá a planos e programas previamente submetidos à aprovação do Ministro de Estado.

Parágrafo único. A programação e a ação direta dos órgãos da Administração Federal na área do Território serão sempre realizadas em consonância com os planos e programas aprovados.

Art. 7.º O Território poderá ter sistemas próprios relacionados a atividades setoriais de Ministérios Cíveis, sem prejuízo da atuação direta destes.

Parágrafo único. A execução dos programas dos Ministérios Cíveis será atribuída, de preferência, a órgãos territoriais correspondentes.

Art. 8.º Os Ministérios que celebrarem convênios com o Governo do Território prestarão assistência técnica e financeira, na forma que for estabelecida no respectivo instrumento.

Art. 9.º O Território Federal de Fernando de Noronha será administrado por um Governador, auxiliado por Secretários de Governo.

Art. 10. O cargo de Governador do Território Federal de Fernando de Noronha será exercido por Oficial Superior da Ativa das Forças Armadas, nomeado pelo Presidente da República.

Parágrafo único. O exercício do cargo de Governador do Território implicará no exercício, concomitante, do cargo de Comandante da Guarnição Militar de Fernando de Noronha.

Art. 11. O Governador do Território fará jus a uma indenização de representação de valor equivalente à representação percebida pelos Governadores dos demais Territórios Federais.

Art. 12. Nos afastamentos temporários do Governador, responderá pelo expediente do Governo o seu substituto legal na cadeia de comando do cargo militar que exerce.

Art. 13. Os serviços relativos à administração territorial serão atendidos por militares da Guarnição Militar do Território e por servidores cíveis do Quadro e Tabela Permanentes do Ministério Militar, lotados no Território Federal de Fernando de Noronha.

§ 1.º Os Secretários de Governo serão nomeados pelo Ministro de Estado, mediante indicação do Governador.

§ 2.º Os Secretários de Governo e o Chefe de Gabinete, quando militares da ativa, serão considerados no exercício de cargo militar.

§ 3.º Os Secretários de Governo, quando militares da ativa, farão jus a uma indenização de representação de valor idêntico à



representação percebida por Secretários de Governo dos demais Territórios Federais.

Art. 14. Ao Governador incumbe:

I — cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos federais aplicáveis ao Território;

II — expedir decretos e demais atos necessários à administração do Território;

III — representar juridicamente o Território nos assuntos de interesse da administração;

IV — encaminhar à aprovação do Ministro de Estado a proposta orçamentária, no prazo fixado;

V — promover a elaboração e a eventual revisão das programações orçamentárias anual e plurianual, submetendo-as à aprovação do Ministro de Estado;

VI — executar o orçamento anual e a programação orçamentária plurianual do Território;

VII — promover a instauração de comissões de inquérito para apurar responsabilidade de servidores civis lotados no Território;

VIII — executar ou fazer executar decisões judiciais, bem como prestar às autoridades judiciárias o auxílio que for solicitado, para o cumprimento das mencionadas decisões;

IX — promover a coordenação das atividades dos órgãos federais no Território;

X — apresentar ao Ministro de Estado, no prazo fixado, relatório circunstanciado da atuação do Governo no exercício anterior;

XI — comunicar-se diretamente com os Ministérios e outros órgãos sobre assuntos referentes ao Território;

XII — celebrar contratos, convênios e ajustes com entidades públicas ou privadas;

XIII — delegar competência para a prática de atos administrativos, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 15. A estrutura básica da administração do Território será constituída de um Gabinete, uma Secretaria Executiva e de outras Secretarias criadas pelo Poder Executivo, de acordo com as necessidades administrativas do Governo territorial.

Art. 16. Incumbe ao Secretário Executivo:

I — auxiliar o Governador na administração do Território;

II — dirigir os serviços da Secretaria Executiva;

III — celebrar casamento;

IV — resolver os dissídios de natureza trabalhista, cuja solução seja atribuída pela lei às Juntas de Conciliação e Julgamento;

V — conciliar as partes que, para esse fim, a ele recorrerem, valendo como sentença o acordo entre elas estabelecido e por todos assinado;



VI — efetuar diligências e cumprir os mandatos judiciais, designando oficiais de justiça *ad hoc*, quando necessário;

VII — arrecadar e arrolar bens vagos e de ausentes, dando conhecimento ao juiz competente do Distrito Federal;

VIII — exercer as funções cometidas pelas leis às autoridades policiais e trabalhistas.

Art. 17. As funções de Oficial de Registros Públicos serão exercidas por um servidor civil, integrante da Secretaria Executiva, designado pelo Ministro de Estado, podendo ser requisitado de outro Ministério, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. O Oficial de Registros Públicos exercerá função integrante do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias.

Art. 18. Ao Oficial de Registros Públicos incumbem as atribuições constantes da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, as de tabelião de notas e as relativas ao protesto de títulos.

Parágrafo único. Aplica-se, no que couber, quando ao exercício dessas atribuições, o disposto no Livro II, Título II, Capítulo IV, da Lei n.º 6.750, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 19. Observar-se-á, quanto aos atos praticados pelo Secretário Executivo e pelo Oficial de Registros Públicos, no que for aplicável, o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 20. A Justiça do Distrito Federal e dos Territórios cabe processar e julgar as causas civis e criminais relativas às pessoas domiciliadas ou residentes no Território ou aos bens nele situados, salvo quando cometidas a outra jurisdição.

Art. 21. O Território de Fernando de Noronha fica subordinado à jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 6.^a Região.

Art. 22. Os Secretários do Governo não poderão desde a nomeação:

I — firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito privado, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, como pessoa física, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II — ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoas jurídicas de direito público ou nele exercer função remunerada;

III — aceitar ou exercer cargo, função ou emprego nas entidades referidas no item I;

IV — patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o item I;

V — adquirir bens de qualquer natureza pertencentes às entidades referidas no item I.

§ 1.º O Governador observará as disposições do Estatuto dos Militares e, no que couber, o disposto neste artigo.

151
DA
CHES
PERMANENTE

§ 2.º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior ao Chefe de Gabinete e aos Secretários de Governo, quando militares da ativa.

Art. 23. A ação administrativa do Território nortear-se-á pelos princípios e diretrizes da Reforma Administrativa (Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967).

Art. 24. O Governo territorial poderá, mediante prévia autorização do Presidente da República, contratar pessoal, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, para a execução de projetos e outras atividades administrativas do Território.

Art. 25. A União poderá cometer ao Território a cobrança de tributos de cuja distribuição participe.

Parágrafo único. A receita dos tributos, arrecadados na forma deste artigo, constituirá suplemento dos recursos atribuídos pela União ao Território e será aplicada mediante plano previamente aprovado pelo Ministro de Estado.

Art. 26. As receitas de qualquer natureza, arrecadadas pelo Território, excetuadas as provenientes de tributos, poderão ser diretamente aplicadas, segundo plano elaborado pelo Governo territorial.

Art. 27. O orçamento da União consignará em cada exercício, no subanexo correspondente ao orçamento do Ministério Militar, os recursos necessários aos encargos da administração territorial.

Art. 28. As dotações orçamentárias serão alocadas ao Território de conformidade com as normas vigentes estatuídas pelo Ministério Militar.

Art. 29. O Território elaborará sua programação plurianual, na forma da legislação federal.

Art. 30. A fiscalização orçamentária e financeira será exercida pelo Ministério Militar, sob cujas normas será feita a prestação de contas.

Art. 31. O Governo territorial manterá no continente — Nordeste Brasileiro — instalações de apoio necessárias à administração do Território.

Art. 32. Caberá ao Comandante da Guarnição Militar de Fernando de Noronha manter a ordem e a segurança interna no Território, com a tropa da Guarnição.

Art. 33. O Poder Executivo especificará a competência e estabelecerá o detalhamento da estrutura do Gabinete e das Secretarias de que trata o artigo 15 desta Lei.

Art. 34. O Poder Executivo criará os demais cargos de Secretário de Governo, à medida que forem sendo implantadas as respectivas Secretarias.

Parágrafo único. O valor da retribuição dos cargos de que trata este artigo é o fixado no Anexo I, alínea a, do Decreto-lei n.º 1.820, de 11 de dezembro de 1980.

Art. 35. O Poder Executivo, quando for o caso, estabelecerá normas para a transferência de vinculação do Território Federal de Fernando de Noronha de um Ministério Militar para outro.



Caixa: 171

Lote: 57

PL N° 5482/1981

52

Art. 36. No caso da transferência a que se refere o artigo 35, atendido o interesse da Administração, poderá haver, mediante opção, redistribuição de servidores civis, lotados no Território, do Ministério substituído para o substituto.

Art. 37. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações alocadas ao Território no Orçamento da União.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor em 1 de janeiro de 1982.

Art. 39. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de de 1981.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 4.102, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1942

Cria o Território Federal de Fernando de Noronha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 e nos termos do artigo 6.º da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no interesse da defesa nacional, o território federal de Fernando de Noronha, constituído pelo respectivo arquipélago.

Art. 2.º Os bens, situados no Território de Fernando de Noronha, bem como os impostos e taxas, pertencentes ao Estado de Pernambuco, são transferidos à União.

Art. 3.º A administração do Território de Fernando de Noronha será regulada por lei especial.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1942, 121.º da Independência e 54.º da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 411, DE 8 DE JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios, e dá outras providências.

Art. 83. Este Decreto-Lei não se aplica ao Território Federal de Fernando de Noronha, que se regerá por lei especial.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 6.750, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1979

Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

LIVRO II

Dos Serviços Auxiliares

TÍTULO II

Da competência

CAPÍTULO IV

Dos Ofícios Extrajudiciais

Art. 74. Aos Ofícios do Registro Público incumbe a prática dos atos que lhe são atribuídos pela lei de registros públicos e pela legislação especial.

Art. 75. Aos Ofícios de Protestos de Títulos incumbe a lavratura de instrumentos de protestos de títulos sujeitos a essa formalidade, bem como as respectivas averbações.

Parágrafo único. Diariamente, na forma estipulada pelo Corregedor da Justiça, os titulares dos Ofícios remeterão ao Distribuidor relação especificada dos protestos efetuados.

Art. 76. Aos Tabeliães de Notas incumbe:

I — a lavratura dos atos ou contratos para os quais a lei exija ou a parte prefira a forma pública;

II — a aprovação de testamentos cerrados;

III — o reconhecimento de firma, letra e chancela;

IV — a autenticação de cópias;

V — a extração de públicas-formas.

Parágrafo único. No reconhecimento da firma, o Tabelião declarará, conforme o caso, que a assinatura foi lançada em sua presença ou que a reconhece por semelhança com a depositada em seus arquivos. Em papéis que visem a transmitir ou prometer transmitir propriedade ou direitos sobre bens ou a alienar ou dispor de direitos pessoais ou a eles renunciar, não poderá ser reconhecida firma por semelhança, sendo indispensável a presença do signatário.

Art. 77. O Tribunal de Justiça disporá a respeito do registro geral dos atos praticados pelos Ofícios Extrajudiciais, observada a legislação específica.

DECRETO-LEI N.º 1.820, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1980

Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como das pensões, e dá outras providências.

Lote: 57

PL Nº 5482/1981

Caixa: 171

53



ANEXO I

(Art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.820, de 11 de dezembro de 1980)

Denominação do Cargo	Vencimento Mensal		Representação Mensal	Gratificação de Nível Superior
	A partir de 1.º/1/1981	A partir de 1.º/4/1981		
a) Cargos de natureza especial				
Ministro de Estado	116.552,00	149.359,00	80%	—
Consultor-Geral da República	116.552,00	149.359,00	80%	—
Diretor-Geral do DASP	116.552,00	149.359,00	80%	—
Governador de Território Federal	95.359,00	122.202,00	35%	—
Secretário de Governo de Território Fed.	64.100,00	82.143,00	20%	—
b) Ministério Público da União				
Ministério Público Federal				
Procurador-Geral da República	116.552,00	149.359,00	80%	—
Subprocurador-Geral da República	105.957,00	135.782,00	60%	—
Procurador da República de 1.ª Categoria	70.524,00	90.375,00	—	20%
Procurador da República de 2.ª Categoria	58.009,00	74.338,00	—	20%
Ministério Público Militar				
Procurador-Geral da Justiça Militar	105.957,00	135.782,00	60%	—
Subprocurador-Geral	67.279,00	82.218,00	35%	—
Procurador de 1.ª Categoria	58.009,00	74.338,00	—	20%
Procurador de 2.ª Categoria	50.062,00	64.153,00	—	20%
Advogado de Ofício	36.285,00	46.498,00	—	20%

Denominação do Cargo	Vencimento Mensal		Representação Mensal	Gratificação de Nível Superior
	A partir de 1.º/1/1981	A partir de 1.º/4/1981		
Ministério Público do Trabalho				
Procurador-Geral da Justiça do Trabalho	105.957,00	135.782,00	60%	—
Subprocurador-Geral	67.279,00	82.218,00	35%	—
Procurador do Trabalho de 1.ª Categoria	58.009,00	74.338,00	—	20%
Procurador do Trabalho de 2.ª Categoria	50.062,00	64.153,00	—	20%
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios				
Procurador-Geral	90.062,00	115.413,00	35%	—
Subprocurador	63.572,00	81.467,00	30%	—
Curador	58.009,00	74.338,00	—	20%
Promotor Público	52.978,00	67.690,00	—	20%
Defensor Público	41.850,00	53.630,00	—	20%
Promotor Substituto	36.285,00	46.498,00	—	20%
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União				
Procurador-Geral	105.957,00	135.782,00	60%	—
Subprocurador-Geral	67.279,00	82.218,00	35%	—
c) Tribunal Marítimo				
Juíz-Presidente	71.518,00	91.650,00	40%	—
Juíz	71.518,00	91.650,00	—	20%

Obs.: O vencimento do cargo de Juiz do Tribunal Marítimo é acrescido de 20% correspondente à Gratificação de Nível Superior. Nos demais casos em que figurar a citada gratificação, observar-se-á o disposto no art. 1.º, § 3.º do Decreto-lei n.º 1.709, de 31-10-1979.



MENSAGEM N.º 469, DE 1981, DO PODER EXECUTIVO.

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o anexo Projeto de Lei que "dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências".

Brasília, 3 de novembro de 1981. — **Aureliano Chaves.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 010/81, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1981, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a respeito da administração do Território Federal de Fernando de Noronha, criado no interesse da defesa nacional pelo Decreto-lei n.º 4.102, de 9 de fevereiro de 1942.

Estudos realizados pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a respeito do assunto, chegaram às seguintes conclusões:

— a legislação pertinente em vigor é, quase toda, baseada em decretos-leis do início da década de 40, esparsa e já não atende às necessidades da administração do Território;

— a administração do Território deve ser regida por lei especial, de acordo com o que prescreve o artigo 83 do Decreto-lei n.º 411, de 8 de fevereiro de 1969;

— para efeitos de supervisão ministerial, o Território é vinculado ao Ministério do Exército;

— é de interesse nacional a aprovação, em curto prazo, de uma lei que, dando cabal cumprimento ao que estabelece o artigo 83 do Decreto-lei n.º 411, de 8 de fevereiro de 1969, possibilite:

— a consolidação dos diversos instrumentos legais que regulam o assunto;

— o atendimento das necessidades da administração do Território;

— a efetivação da transferência de vinculação do Território de um Ministério Militar para outro, pelo Poder Executivo, tendo em vista conveniências de ordem administrativa ou de interesse da estratégia militar.

Assim, submeto à alta consideração de Vossa Excelência o Anteprojeto de Lei anexo, que busca responder às conclusões dos estudos realizados nesta Secretaria-Geral sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — General-de-Brigada **Danilo Venturini**, Ministro de Estado, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Lote: 57
Caixa: 171
PL N.º 5482/1981
54

Aviso n.º 549-SUPAR/81.

Em 3 de novembro de 1981.



Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a essa Secretaria a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, relativa a projeto de lei que "dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. — **João Leitão de Abreu**, Ministro Chefe do Gabinete Civil.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Furtado Leite

DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Brasília - DF.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I — Relatório

Com embasamento no art. 51 da Constituição, S. Ex.^a o Presidente em exercício, Doutor Aureliano de Mendonça Chaves, submeteu à elevada deliberação dos integrantes do Congresso Nacional — acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro de Estado Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional — o presente projeto de lei, que "dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências".

Na aludida Exposição, explicitou o Ministro Danilo Venturini:

"Estudos realizados pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a respeito do assunto, chegaram às seguintes conclusões:

— a legislação pertinente em vigor é quase toda, baseada em decretos-leis do início da década de 40, esparsa e já não atende às necessidades da administração do Território;

— a administração do Território deve ser regida por lei especial, de acordo com o que prescreve o art. 83 do Decreto-lei n.º 411, de 8 de fevereiro de 1969;

— para efeitos de supervisão ministerial, o Território é vinculado ao Ministério do Exército;

— é de interesse nacional a aprovação, em curto prazo, de uma lei que, dando cabal cumprimento ao que estabelece o art. 83 do Decreto-lei n.º 411, de 8 de fevereiro de 1969, possibilite:

— a consolidação dos diversos instrumentos legais que regulam o assunto;

— o atendimento das necessidades da administração do Território;



— a efetivação da transferência de vinculação do Território de um Ministério Militar para outro, pelo Poder Executivo, tendo em vista conveniências de ordem administrativa ou de interesse da estratégia militar.”

A proposição presidencial foi distribuída a esta e às Comissões do Interior e de Segurança Nacional.

É o relatório

II — Voto do Relator

O Território Federal de Fernando de Noronha foi criado pelo Decreto-lei n.º 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, “no interesse da defesa nacional”, diploma legal este de apenas quatro artigos. Leis posteriores dispuseram referentemente ao assunto, mas jamais deixando a matéria pertinente devidamente disciplinada. Impunha-se, por conseguinte, uma lei regulando suficiente e exaustivamente a administração desse Território, que inescandivelmente vem crescendo em relevância.

A presente iniciativa do Poder Executivo, quanto aos aspectos que nos cumpre sua apreciação é constitucional, jurídica, e foi concebida em termos incriticáveis de técnica legislativa.

Assim sendo, sob tais ângulos, e quanto ao mérito, o presente voto é por sua aprovação.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 1981. — Nilson Gibson, Relator.

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião plenária, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei n.º 5.482/81, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antônio Dias, Vice-Presidente no exercício da Presidência; Adhemar Santillo, Afrísio Vieira Lima, Antônio Russo, Amadeu Geara, Bonifácio de Andrada, Carlos Chiarelli, Darcílio Ayres, Délio dos Santos, Djalma Bessa, Elquisson Soares, Francisco Benjamim, Isaac Newton, Jairo Magalhães, Joacil Pereira, João Gilberto, Jorge Arbage, José Mendonça, José Penedo, Lidovino Fanton, Louremberg Nunes Rocha, Luiz Leal Marcello Cerqueira, Nilson Gibson, Osvaldo Melo, Osmar Leitão, Péricles Gonçalves, Pimenta da Veiga, Ricardo Fiuza, Roberto Freire, Roque Aras, Tarcísio Delgado, Walber Guimarães, Waldir Walter e Walter Silva.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 1981. — Antônio Dias, Vice-Presidente, no exercício da Presidência — Nilson Gibson, Relator.

PARECER DA COMISSÃO DO INTERIOR

I — Relatório

O Território de Fernando de Noronha é formado por um conjunto de rochedos vulcânicos, de relevo montanhoso, que afloram bruscamente das águas. Com uma área de 26 km², compreendendo os penedos de São Pedro e São Paulo, o Atol das Rocas, e o arquipélago, fica a 525 km de Pernambuco e 350 km do Rio Gran-

Lote: 57
Caixa: 171

PL N° 5482/1981

55



de do Norte, possuindo uma população de 1.269 habitantes, sendo pescadores (60%) e militares (40%).

Em 1942, por interesse de Segurança Nacional, pelo Decreto-lei n.º 4.102, de 9 de fevereiro, foi criado o Território Federal de Fernando de Noronha, subordinado diretamente ao Ministério do Exército, ganhando importância como ponto estratégico, durante a II Guerra Mundial.

O Decreto-Lei n.º 411, de 8 de janeiro de 1969, que "dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios e dá outras providências", no seu artigo 83, excluiu o Território Federal de Fernando de Noronha dos seus dispositivos, determinando que se regerá por lei especial.

O Poder Executivo pela Mensagem n.º 469/81, ora em exame, que se transformou no Projeto de Lei n.º 5.482, de 1981, procura estabelecer novas normas sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha, baseado em que a legislação pertinente em vigor, é quase toda fundamentada em decretos-leis do início da década de 40, esparsa e sem atender às necessidades administrativas da referida unidade da nossa federação.

Pretende entre outras modificações mais importantes, a proposição em análise:

a) uma legislação que consolide os diversos instrumentos legais que regulam o assunto;

b) atendimento às novas necessidades de administração do Território;

c) a transferência de vinculação do Território Federal de Fernando de Noronha de um ministério militar, para outro, pelo Poder Executivo, de acordo com interesse de ordem administrativa ou estratégia militar.

Portanto, o presente projeto de lei virá proporcionar meios para melhor administração e funcionalidade do Território Federal de Fernando de Noronha.

II — Voto do Relator

Pelo exposto, votamos pela aprovação da referida proposição.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 1981. — **Inocência Oliveira**, Relator.

III — Parecer da Comissão

A Comissão do Interior, em sua reunião ordinária realizada em 25 de novembro de 1981, opinou, contra os votos dos Senhores Deputados Carlos Nelson e Jerônimo Santana, pela aprovação do Projeto de Lei n.º 5.482/81, do Poder Executivo, nos termos do parecer do Relator — Deputado Inocência Oliveira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Herbert Levy, (Presidente em exercício, nos termos do art. 76 do Regimento Interno); Isaac Newton, Evandro Ayres de Moura, Ruben Figueiró, Ruy Bacelar, Angelo Magalhães, Corrêa da Costa, Nagib Haikel, Menandro Minahim, Vivaldo Frota, Inocência Oliveira, Júlio Martins, Vingt Rosado, Alexandre Machado, Tertuliano Azevedo, José



Frejat, Manoel Novaes, Milton Brandão, Cristino Cortes, Ludgero Raulino e Newton Cardoso.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 1981. — **Herbert Levy**, (Presidente — Artigo 76 do Regimento Interno) — **Inocêncio Oliveira**, Relator.

PARECER DA COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

I — Relatório

Cumprindo dispositivo constitucional e fundamentado em Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, enviou o Poder Executivo à apreciação do Congresso Nacional Projeto de Lei que "dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências".

Despachado a exame desta Comissão, coube-nos a função de relator.

O projeto atende à Exposição de Motivos n.º 010, de 3 de novembro de 1981, do Senhor Ministro de Estado Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional que apresenta as seguintes conclusões de estudos realizados pela referida Secretaria-Geral (fols. 16), **verbis**:

— a legislação pertinente em vigor é, quase toda, baseada em decretos-leis do início da década de 40, esparsa e já não atende às necessidades da administração do Território;

— a administração do Território deve ser regida por lei especial, de acordo com o que prescreve o artigo 83 do Decreto-lei n.º 411, de 8 de fevereiro de 1969;

— para efeitos de supervisão ministerial, o Território é vinculado ao Ministério do Exército;

— é de interesse nacional a aprovação, em curto prazo, de uma lei que, dando cabal cumprimento ao que estabelece o artigo 83 do Decreto-lei n.º 411, de 8 de fevereiro de 1969, possibilite:

— a consolidação dos diversos instrumentos legais que regulam o assunto;

— o atendimento das necessidades da administração do Território;

— a efetivação da transferência de vinculação do Território de um Ministério Militar para outro, pelo Poder Executivo, tendo em vista conveniências de ordem administrativa ou de interesse da estratégia militar."

II — Voto do Relator

Nada a acrescentar aos argumentos expendidos na EM n.º 010, de 3 de novembro de 1981 e ora transcritos, impondo a conclusão pela **Aprovação** deste projeto.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 1981. — **Paulo Studart**, Relator.

Lote: 57
Caixa: 171
PL N.º 5482/1981

56



III — Parecer da Comissão

A Comissão de Segurança Nacional, em sua Reunião Ordinária do dia 12 de novembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, opinou, unanimemente, pela **Aprovação** do Projeto de Lei n.º 5.482, de 1981, (Mensagem n.º 469/81), que "dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências", nos termos do Parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Odolfo Domingues, Presidente em exercício; Paulo Studart, Relator; Antônio Pontes, Erasmo Dias, Ary Kffuri, Paulo Tôrres e os Suplentes Túlio Barcelos, Paulo Guerra e Luiz Baccarini.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 1981. — **Odolfo Domingues**, Presidente em exercício — **Paulo Studart**, Relator.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

E R R A T A



Republica-se por ter saído com incorreções no DCN de 26.11.81, página 13879, 2ª coluna.

Na ementa, onde se lê:

PROJETO DE LEI Nº 5.482-A, de 1981
(DO PODER EXECUTIVO)
MENSAGEM Nº 469/81

Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação; da Comissão do Interior, pela aprovação, contra os votos dos Srs. Carlos Nelson e Jerônimo Santana; e, da Comissão de Segurança Nacional, pela aprovação.

(PROJETO DE LEI Nº 5.482, de 1981, a que se referem os pareceres).

Leia-se:

PROJETO DE LEI Nº 5.482-A, de 1981
(DO PODER EXECUTIVO)
MENSAGEM Nº 469/81

Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação; da Comissão do Interior, pela aprovação, contra os votos dos Srs. Carlos Nelson, José Frejat e Jerônimo Santana; e, da Comissão de Segurança Nacional, pela aprovação.

(PROJETO DE LEI Nº 5.482, de 1981, a que se referem os pareceres).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.482-A, de 1981

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 5.482-B, de 1981



Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - A organização administrativa do Território Federal de Fernando de Noronha, criado no interesse da defesa nacional pelo Decreto-lei nº 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º - A União administrará o Território Federal de Fernando de Noronha tendo em vista os seguintes objetivos, além do objetivo primordial para o qual foi criado:

I - proporcionar uma adequada assistência ao homem, dando prioridade aos setores de saúde, educação e habitação;

II - desenvolver obras de infra-estrutura com prioridade para os setores de água, saneamento, energia, porto e abastecimento;

III - desenvolver e explorar as potencialidades do Território como ponto de atração turística;

IV - incentivar a agropecuária e a exploração dos recursos naturais;

V - desenvolver outras atividades que se tornem viáveis.

Art. 3º - Para os efeitos da supervisão ministerial prevista na legislação em vigor, o Território Federal de Fernando de Noronha é vinculado a um Ministério Militar determinado pelo Presidente da República.

Art. 4º - O Território Federal de Fernando de Noronha é



CÂMARA DOS DEPUTADOS



uma Unidade Orçamentária do Ministério Militar, com autonomia administrativa.

Art. 5º - Os planos e programas governamentais, respeitadas as peculiaridades do Território, guardarão consonância com os seus correspondentes nacionais e regionais.

Art. 6º - A ação administrativa do Governo do Território obedecerá a planos e programas previamente submetidos à aprovação do Ministro de Estado.

Parágrafo único - A programação e a ação direta dos órgãos da Administração Federal na área do Território serão sempre realizadas em consonância com os planos e programas aprovados.

Art. 7º - O Território poderá ter sistemas próprios, relacionados a atividades setoriais de Ministérios Cíveis, sem prejuízo da atuação direta destes.

Parágrafo único - A execução dos programas dos Ministérios Cíveis será atribuída, de preferência, a órgãos territoriais correspondentes.

Art. 8º - Os Ministérios que celebrarem convênios com o Governo do Território prestarão assistência técnica e financeira, na forma que for estabelecida no respectivo instrumento.

Art. 9º - O Território Federal de Fernando de Noronha será administrado por um Governador, auxiliado por Secretários de Governo.

Art. 10 - O cargo de Governador do Território Federal de Fernando de Noronha será exercido por Oficial Superior da Ativa das Forças Armadas, nomeado pelo Presidente da República.

Parágrafo único - O exercício do cargo de Governador do Território implicará no exercício, concomitante, do cargo de Comandante da Guarnição Militar de Fernando de Noronha.

Art. 11 - O Governador do Território fará jus a uma indenização de representação, de valor equivalente à representação percebida pelos Governadores dos demais Territórios Federais.

Art. 12 - Nos afastamentos temporários do Governador,



CÂMARA DOS DEPUTADOS



responderá pelo expediente do Governo o seu substituto legal na cadeia de comando do cargo militar que exerce.

Art. 13 - Os serviços relativos à administração territorial serão atendidos por militares da Guarnição Militar do Território e por servidores civis do Quadro e Tabela Permanentes do Ministério Militar, lotados no Território Federal de Fernando de Noronha.

§ 1º - Os Secretários de Governo serão nomeados pelo Ministro de Estado, mediante indicação do Governador.

§ 2º - Os Secretários de Governo e o Chefe de Gabinete, quando militares da ativa, serão considerados no exercício de cargo militar.

§ 3º - Os Secretários de Governo, quando militares da ativa, farão jus a uma indenização de representação, de valor idêntico à representação percebida por Secretários de Governo dos demais Territórios Federais.

Art. 14 - Ao Governador incumbe:

I - cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos federais aplicáveis ao Território;

II - expedir decretos e demais atos necessários à administração do Território;

III - representar juridicamente o Território nos assuntos de interesse da administração;

IV - encaminhar à aprovação do Ministro de Estado a proposta orçamentária, no prazo fixado;

V - promover a elaboração e a eventual revisão das programações orçamentárias anual e plurianual, submetendo-as à aprovação do Ministro de Estado;

VI - executar o orçamento anual e a programação orçamentária plurianual do Território;

VII - promover a instauração de comissões de inquérito, para apurar responsabilidade de servidores civis lotados no Território;

VIII - executar ou fazer executar decisões judiciais, bem



CÂMARA DOS DEPUTADOS



4.



como prestar às autoridades judiciárias o auxílio que for solicitado, para o cumprimento das mencionadas decisões;

IX - promover a coordenação das atividades dos órgãos federais no Território;

X - apresentar ao Ministro de Estado, no prazo fixado, relatório circunstanciado da atuação do Governo no exercício anterior;

XI - comunicar-se diretamente com os Ministérios e outros órgãos sobre assuntos referentes ao Território;

XII - celebrar contratos, convênios e ajustes com entidades públicas ou privadas;

XIII - delegar competência para a prática de atos administrativos, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 15 - A estrutura básica da administração do Território será constituída de um Gabinete, uma Secretaria Executiva e de outras Secretarias criadas pelo Poder Executivo, de acordo com as necessidades administrativas do Governo territorial.

Art. 16 - Incumbe ao Secretário Executivo:

I - auxiliar o Governador na administração do Território;

II - dirigir os serviços da Secretaria Executiva;

III - celebrar casamento;

IV - resolver os dissídios de natureza trabalhista, cuja solução seja atribuída pela lei às Juntas de Conciliação e Julgamento;

V - conciliar as partes que, para esse fim, a ele recorrerem, valendo como sentença o acordo entre elas estabelecido e por todos assinado;

VI - efetuar diligências e cumprir os mandados judiciais, designando oficiais de justiça ad hoc, quando necessário;

VII - arrecadar e arrolar bens vagos e de ausentes, dando conhecimento ao juiz competente do Distrito Federal;



VIII - exercer as funções cometidas pelas leis às autoridades policiais e trabalhistas.

Art. 17 - As funções de Oficial de Registros Públicos serão exercidas por um servidor civil, integrante da Secretaria Executiva, designado pelo Ministro de Estado, podendo ser requisitado de outro Ministério, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único - O Oficial de Registros Públicos exercerá função integrante do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias.

Art. 18 - Ao Oficial de Registros Públicos incumbem as atribuições constantes da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, as de tabelião de notas e as relativas ao protesto de títulos.

Parágrafo único - Aplica-se, no que couber, quanto ao exercício dessas atribuições, o disposto no Livro II, Título II, Capítulo IV, da Lei nº 6.750, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 19 - Observar-se-á, quanto aos atos praticados pelo Secretário Executivo e pelo Oficial de Registros Públicos, no que for aplicável, o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 20 - À Justiça do Distrito Federal e dos Territórios cabe processar e julgar as causas civis e criminais relativas às pessoas domiciliadas ou residentes no Território ou aos bens nele situados, salvo quando cometidas a outra jurisdição.

Art. 21 - O Território de Fernando de Noronha fica subordinado à jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região.

Art. 22 - Os Secretários do Governo não poderão desde a nomeação:

I - firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito privado, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, como pessoa física, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II - ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoas jurídicas de direito público ou nela exercer função remunerada;

III - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego nas entidades referidas no inciso I;



IV - patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I;

V - adquirir bens de qualquer natureza pertencentes às entidades referidas no inciso I.

§ 1º - O Governador observará as disposições do Estatuto dos Militares e, no que couber, o disposto neste artigo.

§ 2º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior ao Chefe de Gabinete e aos Secretários de Governo, quando militares da ativa.

Art. 23 - A ação administrativa do Território nortear-se-á pelos princípios e diretrizes da Reforma Administrativa (Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967).

Art. 24 - O Governo territorial poderá, mediante prévia autorização do Presidente da República, contratar pessoal, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, para a execução de projetos e outras atividades administrativas do Território.

Art. 25 - A União poderá cometer ao Território a cobrança de tributos de cuja distribuição participe.

Parágrafo único - A receita dos tributos, arrecadados na forma deste artigo, constituirá suplemento dos recursos atribuídos pela União ao Território e será aplicada mediante plano previamente aprovado pelo Ministro de Estado.

Art. 26 - As receitas de qualquer natureza, arrecadadas pelo Território, excetuadas as provenientes de tributos, poderão ser diretamente aplicadas, segundo plano elaborado pelo Governo territorial.

Art. 27 - O orçamento da União consignará em cada exercício, no subanexo correspondente ao orçamento do Ministério Militar, os recursos necessários aos encargos da administração territorial.

Art. 28 - As dotações orçamentárias serão alocadas ao Território de conformidade com as normas vigentes estatuídas pelo Ministério Militar.

Art. 29 - O Território elaborará sua programação plurianual, na forma da legislação federal.

Art. 30 - A fiscalização orçamentária e financeira será



CÂMARA DOS DEPUTADOS



exercida pelo Ministério Militar, sob cujas normas será feita a prestação de contas.

Art. 31 - O Governo territorial manterá no continente - Nordeste Brasileiro - instalações de apoio necessárias à administração do Território.

Art. 32 - Caberá ao Comandante da Guarnição Militar de Fernando de Noronha manter a ordem e a segurança interna no Território, com a tropa da Guarnição.

Art. 33 - O Poder Executivo especificará a competência e estabelecerá o detalhamento da estrutura do Gabinete e das Secretarias de que trata o art. 15 desta lei.

Art. 34 - O Poder Executivo criará os demais cargos de Secretário de Governo, à medida que forem sendo implantadas as respectivas Secretarias.

Parágrafo único - O valor da retribuição dos cargos de que trata este artigo é o fixado no Anexo I, alínea a, do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980.

Art. 35 - O Poder Executivo, quando for o caso, estabelecerá normas para a transferência de vinculação do Território Federal de Fernando de Noronha de um Ministério Militar para outro.

Art. 36 - No caso da transferência a que se refere o art. 35, atendido o interesse da Administração, poderá haver, mediante opção, redistribuição de servidores civis, lotados no Território, do Ministério substituído para o substituto.

Art. 37 - As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações alocadas ao Território no Orçamento da União.

Art. 38 - Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 1982.

Art. 39 - Revogam-se as disposições em contrário.

COMISSÃO DE REDAÇÃO, 04 de dezembro de 1981

Presidente

Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SEÇÃO DE SINOPSE

PROJETO DE LEI N.º 5.482

de 19 81

AUTOR

EMENTA

Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências.

PODER EXECUTIVO

(MENSAGEM Nº 469/81)

ANDAMENTO

PROTOCOLO 00073 - AVISO 549-SUPAR (da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

Sanclonado ou promulgado

MESA

Despacho: As Comissões de Constituição e Justiça, do Interior e de Segurança Nacional.

Publicado no Diário Oficial de

PLENÁRIO

04.11.81 É lido e vai a imprimir.

DCN 05.11.81, pág. 12504, col. 02

Vetado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

05.11.81 Distribuído ao relator, Dep. NILSON GIBSON.

DCN 14.11.81, pág. 13146, col. 01

Razões do veto-publicadas no

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

10.11.81 Avocado pelo Dep. PAULO STUDART.

DCN

COMISSÃO DO INTERIOR

10.11.81 Distribuído ao relator, Dep. INOCÊNCIO OLIVEIRA.

DCN 14.11.81, pág. 13148, col. 02

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.11.81 Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. NILSON GIBSON, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

DCN

VIDE VERSO...



AMENTO

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

12.11.81 Aprovado unanimemente parecer favorável do relator, Dep. PAULO STUDART.

DCN 21.11.81, pág. 13684, col. 01

COMISSÃO DO INTERIOR

18.11.81 Parecer favorável do relator, Dep. INOCÊNCIO OLIVEIRA. Concedida vista conjunta aos Dep. MILTON BRANDÃO e JERÔNIMO SANTANA, que em seguida declinam do pedido.

DCN

COMISSÃO DO INTERIOR

25.11.81 Os Dep. MILTON BRANDÃO e JERÔNIMO SANTANA, que pediram Vista, devolvem o projeto sem se manifestar. Aprovado parecer favorável do relator, Dep. INOCÊNCIO OLIVEIRA, contra os votos dos Dep. CARLOS NELSON, JOSÉ FREJAT e JERÔNIMO SANTANA.

DCN

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

5.11.81 É lido e vai a imprimir, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação; da Comissão do Interior, pela aprovação, contra os votos dos Srs. Carlos Nelson, José Frejat e Jerônimo Santana; e, da Comissão de Segurança Nacional, pela aprovação.

(PL 5.482-A/81)

DCN 26.11.81, pág. 13879, col. 02

ERRATA: Republica-se por ter saído com incorreções no DCN de 26.11.81, pág. 13879, col. 02 (PARECER DA COMISSÃO DO INTERIOR)

DCN

PLENÁRIO

27.11.81 O Sr. Presidente anuncia a Discussão Única.

Encerrada a discussão.

Adiada a votação por FALTA DE QUORUM.

DCN

CONTINUA...



ANDAMENTO

PLENÁRIO - (EXTRAORDINÁRIA MATUTINA - 09:30 H)

03.12.81 O Sr. Presidente anuncia a Votação em Discussão única.
Encaminhamento da votação pelo Dep. Gerson Camata.
Em votação o Projeto: APROVADO.
Vai à Redação Final.

DCN

COMISSÃO DE REDAÇÃO

04.12.81 Aprovada a Redação Final nos termos do parecer do relator, Dep.

DCN

PLENÁRIO

04.12.81 Aprovada a Redação Final.
Vai ao Senado Federal.
(PL 5.482-B/81)

DCN

04.12.81. AO SENADO FEDERAL, PELO OFÍCIO N.º 647

DCN





Brasília, 04 de dezembro de 1981.

Nº 647
Encaminha Projeto de Lei
nº 5.482-B, de 1981.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, nos termos do Art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.482-B, de 1981, que "dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências", apreciado pela Câmara dos Deputados, nos termos do Art. 51 da Constituição da República.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração.

CARLOS WILSON
Segundo Secretário, em exercício
da Primeira Secretaria

À Sua Excelência o Senhor
Senador IVANDRO CUNHA LIMA
DD. Primeiro Secretário do Senado Federal

82
5482/81

CÂMARA DOS DEPUTADOS

10 DEZ 16 29 019246

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES
E RELACIONAMENTO PÚBLICO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROCESSO N.º 0019246 / 81

INTERESSADO: SENADO FEDERAL

PROCEDÊNCIA:

ASSUNTO: OF/SM/519/81

CÂMARA DOS DEPUTADOS

1007 1629 019246

FOURTEEN DE COMUNICAÇÕES
E DOCUMENTAÇÃO



SM/ Nº 579

Em 10 de dezembro de 1981

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, aprovado, sem alterações, pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 58, § 1º, da Constituição Federal, o Projeto de Lei (nºs. 5 482-B, de 1981, na Câmara dos Deputados, e 122, de 1981, no Senado) que "dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha perfeita estima e mais distinta consideração.

SENADOR IVANDRO CUNHA LIMA

Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor Deputado FURTADO LEITE
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
ELA/.

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 14/12/1981.

À Secretaria-Geral da Mesa.

Furtado Leite
FURTADO LEITE

Primeiro Secretário

Lote: 57 Caixa: 171
PL N° 5482/1981
71



pk
5482/81

CÂMARA DOS DEPUTADOS

14 JUN 0922 000925

COORDENATO DE COMUNICAÇÕES
PR. 00010-189



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROCESSO N.º 000925 / 82

INTERESSADO: SENADO FEDERAL

PROCEDÊNCIA:

ASSUNTO: OF/SM/009/82

CÂMARA DOS DEPUTADOS

14 JAN 09 22 000925

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES
PROFESSOR CARLOS



SM/ Nº 09

Em 14 de janeiro de 1982

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para dos devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei nº 122, de 1981 (nº 5.482-B, de 1981, na Câmara dos Deputados), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Senhor Presidente da República, que "dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.


SENADOR IVANDRO CUNHA LIMA

Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor Deputado FURTADO LEITE
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
MGS/.

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 15 /1/1982.

À Secretaria-Geral da Mesa.


FURTADO LEITE

Primeiro Secretário

Lote: 57
Caixa: 171
PL N° 5482/1981
74



Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências.

Sanicomo

Am 14/14/81
João B. P. P.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - A organização administrativa do Território Federal de Fernando de Noronha, criado no interesse da defesa nacional pelo Decreto-lei nº 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2º - A União administrará o Território Federal de Fernando de Noronha tendo em vista os seguintes objetivos, além do objetivo primordial para o qual foi criado:

I - proporcionar uma adequada assistência ao homem, dando prioridade aos setores de saúde, educação e habitação;

II - desenvolver obras de infra-estrutura com prioridade para os setores de água, saneamento, energia, porto e abastecimento;

III - desenvolver e explorar as potencialidades do Território como ponto de atração turística;

IV - incentivar a agropecuária e a exploração dos recursos naturais;

h



2.

V - desenvolver outras atividades que se tornem viáveis.

Art. 3º - Para os efeitos da supervisão ministerial prevista na legislação em vigor, o Território Federal de Fernando de Noronha é vinculado a um Ministério Militar determinado pelo Presidente da República.

Art. 4º - O Território Federal de Fernando de Noronha é uma Unidade Orçamentária do Ministério Militar, com autonomia administrativa.

Art. 5º - Os planos e programas governamentais, respeitadas as peculiaridades do Território, guardarão consonância com os seus correspondentes nacionais e regionais.

Art. 6º - A ação administrativa do Governo do Território obedecerá a planos e programas previamente submetidos à aprovação do Ministro de Estado.

Parágrafo único - A programação e a ação direta dos órgãos da Administração Federal na área do Território serão sempre realizadas em consonância com os planos e programas aprovados.

Art. 7º - O Território poderá ter sistemas próprios, relacionados a atividades setoriais de Ministérios Cíveis, sem prejuízo da atuação direta destes.

Parágrafo único - A execução dos programas dos Ministérios Cíveis será atribuída, de preferência, a órgãos territoriais correspondentes.

64



3.

Art. 8º - Os Ministérios que celebrarem convênios com o Governo do Território prestarão assistência técnica e financeira, na forma que for estabelecida no respectivo instrumento.

Art. 9º - O Território Federal de Fernando de Noronha será administrado por um Governador, auxiliado por Secretários de Governo.

Art. 10 - O cargo de Governador do Território Federal de Fernando de Noronha será exercido por Oficial Superior da Ativa das Forças Armadas, nomeado pelo Presidente da República.

Parágrafo único - O exercício do cargo de Governador do Território implicará no exercício, concomitante, do cargo de Comandante da Guarnição Militar de Fernando de Noronha.

Art. 11 - O Governador do Território fará jus a uma indenização de representação, de valor equivalente à representação percebida pelos Governadores dos demais Territórios Federais.

Art. 12 - Nos afastamentos temporários do Governador, responderá pelo expediente do Governo o seu substituto legal na cadeia de comando do cargo militar que exerce.

Art. 13 - Os serviços relativos à administração territorial serão atendidos por militares da Guarnição Militar do Território e por servidores civis do Quadro e Tabela Permanentes do Ministério Militar, lotados no Território Federal de Fernando de Noronha.

lv



4.

§ 1º - Os Secretários de Governo serão nomeados pelo Ministro de Estado, mediante indicação do Governador.

§ 2º - Os Secretários de Governo e o Chefe de Gabinete, quando militares da ativa, serão considerados no exercício de cargo militar.

§ 3º - Os Secretários de Governo, quando militares da ativa, farão jus a uma indenização de representação, de valor idêntico à representação percebida por Secretários de Governo dos demais Territórios Federais.

Art. 14 - Ao Governador incumbe:

I - cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos federais aplicáveis ao Território;

II - expedir decretos e demais atos necessários à administração do Território;

III - representar juridicamente o Território nos assuntos de interesse da administração;

IV - encaminhar à aprovação do Ministro de Estado a proposta orçamentária, no prazo fixado;

V - promover a elaboração e a eventual revisão das programações orçamentárias anual e plurianual, submetendo-as à aprovação do Ministro de Estado;

VI - executar o orçamento anual e a programação orçamentária plurianual do Território;

VII - promover a instauração de comissões de inquérito, para apurar responsabilidade de servidores civis lotados no Território;

h



5.

VIII - executar ou fazer executar decisões judiciais, bem como prestar às autoridades judiciárias o auxílio que for solicitado, para o cumprimento das mencionadas decisões;

IX - promover a coordenação das atividades dos órgãos federais no Território;

X - apresentar ao Ministro de Estado, no prazo fixado, relatório circunstanciado da atuação do Governo no exercício anterior;

XI - comunicar-se diretamente com os Ministé - rios e outros órgãos sobre assuntos referentes ao Territó - rio;

XII - celebrar contratos, convênios e ajustes com entidades públicas ou privadas;

XIII - delegar competência para a prática de atos administrativos, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 15 - A estrutura básica da administração do Território será constituída de um Gabinete, uma Secretaria Executiva e de outras Secretarias criadas pelo Poder Executivo, de acordo com as necessidades administrativas do Governo territorial.

Art. 16 - Incumbe ao Secretário Executivo:

I - auxiliar o Governador na administração do Território;

II - dirigir os serviços da Secretaria Executiva;

III - celebrar casamento;

h.



6.

IV - resolver os dissídios de natureza trabalhista, cuja solução seja atribuída pela lei às Juntas de Conciliação e Julgamento;

V - conciliar as partes que, para esse fim, a ele recorrerem, valendo como sentença o acordo entre elas estabelecido e por todos assinado;

VI - efetuar diligências e cumprir os mandados judiciais, designando oficiais de justiça ad hoc, quando necessário;

VII - arrecadar e arrolar bens vagos e de ausentes, dando conhecimento ao juiz competente do Distrito Federal;

VIII - exercer as funções cometidas pelas leis às autoridades policiais e trabalhistas.

Art. 17 - As funções de Oficial de Registros Públicos serão exercidas por um servidor civil, integrante da Secretaria Executiva, designado pelo Ministro de Estado, podendo ser requisitado de outro Ministério, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único - O Oficial de Registros Públicos exercerá função integrante do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias.

Art. 18 - Ao Oficial de Registros Públicos incumbem as atribuições constantes da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, as de tabelião de notas e as relativas ao protesto de títulos.

h



7.

Parágrafo único - Aplica-se, no que couber, quanto ao exercício dessas atribuições, o disposto no Livro II, Título II, Capítulo IV, da Lei nº 6.750, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 19 - Observar-se-á, quanto aos atos praticados pelo Secretário Executivo e pelo Oficial de Registros Públicos, no que for aplicável, o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 20 - À Justiça do Distrito Federal e dos Territórios cabe processar e julgar as causas civis e criminais relativas às pessoas domiciliadas ou residentes no Território ou aos bens nele situados, salvo quando cometidas a outra jurisdição.

Art. 21 - O Território de Fernando de Noronha fica subordinado à jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região.

Art. 22 - Os Secretários do Governo não poderão desde a nomeação:

I - firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito privado, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, como pessoa física, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II - ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoas jurídicas de direito público ou nela exercer função remunerada;

lu



8.

III - aceitar ou exercer cargo, função ou empre go nas entidades referidas no inciso I;

IV - patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I;

V - adquirir bens de qualquer natureza pertencentes às entidades referidas no inciso I.

§ 1º - O Governador observará as disposições do Estatuto dos Militares e, no que couber, o disposto neste artigo.

§ 2º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior ao Chefe de Gabinete e aos Secretários do Governo, quando militares da ativa.

Art. 23 - A ação administrativa do Território nortear-se-á pelos princípios e diretrizes da Reforma Administrativa (Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967).

Art. 24 - O Governo territorial poderá, mediante prévia autorização do Presidente da República, contratar pessoal, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, para a execução de projetos e outras atividades administrativas do Território.

Art. 25 - A União poderá cometer ao Território a cobrança de tributos de cuja distribuição participe.

Parágrafo único - A receita dos tributos, arrecadados na forma deste artigo, constituirá suplemento dos

42



9.

recursos atribuídos pela União ao Território e será aplicada mediante plano previamente aprovado pelo Ministro de Estado.

Art. 26 - As receitas de qualquer natureza, arrecadadas pelo Território, excetuadas as provenientes de tributos, poderão ser diretamente aplicadas, segundo plano elaborado pelo Governo territorial.

Art. 27 - O orçamento da União consignará em cada exercício, no subanexo correspondente ao orçamento do Ministério Militar, os recursos necessários aos encargos da administração territorial.

Art. 28 - As dotações orçamentárias serão alocadas ao Território de conformidade com as normas vigentes estatuídas pelo Ministério Militar.

Art. 29 - O Território elaborará sua programação plurianual, na forma da legislação federal.

Art. 30 - A fiscalização orçamentária e financeira será exercida pelo Ministério Militar, sob cujas normas será feita a prestação de contas.

Art. 31 - O Governo territorial manterá no continente - Nordeste Brasileiro - instalações de apoio necessárias à administração do Território.

Art. 32 - Caberá ao Comandante da Guarnição Militar de Fernando de Noronha manter a ordem e a segurança interna no Território, com a tropa da Guarnição.

Art. 33 - O Poder Executivo especificará a competência e estabelecerá o detalhamento da estrutura do

lu



10.

Gabinete e das Secretarias de que trata o art. 15 desta Lei.

Art. 34 - O Poder Executivo criará os demais cargos de Secretário de Governo, à medida que forem sendo implantadas as respectivas Secretarias.

Parágrafo único - O valor da retribuição dos cargos de que trata este artigo é o fixado no Anexo I, alínea a, do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980.

Art. 35 - O Poder Executivo, quando for o caso, estabelecerá normas para a transferência de vinculação do Território Federal de Fernando de Noronha de um Ministério Militar para outro.

Art. 36 - No caso da transferência a que se refere o art. 35, atendido o interesse da Administração, poderá haver, mediante opção, redistribuição de servidores civis, lotados no Território, do Ministério substituído para o substituto.

Art. 37 - As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações alocadas ao Território no Orçamento da União.

Art. 38 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1982.

Art. 39 - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1981.


SENADOR JARBAS PASSARINHO
Presidente



Aviso nº 704-SUPAR/81.

Em 14 de dezembro de 1981.

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto que se converteu na Lei nº 6.971, de 14 de dezembro de 1981.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

JOÃO LEITÃO DE ABREU
Ministro Chefe do Gabinete Civil

A Sua Excelência o Senhor
Senador CUNHA LIMA
DD. Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.



MENSAGEM Nº 620

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que acabo de sancionar o projeto de lei que "dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 6.971, de 14 de dezembro de 1981.

Brasília, em 14 de dezembro de 1981.



LEI Nº 6.971, de 14 de dezembro de 1981.

Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências

O P R E S I D E N T E D A R E P U B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A organização administrativa do Território Federal de Fernando de Noronha, criado no interesse da defesa nacional pelo Decreto-lei nº 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2º - A União administrará o Território Federal de Fernando de Noronha tendo em vista os seguintes objetivos, além do objetivo primordial para o qual foi criado:

I - proporcionar uma adequada assistência ao homem, dando prioridade aos setores de saúde, educação e habitação;

II - desenvolver obras de infra-estrutura com prioridade para os setores de água, saneamento, energia, porto e abastecimento;

III - desenvolver e explorar as potencialidades do Território como ponto de atração turística;

IV - incentivar a agropecuária e a exploração



- 2 -

dos recursos naturais;

V - desenvolver outras atividades que se tornem viáveis.

Art. 3º - Para os efeitos da supervisão ministerial prevista na legislação em vigor, o Território Federal de Fernando de Noronha é vinculado a um Ministério Militar determinado pelo Presidente da República.

Art. 4º - O Território Federal de Fernando de Noronha é uma Unidade Orçamentária do Ministério Militar, com autonomia administrativa.

Art. 5º - Os planos e programas governamentais, respeitadas as peculiaridades do Território, guardarão consonância com os seus correspondentes nacionais e regionais.

Art. 6º - A ação administrativa do Governo do Território obedecerá a planos e programas previamente submetidos à aprovação do Ministro de Estado.

Parágrafo único - A programação e a ação direta dos órgãos da Administração Federal na área do Território serão sempre realizadas em consonância com os planos e programas aprovados.

Art. 7º - O Território poderá ter sistemas próprios, relacionados a atividades setoriais de Ministérios Cíveis, sem prejuízo da atuação direta destes.

Parágrafo único - A execução dos programas dos



- 3 -

Ministérios Civis será atribuída, de preferência, a órgãos ter
ritoriais correspondentes.

Art. 8º - Os Ministérios que celebrarem convê
nios com o Governo do Território prestarão assistência técni
ca e financeira, na forma que for estabelecida no respectivo
instrumento.

Art. 9º - O Território Federal de Fernando de
Noronha será administrado por um Governador, auxiliado por Se
cretários de Governo.

Art. 10 - O cargo de Governador do Território
Federal de Fernando de Noronha será exercido por Oficial Supe
rior da Ativa das Forças Armadas, nomeado pelo Presidente da
República.

Parágrafo único - O exercício do cargo de Go
vernador do Território implicará no exercício, concomitante,
do cargo de Comandante da Guarnição Militar de Fernando de No
ronha.

Art. 11 - O Governador do Território fará jus
a uma indenização de representação, de valor equivalente à re
presentação percebida pelos Governadores dos demais Territórios
Federais.

Art. 12 - Nos afastamentos temporários do Gover
nador, responderá pelo expediente do Governo o seu substituto
legal na cadeia de comando do cargo militar que exerce.

Art. 13 - Os serviços relativos à administração



- 4 -

territorial serão atendidos por militares da Guarnição Militar do Território e por servidores civis do Quadro e Tabela Permanentes do Ministério Militar, lotados no Território Federal de Fernando de Noronha.

§ 1º - Os Secretários de Governo serão nomeados pelo Ministro de Estado, mediante indicação do Governador.

§ 2º - Os Secretários de Governo e o Chefe de Gabinete, quando militares da ativa, serão considerados no exercício de cargo militar.

§ 3º - Os Secretários de Governo, quando militares da ativa, farão jus a uma indenização de representação, de valor idêntico à representação percebida por Secretários de Governo dos demais Territórios Federais.

Art. 14 - Ao Governador incumbe:

I - cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos federais aplicáveis ao Território;

II - expedir decretos e demais atos necessários à administração do Território;

III - representar juridicamente o Território nos assuntos de interesse da administração;

IV - encaminhar à aprovação do Ministro de Estado a proposta orçamentária, no prazo fixado;

V - promover a elaboração e a eventual revisão das programações orçamentárias anual e plurianual, submetendo-as à aprovação do Ministro de Estado;

VI - executar o orçamento anual e a programação



- 5 -

orçamentária plurianual do Território;

VII - promover a instauração de comissões de inquêrito, para apurar responsabilidade de servidores civis lotados no Território;

VIII - executar ou fazer executar decisões judiciais, bem como prestar às autoridades judiciárias o auxílio que for solicitado, para o cumprimento das mencionadas decisões;

IX - promover a coordenação das atividades dos órgãos federais no Território;

X - apresentar ao Ministro de Estado, no prazo fixado, relatório circunstanciado da atuação do Governo no exercício anterior;

XI - comunicar-se diretamente com os Ministérios e outros órgãos sobre assuntos referentes ao Território;

XII - celebrar contratos, convênios e ajustes com entidades públicas ou privadas;

XIII - delegar competência para a prática de atos administrativos, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 15 - A estrutura básica da administração do Território será constituída de um Gabinete, uma Secretaria Executiva e de outras Secretarias criadas pelo Poder Executivo, de acordo com as necessidades administrativas do Governo territorial.

Art. 16 - Incumbe ao Secretário Executivo:

I - auxiliar o Governador na administração do Território;



- 6 -

II - dirigir os serviços da Secretaria Executiva;

III - celebrar casamento;

IV - resolver os dissídios de natureza trabalhista, cuja solução seja atribuída pela lei às Juntas de Conciliação e Julgamento;

V - conciliar as partes que, para esse fim, a ele recorrerem, valendo como sentença o acordo entre elas estabelecido e por todos assinado;

VI - efetuar diligências e cumprir os mandados judiciais, designando oficiais de justiça ad hoc, quando necessário;

VII - arrecadar e arrolar bens vagos e de ausentes, dando conhecimento ao juiz competente do Distrito Federal;

VIII - exercer as funções cometidas pelas leis às autoridades policiais e trabalhistas.

Art. 17 - As funções de Oficial de Registros Públicos serão exercidas por um servidor civil, integrante da Secretaria Executiva, designado pelo Ministro de Estado, podendo ser requisitado de outro Ministério, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único - O Oficial de Registros Públicos exercerá função integrante do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias.

Art. 18 - Ao Oficial de Registros Públicos incumbem as atribuições constantes da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, as de tabelião de notas e as relativas ao pro



- 7 -

testo de títulos.

Parágrafo único - Aplica-se, no que couber, quanto ao exercício dessas atribuições, o disposto no Livro II, Título II, Capítulo IV, da Lei nº 6.750, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 19 - Observar-se-á, quanto aos atos praticados pelo Secretário Executivo e pelo Oficial de Registros Públicos, no que for aplicável, o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 20 - À Justiça do Distrito Federal e dos Territórios cabe processar e julgar as causas civis e criminais relativas às pessoas domiciliadas ou residentes no Território ou aos bens nele situados, salvo quando cometidas a outra jurisdição.

Art. 21 - O Território de Fernando de Noronha fica subordinado à jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 6.^a Região.

Art. 22 - Os Secretários do Governo não poderão desde a nomeação:

I - firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito privado, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, como pessoa física, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II - ser proprietário ou diretor de empresa que



- 8 -

goze de favor decorrente de contrato com pessoas jurídicas de direito público ou nela exercer função remunerada;

III - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego nas entidades referidas no inciso I;

IV - patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I;

V - adquirir bens de qualquer natureza pertencentes às entidades referidas no inciso I.

§ 1º - O Governador observará as disposições do Estatuto dos Militares e, no que couber, o disposto neste artigo.

§ 2º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior ao Chefe de Gabinete e aos Secretários do Governo, quando militares da ativa.

Art. 23 - A ação administrativa do Território nortear-se-á pelos princípios e diretrizes da Reforma Administrativa (Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967).

Art. 24 - O Governo territorial poderá, mediante prévia autorização do Presidente da República, contratar pessoal, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, para a execução de projetos e outras atividades administrativas do Território.

Art. 25 - A União poderá cometer ao Território a cobrança de tributos de cuja distribuição participe.

Parágrafo único - A receita dos tributos, arre



- 9 -

cadados na forma deste artigo, constituirá suplemento dos re cursos atribuídos pela União ao Território e será aplicada me diante plano previamente aprovado pelo Ministro de Estado.

Art. 26 - As receitas de qualquer natureza, ar recadadas pelo Território, excetuadas as provenientes de tri butos, poderão ser diretamente aplicadas, segundo plano elabora do pelo Governo territorial.

Art. 27 - O orçamento da União consignará em cada exercício, no subanexo correspondente ao orçamento do Mi nistério Militar, os recursos necessários aos encargos da ad ministração territorial.

Art. 28 - As dotações orçamentárias serão aloca das ao Território de conformidade com as normas vigentes esta tuídas pelo Ministério Militar.

Art. 29 - O Território elaborará sua programação plurianual, na forma da legislação federal.

Art. 30 - A fiscalização orçamentária e finance ira será exercida pelo Ministério Militar, sob cujas normas será feita a prestação de contas.

Art. 31 - O Governo territorial manterá no con tinente - Nordeste Brasileiro - instalações de apoio necessárias à administração do Território.



- 10 -

Art. 32 - Caberã ao Comandante da Guarnição Militar de Fernando de Noronha manter a ordem e a segurança interna no Território, com a tropa da Guarnição.

Art. 33 - O Poder Executivo especificará a competência e estabelecerã o detalhamento da estrutura do Gabinete e das Secretarias de que trata o art. 15 desta Lei.

Art. 34 - O Poder Executivo criará os demais cargos de Secretário de Governo, à medida que forem sendo implantadas as respectivas Secretarias.

Parágrafo único - O valor da retribuição dos cargos de que trata este artigo é o fixado no Anexo I, alínea a, do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980.

Art. 35 - O Poder Executivo, quando for o caso, estabelecerã normas para a transferência de vinculação do Território Federal de Fernando de Noronha de um Ministério Militar para outro.

Art. 36 - No caso da transferência a que se refere o art. 35, atendido o interesse da Administração, poderá haver, mediante opção, redistribuição de servidores civis, lotados no Território, do Ministério substituído para o substituto.

Art. 37 - As despesas com a execução desta Lei



- 11 -

correrão à conta de dotações alocadas ao Território no Orçamento da União.

Art. 38 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1982.

Art. 39 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de dezembro de 1981;
1609 da Independência e 939 da República.

João Figueiredo



Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - A organização administrativa do Território Federal de Fernando de Noronha, criado no interesse da defesa nacional pelo Decreto-lei nº 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º - A União administrará o Território Federal de Fernando de Noronha tendo em vista os seguintes objetivos, além do objetivo primordial para o qual foi criado:

I - proporcionar uma adequada assistência ao homem, dando prioridade aos setores de saúde, educação e habitação;

II - desenvolver obras de infra-estrutura com prioridade para os setores de água, saneamento, energia, porto e abastecimento;

III - desenvolver e explorar as potencialidades do Território como ponto de atração turística;

IV - incentivar a agropecuária e a exploração dos recursos naturais;

V - desenvolver outras atividades que se tornem viáveis.

Art. 3º - Para os efeitos da supervisão ministerial prevista na legislação em vigor, o Território Federal de Fernando de Noronha é vinculado a um Ministério Militar determinado pelo Presidente da República.

Art. 4º - O Território Federal de Fernando de Noronha é



2.

uma Unidade Orçamentária do Ministério Militar, com autonomia administrativa.

Art. 5º - Os planos e programas governamentais, respeitadas as peculiaridades do Território, guardarão consonância com os seus correspondentes nacionais e regionais.

Art. 6º - A ação administrativa do Governo do Território obedecerá a planos e programas previamente submetidos à aprovação do Ministro de Estado.

Parágrafo único - A programação e a ação direta dos órgãos da Administração Federal na área do Território serão sempre realizadas em consonância com os planos e programas aprovados.

Art. 7º - O Território poderá ter sistemas próprios, relacionados a atividades setoriais de Ministérios Cíveis, sem prejuízo da atuação direta destes.

Parágrafo único - A execução dos programas dos Ministérios Cíveis será atribuída, de preferência, a órgãos territoriais correspondentes.

Art. 8º - Os Ministérios que celebrarem convênios com o Governo do Território prestarão assistência técnica e financeira, na forma que for estabelecida no respectivo instrumento.

Art. 9º - O Território Federal de Fernando de Noronha será administrado por um Governador, auxiliado por Secretários de Governo.

Art. 10 - O cargo de Governador do Território Federal de Fernando de Noronha será exercido por Oficial Superior da Ativa das Forças Armadas, nomeado pelo Presidente da República.

Parágrafo único - O exercício do cargo de Governador do Território implicará no exercício, concomitante, do cargo de Comandante da Guarnição Militar de Fernando de Noronha.

Art. 11 - O Governador do Território fará jus a uma indenização de representação, de valor equivalente à representação percebida pelos Governadores dos demais Territórios Federais.

Art. 12 - Nos afastamentos temporários do Governador,



3.

responderá pelo expediente do Governo o seu substituto legal na cadeia de comando do cargo militar que exerce.

Art. 13 - Os serviços relativos à administração territorial serão atendidos por militares da Guarnição Militar do Território e por servidores civis do Quadro e Tabela Permanentes do Ministério Militar, lotados no Território Federal de Fernando de Noronha.

§ 1º - Os Secretários de Governo serão nomeados pelo Ministro de Estado, mediante indicação do Governador.

§ 2º - Os Secretários de Governo e o Chefe de Gabinete, quando militares da ativa, serão considerados no exercício de cargo militar.

§ 3º - Os Secretários de Governo, quando militares da ativa, farão jus a uma indenização de representação, de valor idêntico à representação percebida por Secretários de Governo dos demais Territórios Federais.

Art. 14 - Ao Governador incumbe:

I - cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos federais aplicáveis ao Território;

II - expedir decretos e demais atos necessários à administração do Território;

III - representar juridicamente o Território nos assuntos de interesse da administração;

IV - encaminhar à aprovação do Ministro de Estado a proposta orçamentária, no prazo fixado;

V - promover a elaboração e a eventual revisão das programações orçamentárias anual e plurianual, submetendo-as à aprovação do Ministro de Estado;

VI - executar o orçamento anual e a programação orçamentária plurianual do Território;

VII - promover a instauração de comissões de inquérito, para apurar responsabilidade de servidores civis lotados no Território;

VIII - executar ou fazer executar decisões judiciais, bem



4.

como prestar às autoridades judiciárias o auxílio que for solicitado, para o cumprimento das mencionadas decisões;

IX - promover a coordenação das atividades dos órgãos federais no Território;

X - apresentar ao Ministro de Estado, no prazo fixado, relatório circunstanciado da atuação do Governo no exercício anterior;

XI - comunicar-se diretamente com os Ministérios e outros órgãos sobre assuntos referentes ao Território;

XII - celebrar contratos, convênios e ajustes com entidades públicas ou privadas;

XIII - delegar competência para a prática de atos administrativos, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 15 - A estrutura básica da administração do Território será constituída de um Gabinete, uma Secretaria Executiva e de outras Secretarias criadas pelo Poder Executivo, de acordo com as necessidades administrativas do Governo territorial.

Art. 16 - Incumbe ao Secretário Executivo:

I - auxiliar o Governador na administração do Território;

II - dirigir os serviços da Secretaria Executiva;

III - celebrar casamento;

IV - resolver os dissídios de natureza trabalhista, cuja solução seja atribuída pela lei às Juntas de Conciliação e Julgamento;

V - conciliar as partes que, para esse fim, a ele recorrerem, valendo como sentença o acordo entre elas estabelecido e por todos assinado;

VI - efetuar diligências e cumprir os mandados judiciais, designando oficiais de justiça ad hoc, quando necessário;

VII - arrecadar e arrolar bens vagos e de ausentes, dando conhecimento ao juiz competente do Distrito Federal;



5.

VIII - exercer as funções cometidas pelas leis às autoridades policiais e trabalhistas.

Art. 17 - As funções de Oficial de Registros Públicos serão exercidas por um servidor civil, integrante da Secretaria Executiva, designado pelo Ministro de Estado, podendo ser requisitado de outro Ministério, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único - O Oficial de Registros Públicos exercerá função integrante do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias.

Art. 18 - Ao Oficial de Registros Públicos incumbem as atribuições constantes da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, as de tabelião de notas e as relativas ao protesto de títulos.

Parágrafo único - Aplica-se, no que couber, quanto ao exercício dessas atribuições, o disposto no Livro II, Título II, Capítulo IV, da Lei nº 6.750, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 19 - Observar-se-á, quanto aos atos praticados pelo Secretário Executivo e pelo Oficial de Registros Públicos, no que for aplicável, o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 20 - À Justiça do Distrito Federal e dos Territórios cabe processar e julgar as causas civis e criminais relativas às pessoas domiciliadas ou residentes no Território ou aos bens nele situados, salvo quando cometidas a outra jurisdição.

Art. 21 - O Território de Fernando de Noronha fica subordinado à jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região.

Art. 22 - Os Secretários do Governo não poderão desde a nomeação:

I - firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito privado, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, como pessoa física, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II - ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoas jurídicas de direito público ou nela exercer função remunerada;

III - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego nas entidades referidas no inciso I;



6.

IV - patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I;

V - adquirir bens de qualquer natureza pertencentes às entidades referidas no inciso I.

§ 1º - O Governador observará as disposições do Estatuto dos Militares e, no que couber, o disposto neste artigo.

§ 2º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior ao Chefe de Gabinete e aos Secretários de Governo, quando militares da ativa.

Art. 23 - A ação administrativa do Território norte-ar-se-á pelos princípios e diretrizes da Reforma Administrativa (Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967).

Art. 24 - O Governo territorial poderá, mediante prévia autorização do Presidente da República, contratar pessoal, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, para a execução de projetos e outras atividades administrativas do Território.

Art. 25 - A União poderá cometer ao Território a cobrança de tributos de cuja distribuição participe.

Parágrafo único - A receita dos tributos, arrecadados na forma deste artigo, constituirá suplemento dos recursos atribuídos pela União ao Território e será aplicada mediante plano previamente aprovado pelo Ministro de Estado.

Art. 26 - As receitas de qualquer natureza, arrecadadas pelo Território, excetuadas as provenientes de tributos, poderão ser diretamente aplicadas, segundo plano elaborado pelo Governo territorial.

Art. 27 - O orçamento da União consignará em cada exercício, no subanexo correspondente ao orçamento do Ministério Militar, os recursos necessários aos encargos da administração territorial.

Art. 28 - As dotações orçamentárias serão alocadas ao Território de conformidade com as normas vigentes estatuídas pelo Ministério Militar.

Art. 29 - O Território elaborará sua programação plurianual, na forma da legislação federal.

Art. 30 - A fiscalização orçamentária e financeira será



7.

exercida pelo Ministério Militar, sob cujas normas será feita a prestação de contas.

Art. 31 - O Governo territorial manterá no continente - Nordeste Brasileiro - instalações de apoio necessárias à administração do Território.

Art. 32 - Caberá ao Comandante da Guarnição Militar de Fernando de Noronha manter a ordem e a segurança interna no Território, com a tropa da Guarnição.

Art. 33 - O Poder Executivo especificará a competência e estabelecerá o detalhamento da estrutura do Gabinete e das Secretarias de que trata o art. 15 desta lei.

Art. 34 - O Poder Executivo criará os demais cargos de Secretário de Governo, à medida que forem sendo implantadas as respectivas Secretarias.

Parágrafo único - O valor da retribuição dos cargos de que trata este artigo é o fixado no Anexo I, alínea a, do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980.

Art. 35 - O Poder Executivo, quando for o caso, estabelecerá normas para a transferência de vinculação do Território Federal de Fernando de Noronha de um Ministério Militar para outro.

Art. 36 - No caso da transferência a que se refere o art. 35, atendido o interesse da Administração, poderá haver, mediante opção, redistribuição de servidores civis, lotados no Território, do Ministério substituído para o substituto.

Art. 37 - As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações alocadas ao Território no Orçamento da União.

Art. 38 - Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 1982.

Art. 39 - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 04 de dezembro de 1981.

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS:..